

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR JAIME RODRIGUES
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**



**PPP- PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

GUAÍRA, 2018

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR JAIME
RODRIGUES-ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

**PPP- PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

Este projeto foi elaborado atendendo as bases legais da LDB Lei 9394/96 e Diretrizes curriculares da Educação Básica, para ser apresentado e aprovado pela SEED-PR. Revisado e reelaborado em 2018.

GUAÍRA, 2018

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança.

Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica. (...) A possibilidade humana de existir – forma acrescida de ser – mais do que viver faz do homem um ser eminentemente relacional. Estando nele, pode também sair dele. Projetar-se. Discernir. Conhecer.

(Paulo Freire)

Sumário

1-INTRODUÇÃO	7
2- IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO.....	9
3- HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO	10
4-NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADO	12
5-ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	13
6-CRITÉRIOS DE FORMAÇÃO DE TURMA.....	14
7-A CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	15
7.1-Descrição da Realidade Educacional do Brasil, Município e Bairro	15
7.2-Descrição da realidade do Colégio.....	16
7.3-Perfil dos alunos.....	17
7.4-Perfil dos Educadores.....	20
7.5-Resultados Educacionais	24
7.6-Dados das Avaliações Externas.....	25
8-RELAÇÃO DOS RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS.....	28
8.1-Condições físicas do estabelecimento.....	28
8.2-Recursos pedagógicos.....	30
8.3-Equipamentos e materiais didáticos existentes	31
9-OBJETIVOS, FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES ORIENTADORAS DAS AÇÕES EDUCACIONAIS	33
9.1-Objetivos Gerais da Escola	33
9.2-Objetivos do Ensino Fundamental - Ensino Fundamental de 9 anos	36
9.3-Objetivos do Ensino Médio	37
9.4-Filosofia da Escola	38
9.5-Princípios norteadores	38
10-CONCEPÇÕES.....	45
10.1-Homem (infância, adolescência, juventude, adulto e idoso).....	45
10.2-Concepção de sociedade.....	46
10.3-Concepção de Mundo	47
10.4-Concepção de educação.....	48
10.5-Concepção de cultura.....	49
10.6-Concepção de cidadão e cidadania	50
10.7-Concepção de conhecimento e ensino – aprendizagem.....	51
10.8-Concepção de trabalho	54
10.9-Concepção de Tecnologia	54
10.10-Concepção de Gestão Democrática	56
10.11-Concepção de Avaliação e Recuperação de Estudos	57
10.12-Concepção de Letramento e Alfabetização	59
10.13-Concepção de Educação Inclusiva e Diversidade	60

11-CURRÍCULO	64
11.1-<i>Concepção de Currículo e Flexibilização Curricular</i>	64
11.2-<i>Matriz Curricular</i>	66
11.3-<i>Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Fundamental</i>	66
11.4-<i>Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Médio</i>	70
12 – DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS	73
12.1-<i>História Do Paraná</i>	73
12.2-<i>História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena</i>	73
12.3-<i>Música</i>	74
12.4-<i>Prevenção ao uso Indevido de drogas</i>	75
12.5-<i>Educação Ambiental</i>	76
12.6-<i>Educação Fiscal</i>	77
12.7-<i>Educação Tributária – Decreto Nº 1143/99</i>	78
12.8-<i>Enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente</i>	79
12.9-<i>Direito das crianças e adolescentes – lei nº 11.525/07</i>	80
12.10-<i>Sexualidade Humana</i>	80
12.11-<i>Estatuto do idoso</i>	81
12.12-<i>Programa de combate ao Bullying</i>	82
12.13-<i>Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas</i>	83
12.14-<i>Direitos Humanos- PNEDH3 (Decreto 7037/2009)</i>	84
12.15-<i>Educação Alimentar e Nutricional (Lei Federal 11.947/2009)</i>	86
12.16-<i>Código de Trânsito Brasileiro- Educação para o Trânsito (LEI FEDERAL 9.503/97)</i>	87
13-AVALIAÇÃO (CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS):	89
13.1-<i>Avaliação (Critérios, Peso e Instrumentos Adotados)</i>	89
13.2-<i>Promoção</i>	91
13.3-<i>Recuperação de Estudos</i>	92
13.4-<i>Conselho de classe, pré-conselho e pós- conselho</i>	93
13.5-<i>Classificação</i>	95
13.6-<i>Reclassificação</i>	95
13.7-<i>Adaptação / Aproveitamento de Estudos</i>	96
13.8-<i>Dependência/progressão parcial</i>	96
14-GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS INSTRUMENTOS DE AÇÃO COLEGIADA	98
14.1-<i>Conselho Escolar</i>	98
14.2-<i>Associação de Pais, Mestres e Funcionários-APMF</i>	99

14.3- <i>Conselho de Classe</i>	101
14.4- <i>Grêmio Estudantil</i>	101
15-PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO DE TRANSIÇÃO.....	103
15.1- <i>Ensino Fundamental-Anos Iniciais e Anos Finais</i>	103
15.2- <i>Ensino Fundamental- Anos Finais e Ensino Médio</i>	105
16-PROPOSTA PEDAGÓGICA DE HORA-ATIVIDADE	107
17-PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A FAMÍLIA E COMUNIDADE.....	112
17.1- <i>Programa de Combate à Evasão Escolar</i>	111
17.2- <i>Equipe Multidisciplinar</i>	112
18-PROPOSTA PEDAGÓGICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	114
19-PROPOSTA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL	115
20-PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA	117
21-PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	119
22-PROPOSTA PEDAGÓGICA DA COMPLEMENTAÇÃO DE CARGA HORÁRIA	120
23-ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	121
24-PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA.....	122
25-PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ESCOLA	124
25.1- <i>SAA-Salas de Apoio à Aprendizagem</i>	124
26-AÇÕES DIDÁTICO- PEDAGÓGICAS	125
26.1- <i>Projeto Mostra Artística e Cultural</i>	125
26.2- <i>Projeto tênis de mesa</i>	127
26.3- <i>Feira de ciências</i>	127
26.4- <i>Inter-salas e o protagonismo juvenil</i>	129
26.5- <i>Mini atletismo - protagonismo juvenil</i>	129
26.6- <i>Projeto de leitura</i>	130
26.7- <i>Rádio – escola interação</i>	131
26.8- <i>A Escola no Parque</i>	132
26.9- <i>Combate ao Bullying</i>	134
26.10- <i>Projeto anti-drogas</i>	135
26.11- <i>Excursão histórica-cultural</i>	137
26.12- <i>Projeto cultural e esportivo: Dança e Vôlei na escola</i>	138

27-ATA DO CONSELHO ESCOLAR	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	142
ANEXOS	145
<i>ANEXO A- Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil Na Escola</i>	<i>146</i>
<i>ANEXO B- Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar-2018.....</i>	<i>155</i>
<i>ANEXO C-Calendarário Escolar 2018.....</i>	<i>1</i>
<i>ANEXO D- Plano de Ação da Escola.....</i>	<i>1</i>
<i>ANEXO E- Projetos e Programas Desenvolvidos pela Escola.....</i>	<i>1</i>
<i>Projeto Mostra Artística e Cultural.....</i>	<i>1</i>
<i>Projeto tênis de mesa.....</i>	<i>3</i>
<i>Feira de Ciências</i>	<i>3</i>
<i>Inter Salas e o Protagonismo Juvenil.....</i>	<i>6</i>
<i>Mini Atletismo.....</i>	<i>7</i>
<i>Projeto de Leitura</i>	<i>7</i>
<i>Rádio – escola Interação</i>	<i>9</i>
<i>Combate ao Bullying.....</i>	<i>12</i>
<i>Projeto anti-drogas.....</i>	<i>14</i>
<i>Projeto excursão histórica-cultural.....</i>	<i>15</i>
<i>A escola no Parque</i>	<i>18</i>
<i>Projeto cultural e esportivo: Dança e Vôlei na escola.....</i>	<i>21</i>

1-INTRODUÇÃO

O Projeto Político e Pedagógico do Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues- Ensino Fundamental e médio foi elaborado para consolidar as melhorias de qualidade do ensino e seus serviços junto a comunidade escolar. Dessa articulações regidas pela LDB, lei no 9394/96, Diretrizes Curriculares da Educação Básica, respectivas áreas dos PCNs e temas transversais.

Assim, apresenta uma proposta pedagógica capaz de construir uma escola comprometida com a gestão democrática, a qualidade de ensino e a valorização do ensino numa aprendizagem dinâmica e plena, evidenciando uma escola comprometida e que seja capaz de possibilitar a formação acadêmica do aluno por meio do envolvimento de toda comunidade escolar.

O PPP representa um planejamento organizacional que, além de apontar as finalidades, missão e objetivos do ensino na visão da instituição a que se destina, também orienta como será a sua execução, evitando-se assim que o trabalho educativo ocorra sem normas, regras e regulamentos. É o que relata Libâneo (2005, p.345): "O projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação".

O PPP procura garantir a autonomia escolar, a participação dos dirigentes escolares, professores, funcionários, pais e alunos que dela fazem parte. A elaboração desse projeto contou com um amplo trabalho de mobilização e conscientização de todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem, com o objetivo de nortear novos caminhos e rever conceitos e metodologias.

O Projeto é um instrumento norteador que consiste numa ação intencional, com sentido explícito com um compromisso definido pela Equipe Técnico Pedagógica e o Corpo Docente e Funcionários do Colégio Estadual Professor Jaime – Ensino Fundamental e Médio. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão, para um tipo de sociedade. "A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (SAVIANI, 1983).

Na dimensão pedagógica consiste na possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola, que é formação do cidadão participativo, responsável

compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

O Projeto Político Pedagógico do Ensino Fundamental e Médio do Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues, expressa o comprometimento e a participação de todos os profissionais da educação e da comunidade escolar, tendo como finalidade a qualidade do ensino aprendizagem almejando a formação integral do educando, formando sujeitos críticos, atuantes, cidadãos participativos, responsáveis, competitivos e que busquem uma formação plena para a transformação da sociedade.

Sendo a educação a busca da compreensão e que pode e deve contribuir para mostrar as possibilidades de um novo viver humano, onde seja construído o conhecimento que capacite o homem a viver com o diferente, com a multiculturalidade ou pluralismo de ideias, a ética a moral, a religiosidade, o respeito ao meio ambiente, a participação efetiva da sociedade e o meio em que vive, é necessária uma educação de qualidade que seja participativa, criativa, formativa, desenvolvendo a capacidade de autonomia de raciocínio, responsabilidade moral e ao exercício da cidadania e o respeito às desigualdades sociais e econômicas desta comunidade escolar.

Assim, a escola deve adaptar-se para enfrentar com responsabilidade os desafios da inclusão, buscando direcionar o trabalho para que o aluno incluso tenha real participação, oportunizando seu envolvimento em todas as atividades da escola.

E que seja um processo democrático de decisões, onde a forma de organização do trabalho administrativo e pedagógico possibilite uma aprendizagem de qualidade para todos com igualdade de condições para o acesso e permanência no processo educativo, para superação de problemas, conflitos e tradições existentes no âmbito escolar, através da liberdade e autonomia no ato pedagógico, construídas no trabalho coletivo e nas relações interpessoais.

2- IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Nome da Instituição: Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues - Ensino Fundamental e Médio.

Município: Guaíra

Localização: urbana

Endereço: Rua Osni Cella, 534- Jardim Guaíra –Guaíra-PR

Fone / Fax: (044) 3642-2424 85980-000.

Site: www.giajaimerodrigues.seed.pr.gov.br/

e-mail:

MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná

CURSOS: Fundamental de 6º à 9º ano e Ensino Médio 1º ao 3º ano

NRE: Toledo

RESOLUÇÃO DE AUTORIZAÇÃO: autorização de funcionamento em 28/12/87, pela Resolução 4919/87, teve seu plano curricular aprovado pelo Parecer 339/91 de 15-10-91, homologado pela resolução 3706/91 de 15/10/91. O 2º Grau, hoje Ensino Médio, teve seu Projeto de Implantação e Grades aprovadas pelo Parecer nº 069/98 de 16/01/98, sendo Autorizado pela Resolução nº 444/98, de 05/02/98.

ATO DE RECONHECIMENTO: A Escola foi reconhecida através da resolução nº 3866/91 de 13/11/91. O Ensino Fundamental também foi reconhecido pela mesma Resolução publicada no Diário Oficial nº 3651 de 29/11/91.

3- HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO

O Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues – Ensino Fundamental e Médio surgiu em função da necessidade dos alunos moradores do Bairro Jardim Guaíra e de outros bairros próximos terem que se locomover para estudarem no centro da cidade gerando muita dificuldade de locomoção. Dessa forma a I.E.E. (Inspetoria Estadual de Educação), tomou iniciativa de fazer uma pesquisa socioeconômica da região visando viabilizar a implantação de uma escola de 5ª a 8ª série que era uma aspiração da comunidade local. De posse dos dados, optou-se pela implantação gradativa da modalidade pretendida.

O Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues iniciou-se suas atividades no ano de 1988, com turmas no período matutino e noturno, funcionando em um prédio cedido pela Escola Municipal Tancredo Neves, localizada no bairro BNH-3.

O nome do Colégio é uma homenagem ao Professor Jaime Rodrigues falecido em acidente de automóvel em 1984, o mesmo foi, por vários anos, professor em nossa comunidade em várias escolas e Diretor da Escola Estadual Mendes Gonçalves e Escola Estadual Vereador Samuel Benck. Sua sogra Professora Lourdes Arantes Pereira (falecida) foi a primeira Diretora do Estabelecimento, sucedendo-a a Professora Marta Soares, Professor Ângelo Ozias Torres, Maria Elza de Oliveira Torres, novamente o Professor Ângelo Ozias Torres, posteriormente elegeu-se como diretora a professora Marinei Piffer Chaves, professor Valmir Pereira dos Santos e atualmente a Professora Zenaide Dias Chamorro.

Hoje, o Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues funciona em prédio próprio, pertencente ao Estado do Paraná, que antigamente abrigava a então Escola Estadual Almirante Tamandaré, hoje municipalizada, passando a se chamar Escola Municipal Almirante Tamandaré funcionando em sede própria desvinculada do prédio Estadual.

A área total de construção da Escola é de 1.277.92 metros quadrados. Os Recursos para a manutenção da Escola provêm das seguintes entidades: Associação de Pais, Mestres e Funcionários que colaboram através de promoções sócio-econômico-cultural. De maneira geral, todas as entidades existentes dão apoio para a integração da Comunidade-Escola, colaborando com suas participações para uma

educação integral ao educando. Conta também com recursos da área federal, através do programa PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), do Governo Estadual através do Fundo Rotativo.

O Ensino Fundamental passou a ser de nove anos, obrigatório e gratuito na Rede Pública Estadual de Educação, assegurando a todos os educandos formação básica e um tempo mais longo de convívio escolar. No que se refere ao papel da escola e das famílias, estas devem garantir o atendimento do direito público subjetivo das crianças com 6 (seis) anos de idade, matriculando-as e mantendo-as em escolas de Ensino Fundamental, nos termos da Lei nº 11.274/2006.

Desta forma, nossa escola obedece às normas que estão em vigor ao, em caráter excepcional, dar prosseguimento ao percurso educacional dessas crianças, adotando medidas especiais de acompanhamento e avaliação do seu desenvolvimento global.

4-NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADO

O Colégio oferta o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), Ensino Médio (1ª a 3ª série), apoio no período do contraturno e Educação Especial- Sala de Recurso Multifuncional.

5-ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Matutino:

05 turmas de Ensino Fundamental

03 turmas Ensino Médio

Vespertino:

06 turmas de Ensino Fundamental

03 turmas de Sala de Recurso Multifuncional

01 turma de Sala de Apoio

Horário de Funcionamento

Período	Início	Término
Matutino	7h30	11h55
Vespertino	13h15	17h35

Observação: as aulas têm a duração de 50 minutos em todos os turnos.

Atualmente a escola funciona em dois turnos, contando com aproximadamente 400 alunos.

6-CRITÉRIOS DE FORMAÇÃO DE TURMA

Para constituição das turmas, procura-se levar em consideração a heterogeneidade, pois acredita-se que é na diversidade que se efetiva a construção do conhecimento, respeitando o que prevê a LDB nos dispositivos da lei n.9.394/96 (art. 23). O Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues - Ensino Fundamental e Médio, adota o regime de progressão regular por ano, tendo matriculados 400 alunos, distribuídos em 8 salas de aula, sendo:

- 11 turmas do Ensino Fundamental – Anos Finais;
- 03 turmas do Ensino Médio;
- 03 turmas de Sala de Recursos Multifuncional;
- 01 turma de Sala de Apoio à Aprendizagem.

7-A CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

7.1-Descrição da Realidade Educacional do Brasil, Município e Bairro

As deficiências detectáveis na realidade educacional brasileira, a começar pelos tantos excluídos e condenados pelo analfabetismo, como também pela qualidade de ensino que a educação formal oferece, do ensino fundamental à universidade interfere no crescimento qualitativo e também na formação de sujeitos participativos e democráticos, por não se trabalhar o lado político da cidadania.

A proposta pedagógica neoliberal está composta de estratégias que contribuem para produzir a perda de capacidade de transmitir a cultura, a destruição do espaço público educativo, através da redução dramática dos recursos nos orçamentos nacionais para a educação, verbas inexistentes, restrição no uso de fundos internos para os itens vinculados com políticas sociais, baixos salários de docentes, situação de semi-sobrevivência na qual as escolas e universidades dependem da capacidade econômica e organizadora do país.

O Brasil ocupa o 79º lugar no ranking que abrange 188 países, do mais ao menos desenvolvido. O relatório foi elaborado em 2016 e tem como base os dados de 2015. Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, O Brasil ainda tem cerca de 11,8 milhões de analfabetos, o que corresponde a 7,2% da população de 15 anos ou mais. Mudanças profundas só acontecerão quando a formação dos professores deixar de ser um processo de atualização, feita de cima para baixo, e se converter em um verdadeiro processo de aprendizagem, como um ganho individual e coletivo, e não como uma agressão.

Assim como a realidade educacional brasileira enfrenta crises, estados e municípios também enfrentam. Observa-se na educação básica do Paraná uma discrepância no atendimento educacional, que vai do número de alunos por turma, da relação docente, da quantidade de estabelecimento, que demonstram a desigualdade no atendimento e explicitam a inexistência de um Sistema Nacional de Educação, afinal as diferenças não estão apenas presentes em termos de Brasil, mas no mesmo estado e, às vezes, na mesma cidade com escolas de redes diferentes e, na maior parte das vezes, de concepções, de estrutura e de qualidade dispares.

Essas diferenças parecem dificultar a consolidação da educação básica, que precisa ser articulado para garantir uma sólida formação ao educando, afinal “[...] a educação infantil é à base da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento, e é de uma visão do todo como base que se pode ter uma visão consequente das partes.” (CURY, 2002, p.70).

É visível, ao verificar a descentralização das matrículas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para os municípios, que, muitas vezes, a escola não tem condições físicas e financeiras para se manter. Não é por acaso, que haja uma demanda excessiva nas creches e nas pré-escolas. É claro, a forma como se estabeleceu a divisão de responsabilidades por meio do regime de colaboração no Paraná: Estados e Municípios se dividem frente à demanda da educação básica e da União participa por meio de programas complementares (FNDE, por exemplo). É importante ver o crescimento das matrículas e o aumento do número de docentes, porém, ainda é preciso avançar para conquistar uma educação que seja de direito e de qualidade para todos.

O município de Guaíra também enfrenta problemas, principalmente em relação ao Ensino Fundamental I e Educação Infantil no que se refere às vagas ofertadas, pois o número ofertado não é suficiente para atender às demandas.

7.2-Descrição da realidade do Colégio

O Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues, conta no ano de 2018, com 400 alunos matriculados nos turnos matutino e vespertino. Os alunos matriculados nesse Estabelecimento de Ensino são oriundos da periferia da cidade: Bairro Tancredo Neves, Vila Margarida, Vila Paraná, Parque Anhembi, Jardim Guaíra, Vila Gianete e Vila Eletrosul.

Temos matriculados em nosso estabelecimento muitos alunos indígenas que estão em sua maioria concentrados no período vespertino.

Em relação às condições socioeconômicas e culturais podemos afirmar que maioria das famílias é de baixa renda, sobrevivendo de serviços informais que não geram uma renda fixa ou a garantia dos direitos trabalhistas como Carteira de

Trabalho assinada. Outro dado que demonstra a renda desta comunidade é o número considerável de famílias atendidas por programas sociais, relatados na ficha de matrícula como: Bolsa Família, Leite das Crianças, PETI, dentre outros.

Considerando que a capacidade de perceber, mediar e superar os diferentes desafios atuais e futuros é uma constante na vida das pessoas, o Colégio Professor Jaime Rodrigues preocupa-se em proporcionar vivências que instrumentalizem seus educandos a enfrentar os desafios cotidianos, de forma a priorizar a vida e a dignidade humana, acima de qualquer outra possibilidade e alternativa.

Os caminhos a serem percorridos pela escola devem ser definidos através de muita reflexão, seguidos de linhas de ações levando em conta a comunidade a qual ela está inserida, suas problemáticas e particularidades que refletem diretamente no desempenho escolar de seus alunos. A escola deve delinear seu plano de ação de acordo com os problemas detectados dentro e fora da escola, ou seja, deve considerar também a comunidade a qual está inserida e demais problemas que nossa sociedade enfrenta nos dias atuais.

Ressaltamos que a Direção, Equipe Pedagógica, Professores e Comunidade Escolar empregam esforços para as ações que podem contribuir para a melhoria de vida dos alunos, da escola e da comunidade.

Sendo assim, temos como objetivo preparar o aluno para a vida, levando-o a participar na sociedade de uma forma mais ativa, com visões políticas, econômicas, sociais, culturais do mundo atual, integrando-o através dos meios de comunicação, da informática e da urbanização que vem de encontro com os anseios da comunidade local. É prioridade também da escola estimular o educando por meio da estética da sensibilidade, que leva à criatividade, mas sem espaço físico adequado nos sentimos limitados em relação à prática.

7.3–Perfil dos alunos

O Corpo Discente é constituído por todos os alunos regularmente matriculados nos cursos em funcionamento na Unidade Escolar.

Temos uma grande quantidade de alunos indígenas matriculados e por residirem em aldeias distantes da Escola, possuem muitas faltas. É um fator levado

em consideração pelo corpo docente e equipe pedagógica que estão a todo momento realizando ações para tentar sanar e amenizar esse agravante.

Muitos de nossos alunos são oriundos de famílias com baixa escolaridade, uma grande parte dos pais não tem profissão definida. Os filhos residem com os pais, em alguns casos com os avós.

Sabemos que para um bom desenvolvimento do aluno na escola, a participação da família é indispensável, mesmo constatando a participação dela nas reuniões, a sua maioria acaba deixando a desejar no acompanhamento em casa nas atividades, seja por falta de tempo, desinteresse ou pela baixa escolaridade, o que reflete numa acomodação por parte desses alunos. Entretanto, como vivemos numa comunidade pequena, conhecemos o dia-a-dia de nossos alunos e buscamos alternativas para trazer e mantê-los na escola.

Uma grande maioria tem como objetivo vir para escola para aprender, ter um futuro melhor ou ainda almejam ter uma profissão. Porém, devido à escassez de emprego em nosso município, muitos de nossos alunos se conformam em terminar o ensino médio e conseguir um emprego para se manter, alguns migram para outros municípios e estados.

A quadra de esporte do colégio ainda representa uma das únicas opções de atividades esportivas para aluno e comunidade.

Ao alinhar o esporte com as finalidades da educação, temos um grande desenvolvimento das individualidades de cada pessoa e, ainda, conseguimos uma melhor orientação da prática social, permitindo explorar diversas situações do cotidiano de forma lúdica e incentivando a resolução em grupo, de maneira ordenada, sob regras e com respeito acima de tudo. Pedagogicamente, o esporte ainda ajuda a criar nas pessoas, principalmente crianças e adolescentes, o senso de responsabilidade. Além disso, ajuda a assimilar regras e deveres e estimula o desenvolvimento da personalidade intelectual e física, sendo assim, um grande aliado quando usado como meio de aprendizado e integração social.

O aluno sendo sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem é um sujeito que inova, que transforma e adquire meio, através da educação de refazer o que já esta feito, de forma mais ampla e útil devendo assim ser um questionador do mundo, do homem, da sociedade e de si mesmo, com o objetivo de compreender, trabalhar e

perpetuar a cultura a qual está inserido. É um ser em formação que está buscando seu espaço na sociedade e precisa de mediação e auxílio para a construção de seus conhecimentos apropriando-se de conhecimentos científicos, interpretando-os, adequando-se à sua realidade e desenvolvendo seu senso crítico através das relações professor/aluno e aluno/professor.

É o agente modificador da trajetória da educação e do mundo, cultivador de meios que levam a um progresso ativo, dinâmico e sustentador da vida humana.

7.4-Perfil dos Educadores

O corpo docente do colégio é constituído na sua maioria por professores do Quadro Próprio do Magistério, ou seja, são concursados. Grande parte dos professores encontra-se no nível II (graduação na área de atuação com especialização), dentre eles: 4 concluintes do PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional. Em número bem menor, existem os professores mestres. Temos também contratados pelo Processo Seletivo Simplificado, os quais acabam gerando uma rotatividade devido a sua falta de estabilidade.

Tabela 1- Quadro do corpo docente

Professor (a)	Disciplina	Formação Acadêmica	Vínculo profissional
Damaris Almagro da Silva Pedro	Matemática	Matemática com ênfase em Informática. Pós Matemática e Física. Pós Educação Especial	QPM
Joelson José Mascarin	Inglês	Letras – Português/ Inglês/Literatura Brasileira- Pós Educação Infantil	QPM
Juliane Schiochet Gazola	Educação Física	Educação Física Pós em ciência do treinamento desportivo.	QPM
Eliane Lima	História	História Pós –História do Brasil e Educação Especial	QPM
Débora Gomes da Silva	Geografia	Geografia Pós –Educação Especial Arte-Educação e Terapia	QPM
Esleonir Pereira Martins	Artes	Educação Artística – Licenciatura em artes Plásticas Pós em Psicopedagogia	QPM
Rosimeire Rosas de Medeiros Marques	Ciências	Licenciatura em Ciências Especialização em matemática.	QPM
Rozania da Silva Santos Lino	Língua Portuguesa	Letras; Português / Inglês Pós em Psicopedagogia	QPM

Solange Aparecida Medeiros	Língua Portuguesa e Pedagoga	Letras Pedagogia Mestrado em Língua Portuguesa	QPM
Ademilsom dos Reis	Filosofia	Filosofia Direito Pós. Direito processual Pós. Graduação e Orientação Educacional	PSS
Iana Clara Lima	Sociologia História	História/ Sociologia Pós Educação de Jovens e Adultos	PSS
Solange Adriano de Oliveira Corrêa	Geografia	Geografia e História Educação especial Educar para a cidadania Filosofia- Ensino Religioso	PSS
Valmir Pereira dos Santos	Matemática	Pós- Matemática Pedagogia	QPM
Dirce Bsepalez	História	Estudos Sociais História- Pedagogia	QPM (readaptada)
Eliane Lima	História	Especialização em História do Brasil	QPM
Diego Adriano Prado	História	Licenciatura em História	PSS
Daiane Neves de Souza	Educação Física	Educação Física Pós em Educação Especial e Gestão Escolar	QPM
Eliete Woitowicz	Geografia	Geografia Mestrado em Geografia	QPM
Estela Regina dos Santos	Geografia	Geologia Geografia História Direito Mestrado em: Direito Civil e Geografia Física	QPM
Fabiano Camargo Ribeiro da Silva	Ensino Religioso	História Pós-graduação em: História, Filosofia, Ensino Religioso e Sociologia	PSS
Fernando Avacir Rodrigues	Química	Química Mestrado em: Desenvolvimento Rural e Sustentável	PSS

Marcelo Cláudio Maia	História	História	QPM
Maura Vieira	Biologia	Ciências Biológicas Pós-graduação em: Ciências Ambientais Educação Especial Genética	QPM (readaptada)
Simone Almeida Vosniak Juvenal	Sociologia	Ciências Sociais	QPM
Siurlandi Farias da Silva	Língua Portuguesa	Letras Pós-graduação em Arte e Terapia	QPM
Sirlei Dahm	Ciências	Biologia Pós-graduação em: Metodologia e Didática	QPM
Tito Costa Porto	Física	Física Pós-graduação em Metodologia do Ensino Administração Escolar	QPM
Vanessa Pereira Magon Garcia	Educação Especial (Sala de Recurso)	Química Industrial e Licenciatura Pós-graduação em: Educação Especial Docência no Ensino Superior Gestão e Administração Escolar	PSS
Vera Lúcia Mincoff	Biologia	Ciências Biológicas Pós-graduação em: Psicopedagogia Educação Especial	PSS
Volnir Hoffmann	Física	Física Pós-graduação em: Técnicas e Ensinos em Física	QPM
Zenaide Dias Chamorro Mendes	Direção	Educação Física	QPM
Isa Nogueira de Abreu	Pedagoga	Pedagogia e especialização em Gestão escolar, educação especial e psicopedagogia	QPM
Marlúcia Lovera	Pedagoga	Pedagogia Teologia Pós-graduação em: Orientação Educacional Neurociência	PSS

7.5-Perfil dos Funcionários

O corpo não docente do colégio é constituído na sua maioria por funcionários concursados, são do Quadro de Funcionários da Educação Básica. Houve uma mudança significativa na escolarização destes funcionários após a criação do plano de carreira. Os educadores que na ocasião do concurso, exigia-se apenas o Ensino Fundamental e Médio, como é o caso dos agentes educacionais I e II, respectivamente, se sentiram estimulados a adquirir mais conhecimento e desta forma, aumentar o nível de escolaridade. A formação em nível técnico dos funcionários, nos eixos: gestão pública; técnico em secretaria escolar; formação técnica pelo PROFUNCIÓNÁRIO; técnicos em Alimentação Escolar e técnicos em Ambiente e Manutenção da Infra-estrutura escolar.

Tabela 2. Quadro dos Funcionários

Nome	Formação	Reg.de trabalho	Função
Rafael Trindade	Pedagogia	B	Agente educacional II
Maria de Fátima de Farias	Recursos Humanos		
Fábio Nunes Gonçalves	Gestão Financeira Técnico em Infraestrutura e Meio Ambiente Escolar	QFEB	Agente edcional
Erenides Gonçalves	Ensino Médio incompleto	QFEB	Agente educacional I
Isabel dos Santos	Recursos Humanos	QFEB	Agente educacional I
Marli Azevedo da Fonseca	Pedagogia		Agente educacional I
Rute dos Santos	Recursos Humanos	QFEB	Agente educacional II
Silvana Pereira de Moura	Gestão Pública Pós-graduação em Educação Especial	QFEB	Agente Educacional II
Lucas Bonifácio	Ensino Médio	PSS	Agente Educacional I
Cheila Cristina Bes Fontana	Estética Pós-graduação em Administração e Orientação Educativa	QPM	Agente Educacional II
Anderson Pereto	Graduação em Recursos Humanos	PSS	Agente Educacional II

7.6-Resultados Educacionais

Este estabelecimento de ensino tem apresentado uma média satisfatória em relação ao rendimento escolar, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 3: Rendimento Escolar de 2017

Paraná > NRE Toledo > Guaira > Jaime Rodrigues, C E Prof-Ef M 

Rendimento Escolar na Escola Jaime Rodrigues, C E Prof-Ef M

+ Acesso Rápido

Rendimento Escolar - Rede Estadual - Dados Preliminares - Ano 2017				
Ensino/Série	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
	Total de Aprovados	Aprovados por Conselho de Classe		
Ensino Fundamental 9 anos				
6º Ano	68,18%	18,33%	31,82%	0%
7º Ano	75,42%	21,35%	24,58%	0%
8º Ano	89,04%	9,23%	10,96%	0%
9º Ano	85%	11,76%	15%	0%
Total do Ensino	78,17%	15,85%	21,83%	0%
Ensino Médio Regular				
1ª Série	81,25%	15,38%	18,75%	0%
2ª Série	83,33%	0%	16,67%	0%
3ª Série	100%	22,22%	0%	0%
Total do Ensino	86,76%	13,56%	13,24%	0%

Fonte: SERE / ABC
Data: 06/04/2018 14:20:33

Nota: Não estão computados nos indicadores o Ensino Médio por Blocos pois a metodologia desta modalidade de ensino não permite calcular adequadamente estes indicadores.

Tabela 4: Taxa de distorção idade/Ano

Taxa de Distorção Idade/Série na Escola Jaime Rodrigues, C E Prof-Ef M

[+ Acesso Rápido](#)

Taxa de Distorção Idade/Série - Ano 2017	
Ensino	Taxa de Distorção
Ensino Fundamental 9 anos	
6º Ano	45,45%
7º Ano	36,44%
8º Ano	28,77%
9º Ano	21,67%
Total do Ensino	34,51%
Ensino Médio	
1ª Série	25%
2ª Série	11,11%
3ª Série	16,67%
Total do Ensino	19,12%

Fonte: SERE / ABC
Data: 08/04/2018 14:26:35

7.7-Dados das Avaliações Externas

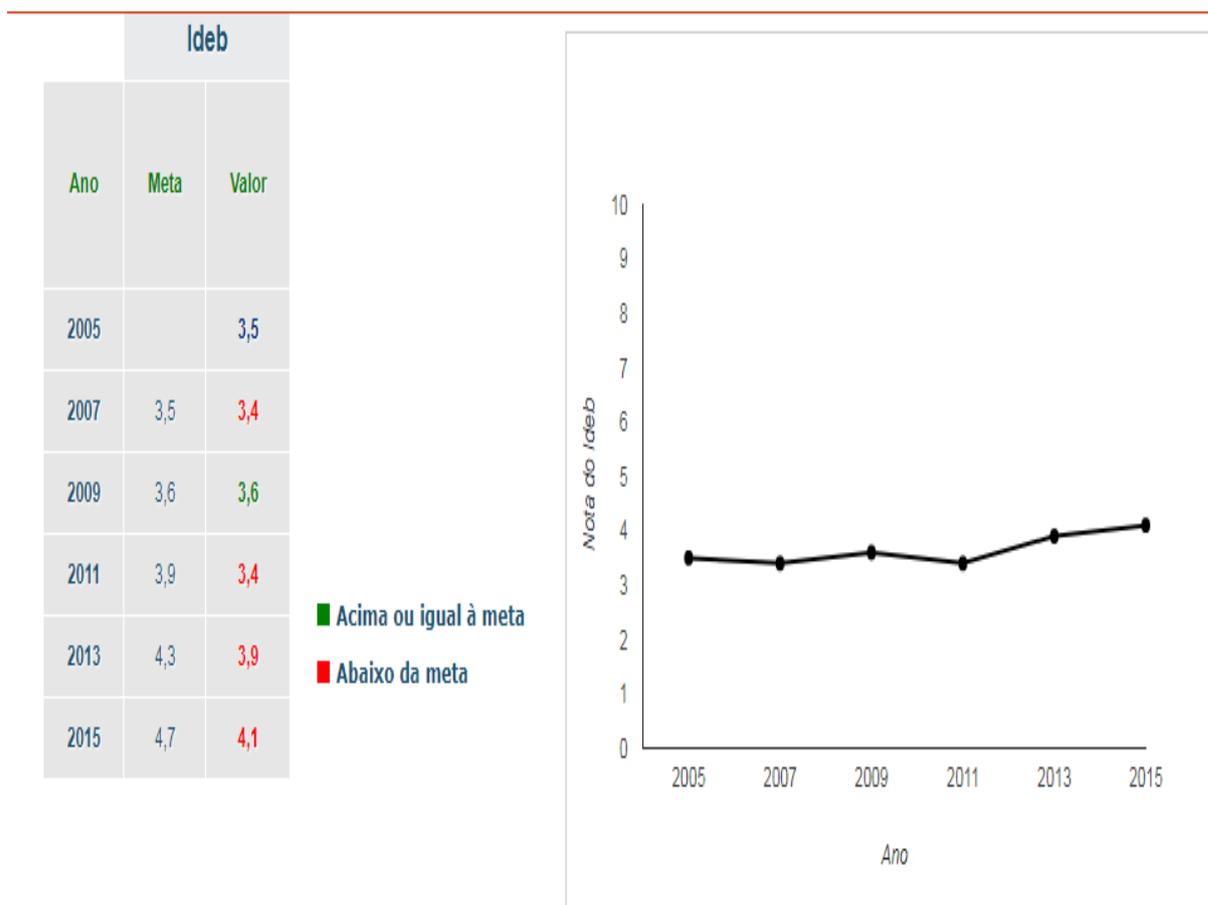
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. O IDEB apresenta-se numa escala de zero a dez.

O monitoramento da qualidade da educação básica, por meio de indicadores, é uma atividade essencial para a orientação e a avaliação das políticas públicas

educacionais e das formas de gestão dos sistemas de ensino do país. A introdução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), índice que sintetiza indicadores de fluxo (taxa média de aprovação na etapa de ensino, calculada a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica) e de desempenho (proficiência média padronizada dos alunos, aferida pelas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica) possibilitou, de forma objetiva que, governantes, gestores e sociedade civil acompanhassem o desenvolvimento da educação básica, a partir da mensuração dessas duas dimensões, tanto das escolas quanto das redes de ensino brasileiras (FERNANDES, 2007).

Esse índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, alcance as metas correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

Tabela 5: Dados e metas do IDEB 2005 a 2015



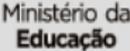
Prova Brasil

	5º Ano		9º Ano	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Sua Escola			227.81	246.76
Escolas Similares			256.03	262.42

Desempenho da sua Escola nas Edições da Prova Brasil	5º Ano		9º Ano	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
2011			234.96	244.53
2013			230.53	247.78
2015			227.81	246.76



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira



DESEMPENHO DA SUA ESCOLA | PROVA BRASIL ProvaBrasil

Anos finais do ensino fundamental

		Anos finais (9º ano / 8ª série)	
		Matriculados	Participantes
Alunos			
Total		49	42
Percentual em tempo integral		0	0
Idade média		14.3	14.1
Percentual de incluídos		0	0
Percentual de não aprovados		16.3	5.1

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) são avaliações para diagnóstico, e tem o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

8-RELAÇÃO DOS RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS

Atualmente o Colégio necessita urgentemente de ampliação. Precisamos de mais banheiros para alunos, precisamos de mais três salas de aula, de uma sala para a direção (funciona junto com a secretaria), sala para equipe pedagógica (funciona juntamente com a biblioteca), um refeitório, um depósito adequado para o armazenamento da merenda escolar e um almoxarifado.

Atualmente a escola conta com:

- 08 salas de aula;
- 01 laboratório de informática muito pequeno;
- 01 depósito para merenda escolar inadequado e pequeno;
- 01 biblioteca dividida ao meio para alojar a equipe pedagógica, rádio-escola e materiais de Educação Física (ambiente inapropriado para atender alunos e pais);
- 01 secretaria que divide espaço com a direção;
- 01 cozinha pequena e inadequada;
- 01 sala dos professores;
- 01 banheiro masculino para professores e funcionários;
- 01 banheiro feminino para professores e funcionárias;
- 01 banheiro feminino;
- 01 banheiro masculino;
- 01 banheiro adaptado que atende meninos e meninas;
- 01 quadra de esporte coberta;
- 01 sala improvisada para atendimento aos alunos da Sala de Recurso Multifuncional e Sala de Apoio à Aprendizagem.

8.1-Condições físicas do estabelecimento

A reforma foi um feito grandioso para o Colégio uma vez que este estava em condições precárias de funcionamento. Todavia, ela apresenta alguns problemas

como: alagamento nos dias chuvosos, pois as saídas de água não são suficientes para drenar a água da chuva e, ainda existe uma quantidade insuficiente de área coberta, que inviabiliza o deslocamento de um bloco ao outro, nos dias chuvosos.

Quanto às instalações físicas do colégio, estas ainda necessitam de melhorias, com o objetivo de garantir o conforto e a segurança da comunidade escolar. Segundo Moro (2005) o mobiliário escolar, juntamente com outros fatores físicos, é notadamente um elemento da sala de aula que influi circunstancialmente no desempenho, segurança, conforto e no comportamento dos alunos e, conseqüentemente, no processo de ensino aprendizagem.

O Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues - Ensino Fundamental e Médio necessita urgentemente de uma ampliação, pois nosso espaço físico é muito restrito e não conseguimos atender de maneira eficiente nossa demanda.

Sobre espaço físico restrito, a direção também sofre com a falta de estrutura, pois também não possui um local reservado e apropriado para desenvolver sua função; divide espaço com a secretaria.

Pontuamos, também, a falta de um laboratório de física, química e biologia, para realizar experiências práticas com o aluno e incentivá-los à pesquisa para que seja possível aumentar a qualidade do processo ensino e aprendizagem.

Não contamos também com um espaço físico para trabalhar com música, arte, teatro, dança etc. Dessa forma, muitas vezes nossos alunos ficam limitados à teoria em sala de aula e pequenas atividades em sala, mais uma vez a falta de espaço físico compromete a aprendizagem e limitam o desenvolvimento de nossos alunos. Além das necessidades citadas acima, necessitamos ainda de:

- Readequação e implantação das guias de cegos;
- Construção de banheiros para os professores;
- Reforma urgente na cozinha;
- Reforma do banheiro dos alunos;
- Cadeiras e carteiras adequadas para cada nível, atendendo as exigências ergonômicas;
- Construção de almoxarifado e área de serviços e lavanderia;
- Reforma no sistema hidráulico e de saneamento;

- Construção do depósito de merendas;
- Construção de vestiários na quadra de esporte;
- Construção de um ambiente onde o agente educacional I possa guardar seus materiais de trabalhos e seus pertences particulares;
- Construção de salas para multimídia, com segurança;
- Aquisição de novos computadores para o laboratório de Informática;
- Aquisição de novos computadores para todos os setores administrativos;
- Aquisição de equipamentos telefônicos para atender os diversos setores administrativos;
- Renovação do acervo bibliográfico da biblioteca escolar;
- Câmeras de segurança;
- Construção de espaço para área administrativa e Equipe Pedagógica.

8.2-Recursos pedagógicos

O Colégio é o espaço ideal para o desenvolvimento da aprendizagem, dos conhecimentos sistematizados e a formação dos alunos. O espaço físico é adequado para a realização das atividades pedagógicas de sala de aula, porém necessita-se ampliação do espaço para realização de projetos extraclasse. Por isso, a escola a partir da estrutura que possui, procura organizar espaços e ambientes que estimulam o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo com o valor educativo e formativo do educando.

Tabela 6: Espaços Pedagógicos

Salas de aula	Sala dos Professores
Biblioteca	Sala da coordenação (improvisada)
Laboratório de informática	Quadra polivalente coberta

Sala de Recurso Multifuncional	Sala de apoio
Secretaria	

8.3-Equipamentos e materiais didáticos existentes

Também conhecidos como recursos ou tecnologias educacionais, os materiais e equipamentos didáticos são todos e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e a sua apropriação do conteúdo.

Tabela 7: Equipamentos e materiais didáticos

Cadeiras	Quadro negro
Mesas	Bancos e mesas para refeitório
Data show-multimídia	Materiais concretos
Notebook	Mapas
Computadores e impressoras	Material para laboratório de ciências
Televisores	Retroprojektor
Notebook para a sala de Recursos Multifuncional	Equipamentos para a rádio-escola
Mesas e cadeiras p/laboratório de informática	Materiais e livros de leitura

A Biblioteca do Colégio é dividida com a Sala da coordenação e possui uma grande deficiência de material didático atualizado em todas as disciplinas, tanto do núcleo comum quanto da parte diversificada.

Quanto ao material de literatura, estamos em defasagem. Atualmente os poucos os livros que são adquiridos é com recursos próprios da escola e doações de professores.

Como já foi citado acima, não temos Laboratório de Biologia, Física e Química. Os materiais estão guardados em caixas e não são utilizados.

O Laboratório de Informática é pequeno e conta com 15 (quinze) computadores do PROINFO. Entretanto, hoje, o número de computadores é insuficiente para atender a demanda, pois muitas vezes estão sem condições de uso. Os poucos que ainda restam inviabilizam o uso do laboratório, tendo em vista o grande número de alunos por turma e o espaço restrito.

Além das dificuldades encontradas no funcionamento do Paraná Digital, a lentidão para acesso à internet também é um problema, isto devido ao fato de que são 4 (quatro) monitores ligados a uma CPU. O acesso à internet nem sempre é possível, mesmo com a distribuição de fibra óptica, o que inviabiliza o uso do laboratório pelos professores, como ferramenta no processo de ensino aprendizagem. Para ampliar os campos de aprendizagem nas mais variadas áreas, o Colégio conta com poucos recursos didático-metodológicos.

9-OBJETIVOS, FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES ORIENTADORAS DAS AÇÕES EDUCACIONAIS

9.1-Objetivos Gerais da Escola

A escola persegue finalidades. É importante ressaltar que, todos que fazem parte do ambiente escolar, precisam ter clareza das suas finalidades. Para tanto, há necessidade de se refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela define como:

9.1.1-Legais

“... O ensino fundamental compõe a Educação Básica, com duração de nove anos. Segundo a LDBEN/96 este nível de ensino tem o objetivo propiciar aos educadores o desenvolvimento da capacidade de aprender, com base no domínio da leitura, da escrita e do cálculo, a compreensão do ambiente natural, social, do sistema político, da tecnologia e dos valores da sociedade, bem como o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca”.

Parecer nº 15/98 – CEB do Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, p. 11, 1998.

Diretrizes da Educação do Campo. Curitiba (SEED. 2005).

Parecer nº 1000/2003, quanto a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada conforme a Resolução CEN/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

LDB 9.394/96

A oferta de atendimento educacional aos educandos com necessidades educacionais especiais no Estado vem sendo orientada de acordo com a legislação vigente, com destaque aos documentos:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 – capítulo V - art. 58, 59 e 60;
- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica Parecer nº 17/01 CNE e Resolução CNE nº 02/01; Deliberação nº 02/03 –

CEE. Lei nº 10.639/03 – MEC, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A Lei 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino de História Afro Brasileira no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio;

- ECA -Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de 1990), bem como no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001).

Na LDB nº 9394/96; nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Parecer nº 17/01 – CNE; na Resolução 02/01 – CNE; na Deliberação 39 02/03 – CEE – PR; estabelece critérios para o funcionamento de Classes Especiais e Sala de Recursos no Ensino Fundamental.

Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 01/02. Institui as diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. MEC: Brasília, 2002.

Brasil. Leis, Decretos, etc. Lei 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

Brasil. Leis, Decretos, etc. Lei 8.742/93. Dispõe sobre a organização da existência social e dá outras providências. MPAS: Brasília, 1993.

Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 01/04. Institui as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – MEC: Brasília, 2004.

LDB nº 9394/96 – capítulo V – Educação Especial – Artigos 58, 59 e 60.

Decreto nº 3.298/99 – regulamento.

Educacional Especializado – AEE (Atendimento Educacional Especializado) com função complementar e/ou suplementar à formação dos alunos;

Decreto nº 6.571/2008 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 1º – estabelece que os sistemas de ensino devem matricular os alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado;

Decreto nº 6.571/2008 – dispõe sobre o atendimento educacional especializado como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados

institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular;

Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e nº 4/2009, art. 3º – institui as Diretrizes e Normas para a Educação Especial na Educação Básica.

Lei nº 10.172/2001 – aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Resolução nº 864/2001 – Estruturação do espaço físico da Rede Estadual de Educação Básica e ocupação das salas de aula.

Deliberação nº 007/99 – Normas Gerais para avaliação do aproveitamento escolar.

9.1.2-Sociais

A comunidade escolar deste Estabelecimento em diversos momentos em que debateu a educação, deixou claro os objetivos sociais que devem permear todo o funcionamento e organização da escola; são eles:

Trabalhar a formação ética dos alunos promovendo ações sobre a dignidade do ser humano, igualdade de direitos, importância da solidariedade, da recusa de todas as formas de discriminação, observância das leis partindo dos princípios estabelecidos neste Projeto Político Pedagógico.

Garantir a educação de qualidade com:

- Terminalidade, através de um processo de ensino-aprendizagem que contemple a proposta neste Projeto Político Pedagógico;
- Conscientizar o nosso aluno da importância da permanência do homem no campo ou na cidade, inserindo-o ao mercado de trabalho, aplicando seu conhecimento na área;
- Conscientizar a importância do processo ensino aprendizagem para a vida profissional, compreender a administração para sua inserção e manutenção social e econômica;
- Abordar a importância do trabalho lícito;

- Promover palestras e trabalhos em parceria com outros órgãos públicos combatendo o trabalho ilícito, exploração sexual, drogas, violência e exposição promiscua;
- Fortalecer o vínculo entre escola e comunidade escolar;
- Trabalhar o assunto redes sociais. Como trabalhar o vício, dependência, hábito constante do uso das redes sociais no trabalho, escola, família, de forma limitada e sem prejuízo, promovendo palestras e relacionamento social (ciberbullyng).

9.2-Objetivos do Ensino Fundamental - Ensino Fundamental de 9 anos

Ensino Fundamental anos finais, que compreendem do 6º ao 9º ano, a Base Nacional Comum das Matrizes Curriculares deverá ser composta, obrigatoriamente, pelas disciplinas de Arte, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática. Na Parte Diversificada das Matrizes Curriculares deverá estar especificada uma Língua Estrangeira moderna como disciplina obrigatória, nos anos finais que compreendem do 6º ao 9º ano, definida pela comunidade escolar. A qual se optou pelo ensino de Língua Estrangeira Moderna Inglês nesta instituição.

Conforme artigo 32 das Diretrizes Curriculares, o Ensino Fundamental, com duração de no mínimo 9 anos, obrigatório e gratuito na escola pública terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I. Desenvolvimento da capacidade de aprender tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam as sociedades;
- III. Desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de atitudes e valores;
- IV. Fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

9.3-Objetivos do Ensino Médio

A LDB vem conferir uma identidade ao Ensino Médio, quando estabelece nos seus artigos 21 e 22 que o Ensino Médio passa a integrar a etapa do processo educacional que a nação considera básica para o exercício da cidadania, base para o acesso às atividades produtivas, inclusive para o prosseguimento aos níveis mais elevados e complexos da educação para o desenvolvimento pessoal e sua inter-relação com a sociedade, visando:

*A formação da pessoa de forma a desenvolver os seus valores e as competências necessárias à integração de seu projeto ao projeto da sociedade em que se situa;

*A preparação e orientação básica para sua integração ao mundo do trabalho, com capacidades de aprimoramento profissional que lhes permita acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo;

* Meios para continuar aprendendo de forma autônoma e crítica em níveis mais complexos de estudos.

Segundo a LDB o Ensino Médio tem como objetivos:

- I. Domínio de conhecimentos gerais e dos princípios científicos e tecnológicos que o educando deverá alcançar ao final do Ensino Médio;
- II. A possibilidade do aproveitamento de experiências, visando a complementação do processo de escolarização;
- III. A possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- IV. Conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- V. Domínio dos conhecimentos de Sociologia e Filosofia necessários ao exercício da cidadania;
- VI. Promover a interdisciplinaridade superando a organização linear de estudos por disciplinas;
- VII. Desenvolver e consolidar conhecimentos nas áreas, de forma contextualizada;
- VIII. Desenvolver o raciocínio e a capacidade de aprender;

- IX. Oferecer a possibilidade da manifestação livre dos ocupantes da escola;
- X. Promover os valores da solidariedade entre os participantes da escola e da comunidade;
- XI. Criar um indivíduo com mais autonomia e reconhecedor da identidade do outro.

9.4-Filosofia da Escola

Promover o desenvolvimento do cidadão consciente, instrumentalizando-o, através do conhecimento e da prática social para que possa compreender criticamente a realidade, atuando na busca da superação das desigualdades e do respeito ao ser humano. Desenvolvendo com isso as condições necessárias para se adequar às transformações e promover as mudanças socialmente necessárias.

9.5-Princípios norteadores

9.5.1- Igualdade

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069 de 13 de Julho de 1990, preconiza que toda criança deve ter seus direitos respeitados gozando de proteção integral, assegurando-lhe todas as oportunidades e facilidades para seu desenvolvimento físico, mentais, morais, espirituais e sociais em condição de liberdade e dignidade.

As garantias previstas pelo ECA (1990) nem sempre são atendidas, o que auxilia num dos principais desafios atuais de nossas escolas; a permanência na escola e a conclusão dos níveis de ensino em idade adequada. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (2004).

É compromisso, portanto, o papel primordial da escola no sentido da luta pela igualdade de direitos, superação dos preconceitos e discriminação de minorias. Neste sentido, a demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e

afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9394/96, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas (DCN – 2004).

Segundo GARAUDY,

“a função primordial da educação já não pode se adaptar à criança a uma ordem existente, fazendo com que assimile os conhecimentos e o saber destinados a inseri-la em tal ordem, como procederam a gerações anteriores, mas, ao contrário, ajudá-la a viver num mundo que se transforme em ritmo sem precedentes históricos, tornando-a assim, capaz de criar o futuro e de inventar possibilidades inéditas.”

Segundo SARTRE “o homem está condenado a ser livre. Condenado, porque não se criou a si mesmo e como, no entanto, é livre, uma vez que foi lançado no mundo, é responsável por tudo o que faz” (SARTRE, 1987, p. 9) e, por isso necessita justificar os seus atos. Os nossos atos não são justificados por si mesmos. Portanto, somos responsáveis pela liberdade que alcançamos. Em uma mesma sala de aula estão reunidas crianças e jovens de gêneros diferentes, religiosidade, pertencimentos, especialidades vividas, temporalidades, concepções, etc. Essa diversidade de sujeitos complica a prática pedagógica que, evidentemente, não pode ser a mesma para todos. Algumas crianças conseguem aprender conforme ditames dos padrões didáticos, mas outros necessitam de suportes diferenciados.

9.5.2- Princípios de Igualdade de Acesso e Permanência

Sabemos que há grandes desigualdades de natureza socioeconômicas e culturais. A sociedade brasileira é marcada pela presença de diferentes etnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades. É preciso tomar cuidado para que a desigualdade não se confunda com diversidade, também presente

em nosso país tendo como resultado a injustiça social. Ambas as posturas exigem ações efetivas de superação. Infelizmente, muitas vezes a escola é um ambiente permeável nos mecanismos de discriminação, e exclusão existente na sociedade. Diante disso não basta igualdade de acesso e permanência, requer mais que a expansão quantitativa de oferta, requer, portanto, a ampliação do atendimento com simultânea manutenção da qualidade, garantindo a permanência dos alunos menos favorecidos.

A escola deve ser a mediadora, respeitando e valorizando a diversidade étnica e cultural que constitui, a fim de formar cidadãos aptos para viver democraticamente em uma sociedade plural.

Nesse sentido, a escola deve ser o local de aprendizagem de que as regras do espaço público, democrático, garantem a igualdade do ponto de vista da cidadania e ao mesmo tempo a diversificação como direito. Portanto, a igualdade deve ser vivenciada no interior da escola, no trabalho cotidiano de buscar a superação de todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão social, valorizando cada indivíduo e todos os grupos que compõem a sociedade em que a escola está inserida.

9.5.3- Qualidade e Domínio dos Conhecimentos

A qualidade formal não pode ser exclusiva a um professor ou a alunos pertencentes a minorias sociais. Deve-se valorizar qualidade para todos, o que vai muito além da meta quantitativa do acesso global. Qualidade implica consciência crítica e capacidade de ação de saber e de mudar.

A escola de qualidade tem obrigação de evitar todas as maneiras possíveis à repetência e a evasão. Tem que garantir a meta qualitativa do desempenho satisfatório de todos. Qualidade para todos, portanto, vai além da meta quantitativa de acesso global no sentido de que as crianças em idade escolar, ingressem e permaneçam na escola atingindo sua meta que é a aprendizagem.

É preciso garantir a permanência dos que nela ingressarem. Em síntese, qualidade implica consciência crítica e capacidade de ação; saber e mudar. Segundo VEIGA (1995), a capacidade que desejamos e necessitamos, conjuga caráter formal

ou técnico, (ênfatiza os instrumentos, os métodos e as técnicas) com o político (voltados para fins, valores e conteúdos).

A qualidade formal significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos, diante dos desafios do desenvolvimento. A qualidade política é condição da participação voltada para os fins, os valores e os conteúdos. Em busca da inversão do quadro social de desigualdades, está investindo-se na instrumentalização de todos com qualidade e domínio dos conhecimentos historicamente elaborados, bem como a compreensão, reflexão, busca de ação e diminuição das desigualdades e preconceitos.

9.5.4- Liberdade / Autonomia

A escola é um ambiente de construção de cidadania, espaço onde se pensa, cria, produz e trabalha com o conhecimento. É também comprometida com a liberdade, pois somente quando existe uma ação reflexiva com olhos à prática é que se pode efetivamente haver mudanças nos sujeitos envolvidos neste processo. A autonomia da escola está ligada, portanto, a instrumentalização de seus sujeitos; a conscientização de seus objetivos, bem como suas conquistas enquanto grupo.

A escola, enquanto instituição pública e a serviço deste, tem o dever de zelar e garantir o acesso com qualidade da comunidade em idade escolar. É necessário ter clareza da função social da escola, de modo a realizar uma prática competente e concisa na busca da superação das desigualdades sociais. Garantir conhecimentos consistentes com reflexão, construindo possibilidades nas relações de autonomia para que o educando passe a agir criticamente em seu cotidiano.

A autonomia da Gestão Escolar evoluiu nos últimos anos, porém, é preciso que ela aconteça de modo mais efetivo e não só nas questões internas do dia-a-dia escolar. Para isso é importante a participação da comunidade que fortalecerá cada vez mais essa autonomia, levando-a para setores externos da escola de onde nos vem à clientela para a qual volta-se toda a gestão escolar. A participação da comunidade escolar não depende somente da abertura propiciada pela direção da escola.

O importante é que todos saibam da importância que cada participação representa no processo pedagógico. Fazem parte da ação colegiada: Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmios estudantis, Representantes de turma/classe e APMF.

9.5.5 - Autonomia Administrativa

Refere-se a organização da escola e nela destaca-se o estilo de gestão, a direção como coordenadora de um processo que envolve relações internas e externas, ou seja, como sistema educativo e com a comunidade na qual a escola está inserida.

A escola, através do processo de eleição democrática, deve garantir a escolha das lideranças, pautadas no objetivo do bem estar coletivo, incrementando assim, através do Conselho Escolar, APMF, um constante espaço de negociações, diálogo, liberdades, onde todos são coautores e corresponsáveis pelas ações da escola.

9.5.6 - Autonomia Jurídica

A escola está vinculada à legislação dos órgãos centrais, os quais regulamentam as normas e orientações escolares. Esta existe em função de seus alunos, de seus objetivos pedagógicos, gerando assim um compromisso primeiro com o crescimento, as conquistas de seus educandos, ou seja, desburocratizar, o que eventualmente possa atrapalhar estes objetivos.

9.5.7 - Autonomia Financeira

A autonomia financeira engloba duas vertentes: dependência financeira de Poder Público, controle e previsão de contas. Cabe ao Estado, desta forma, prover os recursos necessários à adequada manutenção da unidade escolar e à direção, ao

Conselho Escolar, APMF, através de seus membros com funções consultiva e fiscalizadora; gerenciando de forma democrática e autônoma os recursos destinados à busca de melhoria do coletivo escolar.

9.5.8 - Autonomia Pedagógica

A escola se caracteriza primeiramente por sua ação pedagógica, sua função instrumentalizadora, formativa e transformadora. A escola como processo coletivo de construção em prol do bem comum deve estar a serviço deste, observando as diretrizes gerais do Conselho Nacional de Educação, introdução de novas metodologias, diferentes processos avaliativos, avaliação e contribuição no desempenho docente e discente; organização e incentivos a pesquisas; organização e informação de cronograma, horários, etc; auxiliar e acompanhamento de egressos; emissões de graus, certificados, etc; busca de parcerias com outras instituições da comunidade, ou outras que venham auxiliar na formação e melhoria do processo pedagógico, delineando sobre problemas internos relevantes; análises, fiscalização e garantia do cumprimento das ações previstas. Conforme FREIRE, “O conhecimento é sempre conhecimento de alguma coisa, é intencionado, isto é, está sempre dirigido para alguma coisa”. (2003, pág. 59).

A escola deve caminhar em busca da humanização, da igualdade, do respeito, da autonomia, pois não basta ter o conhecimento, é preciso saber para aonde se está indo e com quais objetivos, pois somente a consciência a caminho da ação autônoma é capaz de modificar a realidade desigual à que estamos inserida socialmente.

Segundo LEITE, (1994, 12-13) “o conhecimento elaborado na escola pode ser visto sob dois enfoques”:

- Na qualidade de produto, o conhecimento parece estático, acabado, evolutivo e acumulativo, pois se resume a um conjunto de informações neutras, objetivas e impessoais sobre o real elaborado e sistematizado no trabalho de investigação da realidade;

- Na qualidade de processo, o conhecimento é dinâmico, está envolto por um contexto de controvérsias e divergências, traz subjacente uma série de compromissos, interesses e alternativas de objetividade e neutralidade.

A autonomia, enquanto construção coletiva, junto à reflexão e a ação “consciente” levam à proposta de educação que visa sempre formar o cidadão crítico, autônomo, criativo, capaz de agir e transformar a sociedade em que vive.

10-CONCEPÇÕES

10.1-Homem (infância, adolescência, juventude, adulto e idoso)

O homem é um ser natural e social, sujeito transformador seguindo suas necessidades. É preciso pensar o homem como sujeito de direito, um ser que precisa de alimentação, saúde, trabalho, lazer, com livre expressão política e social, salário digno, com direito ao ir e vir. Conforme Saviani (1992) "O homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar a natureza, ele tem que se adaptar a natureza a si, isto é transformá-la pelo trabalho". Ser natural, passível de mudanças, transformando-se segundo suas necessidades, adaptando a natureza a si.

Por ser um ser histórico, faz-se necessário compreendê-lo nas suas relações, inerentes a natureza humana. Um homem consciente dos direitos e deveres, com iniciativa, criatividade e domínio do conhecimento e das transformações do mundo tecnológico. Para KRAMER (1995) o conceito de infância se diferencia conforme a posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica em que se inserem. Portanto, não há uma concepção infantil homogênea, uma vez que as crianças e suas famílias estão submetidas a processos desiguais de socialização e de condições objetivas de vida. Nesse sentido, cabe à escola, reconhecer estes sujeitos como capazes de aprender os diferentes conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados como conteúdos pela escola, respeitando a singularidade da infância.

Algumas singularidades que marcam esta fase da vida explicitam as formas que as crianças desenvolvem, na interação social, para aprender e relacionar-se com o mundo: a grande capacidade de aprender; a dependência em relação ao adulto, o que exige proteção e cuidados; o desenvolvimento da autonomia e autocuidados; o intenso desenvolvimento físico-motor; a ação simbólica sobre o mundo e o desenvolvimento de múltiplas linguagens; o brincar como forma privilegiada de apropriar-se da cultura; a construção da identidade, por meio do estabelecimento de laços sociais e afetivos (FARIA & SALLES, 2007). Pode-se afirmar que têm ocorrido avanços nos estudos sobre a infância à medida que se destaca esta etapa da vida humana como uma construção social, o que supera as compreensões de caráter

inatista, pois se compreende que a aprendizagem se dá na interação social, não estando condicionada pela maturação biológica.

A concepção de infância e de desenvolvimento infantil como construção histórica foi uma das grandes contribuições dos estudos de Vygostsky (2007) que, ao analisar o desenvolvimento humano privilegia a interação social na formação da inteligência e das características essencialmente humanas. Os estudos de Vygostsky (2007) indicam que é importante analisar criticamente o contexto social, a fim de compreender com que criança se está trabalhando, quais suas necessidades e como possibilitar que todas as crianças se apropriem dos conteúdos organizados no currículo escolar. Quanto a juventude pode-se afirmar que é uma categoria socialmente produzida. É necessário levar em conta que as representações sobre a juventude, os sentidos que se atribuem a esta fase da vida, a posição social dos jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos. Então, pode-se afirmar que a juventude é uma construção histórica. Buscar perceber como os jovens estudantes constroem o seu modo próprio de ser é um passo para compreender suas experiências, necessidades e expectativas.

10.2-Concepção de sociedade

Para compreendermos o sentido da escola, sua função social e a natureza do trabalho educativo, precisamos antes entender em que tipo de sociedade estamos inseridos. Sempre que se exige a mudança da escola, a própria sociedade está em transição e precisa de outro tipo de educação. No mundo contemporâneo de intensa urbanização, as alterações são muito mais velozes do que nas comunidades tradicionais. Mesmo assim, não há sociedade estática: em maior ou menor grau todas mudam, estabelecendo uma dinâmica que resulta do embate entre tradição e ruptura, herança e renovação.

A transformação produzida pelo homem pode ser caracterizada como um ato de liberdade, entendendo-se liberdade não como alguma coisa que é dada ao

homem, mas como resultado da sua capacidade de compreender o mundo, projetar mudanças e realizar projetos.

A sociedade configura todas as experiências individuais do homem, transmite-lhe resumidamente todos os conhecimentos adquiridos no passado do grupo e recolhe as contribuições que o poder de cada indivíduo engendra e que oferece a sua comunidade. Nesse sentido a sociedade cria o homem para si. (PINTO, 1994, p.59)

Em sociologia, uma sociedade é o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade. Uma sociedade é um grupo de indivíduos que formam um sistema semi-aberto, no qual a maior parte das interações é feita com outros indivíduos pertencentes ao mesmo grupo. O significado geral de sociedade refere-se simplesmente a um grupo de pessoas vivendo juntas numa comunidade organizada.

E esta mesma sociedade espera da escola a contribuição na construção da cidadania, onde seus membros tenham conhecimentos e informações necessárias para um relacionamento pacífico e harmonioso onde todos sintam-se responsáveis por todos e os direitos sejam os mesmos, entre os quais destacamos: emprego, qualidade de vida, meio ambiente saudável, igualdade, enfim, ideais afirmativos para a vida de uma comunidade saudável.

10.3-Concepção de Mundo

A pedagogia histórico-crítica está na relação entre o trabalho educativo e a formação e transformação da concepção de mundo de alunos e professores. Portanto, o ensino precisa estar fundamentado na concepção de mundo que seja materialista, histórica e dialética, entendendo que o papel educativo do ensino dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos acontece de maneira tão mais consistente quanto mais esse ensino esteja fundamentado nessas concepções de mundo. Quanto a seleção e organização dos conteúdos o critério da pedagogia

histórico-crítica é o do desenvolvimento de cada pessoa como um indivíduo que possa concretizar em sua vida a humanização alcançada até o presente pelo gênero humano. Considerando que o desenvolvimento do gênero humano, tem ocorrido pelas contradições geradas pela luta de classes, é preciso que o caráter contraditório e heterogêneo do desenvolvimento do que Saviani chamou de “elementos culturais” sejam considerados, que estão necessariamente marcados pela luta ideológica, que sempre acompanha a luta de classes. Luta ideológica significa, entre outras coisas, luta entre concepções de mundo.

A definição dos conteúdos escolares é uma tomada de posição nesse embate entre concepções de mundo não apenas diferentes, mas fundamentalmente conflitantes entre si. (SAVIANI, 2012) Ensinar conteúdos escolares como Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, Língua Portuguesa e Matemática é ensinar as concepções de mundo veiculadas por esses conhecimentos, ou seja, é educar. Por menos explícitas que sejam as concepções de mundo presentes nos conhecimentos ensinados na escola, elas sempre existem, o que faz do ensino desses conhecimentos sempre um ato educativo. Nesse sentido, a tarefa da escola é a socialização das formas mais desenvolvidas de conhecimento, é formação das bases para a difusão do materialismo histórico-dialético como concepção de mundo.

10.4-Concepção de educação

Sendo a função social da escola, formar o cidadão em toda extensão da palavra, torna-se indispensável dar acesso ao educando do saber acumulado pelo homem ao longo da história, exercitando no mesmo a visão crítica, não esquecendo que, segundo Freire (1978), o saber deve ser despertado no sujeito, o saber trazido por ele acumulado pela comunidade em que vivem e atuam. E é esse saber que irá enriquecer a comunidade, pois será exercida a cidadania, o respeito, a solidariedade, enfim o sujeito estará sendo valorizado pelo que já sabe e não pelo que deverá saber o que certamente democratizará a própria sociedade na qual está inserido.

O trabalho pedagógico dentro deste contexto deverá seguir no amparo ao método de aprender de cada um, valorizando o saber já adquirido e auxiliando a

aquisição de novos conceitos, novas ideias, com o filtro crítico de cada um, para assim preservar a identidade do sujeito proporcionando o crescimento do conhecimento.

A educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade. Assim como o ser humano, também a educação é um acontecimento sempre em transformação, seus objetivos e conteúdos variam ao longo da história e são determinados conforme o desdobramento concreto das relações sociais, das formas econômicas da produção, das lutas sociais.

A educação considera a interação de todos os aspectos da pessoa humana com a sociedade na qual está inserida. São múltiplos os conceitos estabelecidos sobre a educação, mas necessariamente, um conceito de educação considera o homem e a sociedade. Daí decorrem os questionamentos: Que tipo de homem desejamos obter com o produto do nosso trabalho? Que tipo de sociedade interage com este homem que pretendemos formar?

Nesta instituição, pretendemos através das atividades educativas, se abrir para relações mais amplas entre o indivíduo e o meio humano, social, físico, ecológico, cultural e econômico, diversificando assim as formas de atuação, possibilitando maior interação entre esta instituição e a comunidade onde está inserida, pois compreendemos a educação como um processo que se baseia na reflexão sobre a realidade e, ao mesmo tempo, assimila suas necessidades e a crítica em suas inconsistências, agindo no sentido de entendê-la em muitos aspectos.

10.5-Concepção de cultura

É demasiadamente difícil definir o que é cultura, e ao mesmo tempo simples. Tudo aquilo que nos cerca, ou tudo o que nos preenche e forma o nosso intelecto, o fruto da nossa inteligência, obras das nossas mãos ou da nossa filosofia, a própria filosofia, aquilo que realizamos a partir da natureza, não a própria. Aldo Vanucchi pontua que:

Cultura é tudo aquilo que não é natureza por sua vez, toda ação humana na natureza e com a natureza [...] a terra é natureza, mas o plantio é cultura. As árvores são natureza, mas o papel que delas provém é cultura. Em resumo tudo que é produzido pelo ser humano é cultura. (VANUCCHI, 1987, p. 133)

Portanto, se pensarmos em todos os nossos costumes e hábitos, concluiremos que os mesmos fazem parte da cultura do povo ao qual estamos inseridos. Nos dias atuais onde a malha cultural é tecida pela globalização, está ficando ainda difícil identificar culturas virgens, sem mescla. Com a proliferação da tecnologia computacional, das telecomunicações principalmente, um número incontavelmente em crescimento de pessoas está aderindo a costumes que não nascem de suas regiões, não trazem elementos de sua descendência.

Um mundo de cultura global se instala, tornando os indivíduos não mais latinos, ianomâmi, sertanejo, mas sim terráqueos. Lógico, desde que estejam sob a algazarra da cultura de massa imposta pela mídia. Dentro deste contexto faz-se mais necessário do que nunca envolver o educando em sua cultura regional criando para isso, mecanismos dentro do espaço escolar.

10.6-Concepção de cidadão e cidadania

Na atualidade muito se tem debatido sobre a cidadania e a função do cidadão dentro da realidade social. De acordo com Dallari (1998, p. 14), a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

Considerando a definição acima, onde cidadania é apresentada como uma forma de consciência do indivíduo, para que faça parte de um povo, é necessário que

se construa junto ao educando uma visão crítica onde se busque eliminar as barreiras que separam os indivíduos e provocam as injustiças sociais.

Sendo a educação a grande responsável pelo despertar da consciência do indivíduo, fica o espaço escolar o grande responsável por este despertar, faz-se então necessário dedicar ao exercício disto dando a ela – a educação – a devida importância. O exercício da cidadania exige o acesso de todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para a intervenção e participação responsável na vida social. Para que a escola atenda a esses objetivos, torna-se necessário uma proposta educacional que expresse a busca da qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes. A escola mais do que nunca é um espaço social privilegiado de construção de conhecimentos, significados éticos necessários e constitutivos das ações de cidadania, pois envolve um processo ideológico de formação de consciência pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres.”

Assim sendo, exercemos nossa cidadania através de lutas contra as discriminações e contra as opressões e tratamentos desiguais. É condição essencial de a cidadania reconhecer que a emancipação depende fundamentalmente do interessado.

Portanto o grande desafio em nossa escola é dar condições aos educandos de se tornarem cidadãos conscientes, organizados e participativos do processo de construção político-social e cultural onde a educação constitui-se em um dos principais instrumentos de formação da cidadania e deve ser entendida como a concretização dos direitos que permitem a sua inserção na sociedade.

10.7-Concepção de conhecimento e ensino – aprendizagem

Por muito tempo a Pedagogia focou o processo de ensinar no professor, supondo que, como decorrência, estaria valorizando o conhecimento. O ensino, então, ganhou autonomia em relação à aprendizagem, criou seus próprios métodos e o processo de aprendizagem ficou relegado a segundo plano.

Hoje se sabe que é necessário ressignificar a unidade entre aprendizagem e ensino, uma vez que um não se realiza sem o outro.

As concepções do processo ensino-aprendizagem remetem para os significados pessoais e gerais em torno do processo ensino-aprendizagem, ou seja, interpretações do ensino e do ensinar, da competência e desempenho dos professores, da sua eficácia, da satisfação nas atividades docentes, do melhor método, da aprendizagem, das funções do professor e do aluno e das dificuldades percebidas nas atividades docentes.

Buscamos, portanto, um marco explicativo que permita essa ressignificação, além da criação de novos instrumentos de análise do planejamento e condução da ação educativa na escola, nos situando dentro de uma perspectiva construtivista. A perspectiva construtivista na educação é configurada por uma série de princípios explicativos do desenvolvimento e da aprendizagem humana que se complementam integrando um conjunto orientado a analisar, compreender e explicar os processos escolares de ensino – aprendizagem.

Consideramos também o fato de que para aprender, é necessário querer aprender; por isso, é muito importante que o professor seja um motivador dos alunos, criando uma situação favorável à aprendizagem, por meio de variados recursos, métodos e procedimentos de ensino. Segundo Paulo Freire:

Ensinar inexiste sem aprender e vice – versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Aprender precedeu ensinar ou em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. (FREIRE, 1987, p.18)

Daí a importância de conhecermos e refletirmos sobre o real significado do ensino e da aprendizagem que não se resumem apenas ao espaço da escola, mas estão presentes em diversos ambientes e situações como: em casa, na rua, no trabalho, no lazer, em contato com os produtos da tecnologia e no contato com a natureza.

Cada situação pode ser uma situação de ensino e aprendizagem, que consiste em ser capaz de indagar, pesquisar, procurar alternativas, experimentar,

analisar, dialogar, compreender, ter uma atitude indagadora perante tudo o que se relaciona com a educação.

Das diferentes correntes epistemológicas, o Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues fez sua opção, apoiando-se na teoria de que o conhecimento é construído a partir da interação professor-aluno. Há a necessidade de criar situações em que o indivíduo seja instigado a refletir e buscar o conhecimento, por meio de circunstâncias em que ele precise fazer escolhas diante de problemas que surgem espontaneamente e não criados num clima artificial.

Prezamos em nossa escola por um espaço em que o professor não assuma a posição de concentrador do saber, mas sim o professor é quem direciona o trabalho pedagógico, o sujeito que proporciona um espaço democrático e aberto. Esse espaço distancia-se daquele em que geralmente nos colocamos em sala de aula: ditadores de um conhecimento que somente nós podemos disseminar. De acordo com Freire:

É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. (FREIRE, 2000, p. 25).

O eixo organizador da prática pedagógica está na aprendizagem, entendendo que alguns alunos precisam de mais tempo e de metodologias diferenciadas para garantir que ocorra a efetiva aprendizagem, e vale lembrar o que Paulo Freire não se cansava de repetir: “ensinar exige comprometimento”.

O Colégio Estadual Jaime Rodrigues acredita que o conhecimento só tem sentido quando possibilita o compreender, por esse motivo deve ser contextualizado e interdisciplinar e desenvolver a criatividade e a autonomia do aluno. Nesta perspectiva, preconizando uma prática pedagógica transformadora, o colégio assume o compromisso de formação da consciência crítica, e busca em todos os envolvidos com a prática educativa aliados para a conquista de uma educação emancipatória.

10.8-Concepção de trabalho

A palavra trabalho deriva do latim *tripalium*, objeto de três paus aguçados utilizado na agricultura e também como instrumento de tortura. Mas, outros conceitos foram associados, e segundo Karl Marx (1983), o trabalho é o fruto da relação do homem com a natureza, e do homem com o próprio homem, é o que nos distingue dos animais e move a história, sendo considerada também a transformação da natureza em produtos ou serviços, portanto em elementos de cultura. O trabalho é desse modo, o esforço realizado, e também a capacidade de reflexão, criação e coordenação.

Sob esta concepção, o trabalho é também entendido como um meio transformador de uma sociedade e, seguindo este raciocínio a educação tem função estratégica central na construção de uma nação, portanto a escola pode e deve ser a esperança da transformação da sociedade, pois é o elo entre o fazer e o pensar.

A mudança no perfil e nas incumbências do professor, exigida pela LDB 9394/96 e pela reforma educacional em implementação, são bons exemplos da necessidade de os profissionais e as instituições serem flexíveis para poder continuar aprendendo. Estamos, portanto no âmbito da formação continuada. A formação continuada vem de encontro ao fato de que, na sociedade do conhecimento e no mundo do trabalho, será preciso achar formas de continuar aprendendo sempre e desenvolvendo-se profissionalmente.

10.9-Concepção de Tecnologia

No senso comum, a tecnologia é vista como a expressão material de um processo que se manifesta através de instrumentos, máquinas, dentre outros, cuja suposta finalidade é melhorar a vida humana.

Esta visão vem sendo bastante difundida principalmente através dos meios de comunicação que constantemente divulgam produtos e serviços tecnológicos que vieram para facilitar o cotidiano das pessoas, tornando-a mais confortável, mais rápida, mais eficiente, mais ágil e assim por diante. Não se pode negar que os atuais

alunos, sem que se deem conta, aprendem a todo o instante, com ou sem uma educação formal. Principalmente quando as informações chegam a eles de uma forma mais lúdica, atrativa, informal, e muitas vezes fazendo uso de tecnologias, como os videogames, acesso à internet, nas salas de discussão, de bate-papo, revistas e jornais on-line, CD ROM, entre outros.

Na LDB 9394/96, ao propor a formação tecnológica como eixo do currículo, assume a concepção que releva novas formas de selecionar, organizar e tratar metodologicamente os conteúdos. A eficiência desse eixo tecnológico no currículo só existe se for suficiente para o acesso a todos da Escola Pública havendo, portanto, vontade e ação política que possibilite esse investimento e contribua para o desenvolvimento de todos, principalmente os mais desfavorecidos.

É preciso pensar em uma pedagogia mediadora, a qual facilite a aprendizagem utilizando a tecnologia como mais uma forma de selecionar, organizar e tratar metodologicamente os conteúdos. Alunos que vivem no mundo informatizado convivem com alunos que tem pouco ou nenhum acesso a esses meios nas escolas regulares. Esta terá que assumir o papel de integradora dando condições para que esses alunos não fiquem excluídos desse mundo digital. As novas tecnologias podem trazer benefícios como o aceleração do desenvolvimento cognitivo, da curiosidade, aumento da criatividade, auxílio no aprendizado, uma produtividade maior e um contínuo treinamento para o acompanhamento tecnológico, contato com um imenso volume de informações. Por outro lado, o uso dos computadores na escola pode ficar prejudicado pelo despreparo dos próprios educadores e educandos, pelas influências negativas causadas pela utilização excessiva das máquinas, pela interpretação prematura do mundo, raciocínio formal e reduzido, problemas quanto às pesquisas escolares via internet.

No entanto, embora existam riscos, é de vital importância que os alunos entrem em contato com novas tecnologias dentro da escola, pois em caso contrário, serão excluídos de grande parte do mercado de trabalho. Na escola terão a oportunidade de desenvolver uma visão crítica referente ao uso desses recursos, minimizando a manipulação dos meios sobre o indivíduo.

10.10-Concepção de Gestão Democrática

A gestão democrática, se efetiva com a consciência pedagógica sobre o administrativo, demonstrada pela participação dos integrantes da escola bem como a da comunidade visando a divisão de responsabilidades através do exercício da cidadania.

Desenvolver uma cultura de participação e comprometimento supõe um redimensionamento dos papéis tradicionalmente executados e a utilização efetiva de órgãos colegiados existentes na escola. Do ponto de vista da direção espera-se o exercício efetivo da liderança enquanto elemento integrador e catalisador dos esforços do grupo.

Conferir à escola maior poder de decisão é sem dúvida livrá-la das amarras que constituem entraves à realização dos seus projetos, porém, isso implica aumento de responsabilidades para seus membros, sobretudo para o diretor. Espera-se dele um trabalho de articulação tanto em nível interno, com seus pares, como com a comunidade de pais e representantes legais da comunidade ou ainda com as lideranças locais, a fim de obter o apoio necessário para a execução dos projetos assumidos pela comunidade escolar.

Sendo assim, a gestão da escola deve ser entendida como um processo que rege o seu funcionamento, compreendendo a tomada de decisões, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação referentes às políticas educacionais no âmbito da unidade escolar, com base na legislação em vigor e de acordo com as diretrizes fixadas pela SEED. As relações com a comunidade escolar dimensionam os aparelhos de gestão participativa (eleição de diretor, Conselho Escolar, Conselho de Classe, dentre outros).

Dessa forma, a gestão democrática pressupõe compreender que a educação é um direito de todos e a escola como serviço público, deve exigir a transparência nas decisões e a real possibilidade de interferência e condições básicas para a democracia e a participação.

10.11-Concepção de Avaliação e Recuperação de Estudos

A avaliação do ensino-aprendizagem deve estar direcionada para construção do conhecimento, da aprendizagem efetiva dos conteúdos socioculturais, dos temas emergentes da sociedade sem deixar de levar o educando ao objetivo maior da educação que é a formação para a cidadania, base fundamental da sociedade democrática. Os critérios de avaliação apontam as experiências educativas a que os alunos devem ter acesso e que são consideradas essenciais para o seu desenvolvimento e socialização.

O papel essencial da avaliação será responder: "O que está sendo produzido com essa intervenção? Em que medidas as situações de ensino construídas favorecem a aprendizagem das atitudes desejadas?"

A finalidade principal da avaliação será em ajudar os educadores a planejar a continuidade de seu trabalho, ajustando-o ao processo de seus alunos, buscando oferecer-lhes condições de superar obstáculos e desenvolver o auto-conhecimento e a autonomia, e nunca de qualificar os alunos.

A avaliação deve ser compreendida como o conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno aprendeu, assim, se faz necessário a elaboração de procedimentos investigativos que possibilitem o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para tornar possível o ensino e a aprendizagem de melhor qualidade.

É preciso, então, que todo processo avaliativo seja conscientemente, vinculado à concepção de ensino que permeia a prática pedagógica, e, conseqüentemente, ao encaminhamento metodológico, tendo-se sempre claro o que de fato se quer que seja ensinado, para saber o que avaliar. Outro aspecto a ser lembrado é que avaliação não deve representar o fim do processo ensino-aprendizagem, mas sim um parâmetro para o repensar e o retomar do processo ensino e aprendizagem.

É a função diagnóstica da avaliação, que deve considerar tanto o aluno individualmente como a ação pedagógica desenvolvida pela escola como um todo.

Nesse sentido, eles devem refletir de forma equilibrada os diferentes tipos de capacidades e as três dimensões de conteúdos (conceitos, procedimentos e

atitudes), e servir para encaminhar a programação e as atividades de ensino e aprendizagem.

Essa prática pressupõe que os educandos sejam sujeitos de seu processo de aprendizagem e que construam significados para o que aprendem, por meio de múltiplas e complexas interações com os objetos de conhecimento, tendo, para tanto, o professor como mediador. Deve-se observar os avanços e qualidades da aprendizagem através de uma avaliação contínua, um acompanhamento diário, pois assim é possível detectar em que o aluno melhorou.

Assim, a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para cumprir essa função, a avaliação deve possibilitar o trabalho inovador, numa dimensão criadora e original que envolva o processo de ensino e aprendizagem.

Desta forma, se instituirá o verdadeiro significado da avaliação: acompanhar o desempenho do aluno, orientar as práticas pedagógicas almejando apontar novos caminhos para a superação dos problemas de aprendizagem e, assim, contribuir para o surgimento de novas práticas educativas. O processo de avaliação representa um compromisso do professor em diagnosticar a aprendizagem de seus alunos, mas também deve ser um indicador do resultado do trabalho coletivo dos educadores.

A todos os alunos é ofertado a Recuperação de Estudos, preferência paralela oportunizando possibilidades de recuperação a todos. A recuperação deve ser ao período avaliativo no Bimestre, entendida como um dos aspectos de aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, no qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições próprias que lhe possibilitem a apreensão dos conteúdos básicos. Os professores são orientados a oferecer intervenção sempre quando for detectada a necessidade do aluno. Através dos resultados da avaliação, se faz necessário à reorganização da prática educativa do professor e da equipe pedagógica através de ações e intervenções pedagógicas que possibilitem uma aprendizagem efetiva, porque muitas vezes o baixo rendimento escolar tem suas origens em problemas do próprio sistema educacional.

No Conselho de Classe é possível avaliar o desenvolvimento de todo o processo ensino-aprendizagem, analisar o aluno na sua totalidade, sua produção, dificuldades, as disciplinas, instrumentos e metodologias utilizadas, detectando problemas no intuito de apresentar possíveis formas de soluções para os problemas evidenciados.

É necessário identificar causas do insucesso dos alunos nos estudos, buscando soluções através do estudo das causas junto aos professores, sondagem da realidade escolar e familiar do aluno.

Outro recurso utilizado como intervenção pedagógica é o atendimento individualizado onde o contato pessoal é importante e faz com que o aluno deposite confiança e comprometimento na busca de melhorias na aprendizagem, através da conscientização da hora de estudo, da produção em sala de aula e da participação efetiva no processo ensino-aprendizagem.

No contra turno funciona a Sala de Recurso Multifuncional para atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais na área de deficiência mental, distúrbios e dificuldades de aprendizagem para a melhoria do rendimento escolar dos alunos das classes comuns, além da Sala de Apoio de Matemática e Língua portuguesa.

A parceria escola e família são fundamentais, pois a participação dos pais melhora o rendimento escolar dos filhos, quanto maior o envolvimento deles, melhor o desempenho do aluno, que ganha segurança, autoestima e notas mais altas, sendo assim se torna um recurso que deve estar muito presente como intervenção pra a melhoria da aprendizagem.

10.12-Concepção de Letramento e Alfabetização

Letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.

Apropriar-se da escrita é torná-la própria, ou seja, assumi-la como propriedade. Um indivíduo alfabetizado, não é necessariamente um indivíduo letrado, pois ser letrado implica em usar socialmente a leitura e a escrita e responder às demandas sociais de leitura e de escrita. Para Kleiman (1995), —podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.

Ainda Kleiman (1995), declara entender letramento —como as práticas e eventos relacionados com uso, função e impacto social da escritall (idem, 1998). Nessa concepção, letramento são as práticas sociais de leitura e escrita e os eventos em que essas práticas são postas em ação, bem como as consequências delas sobre a sociedade.

Já Tfouni (1988), distingue o termo letramento em confronto com a alfabetização, —enquanto a alfabetização ocupa-se da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.

Portanto, letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno.

10.13-Concepção de Educação Inclusiva e Diversidade

O direito da pessoa à educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social. O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica apropriação do saber e das oportunidades educacionais oferecidas à totalidade dos alunos com vistas a atingir as finalidades da educação, a despeito da diversidade na população escolar.

A perspectiva de educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional sem possibilidade de acesso à escolarização, apesar dos esforços empreendidos para a universalização do ensino. Enfrentar esse desafio é condição essencial para

atender à expectativa de democratização da educação em nosso país e às aspirações de quantos almejam o seu desenvolvimento e progresso.

Portanto, incluir é a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, é para o estudante com deficiência física, para as que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora.

A inclusão possibilita aos que são discriminados que ocupem o seu espaço na sociedade. A escola precisa se adaptar para a inclusão, além de fazer as adaptações físicas ela precisa oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local. A função da avaliação nestes casos não é medir se a criança chegou a um determinado ponto, mas se ela cresceu. Esse método vem do esforço pessoal para vencer as suas limitações, e não de comparação com os demais.

Portanto, incluir é estar com, é interagir com o outro, convivendo com as diferenças e se tornando cidadãos solidários. Respeitando a diversidade humana, o currículo escolar deverá conter possibilidades que conduzam ao ideal de igualdade de oportunidade e traduzir a importância dos novos meios de acesso, seleção, tratamento e uso da informação para fins pessoal e socialmente útil o que reforça a necessidade de adaptar à escola às necessidades dos alunos. O currículo também deverá ser flexível, o que irá abranger uma proposta a partir da realidade da instituição e sua comunidade, e numa visão mais específica do aluno, de forma a possibilitar que o educando busque a direção própria.

Com base no reconhecimento da diversidade existente na população escolar e na necessidade de respeitar e atender a essa diversidade, tendo o currículo como ferramenta básica da escolarização; busca dimensionar o sentido e o alcance que se pretende dar às adaptações curriculares como estratégias e critérios de atuação docente; e admite decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de os alunos aprenderem, considerando que o processo de ensino aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola.

Essas adaptações resguardam o caráter de flexibilidade e dinamicidade que o currículo escolar deve ter, ou seja, a convergência com as condições do aluno e a correspondência com as finalidades da educação na dialética de ensino e aprendizagem. Não se colocam, portanto, como soluções remediativas para “males diagnosticados” nos alunos, nem justificam a cristalização do ato pedagógico igualmente produzido para todos na sala de aula.

Do mesmo modo, não defendem a concepção de que a escola dispõe sempre de uma estrutura apropriada ou realiza um fazer pedagógico adequado a que o educando deve se adaptar. Implica, sim, a convicção de que o aluno e a escola devem se aprimorar para alcançar a eficiência da educação a partir da interatividade entre esses dois atores.

Para atender a essa diversidade é necessário elaborar propostas pedagógicas baseadas na interação com os alunos, desde a concepção dos objetivos; reconhecer todos os tipos de capacidades presentes na escola; sequenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos; adotar metodologias diversas e motivadoras; avaliar os educandos numa abordagem processual e emancipadora, em função do seu progresso e do que poderá vir a conquistar.

Atendemos as seguintes Instruções para a Sala de Recursos:

- **Instrução Normativa nº08/2016** - Estabelece critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais – Surdez, Ensino Fundamental, anos finais, e Ensino Médio, nas instituições da rede pública estadual de ensino.
- **Instrução Normativa nº07/2016** - Estabelece critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais - SRM deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos nas instituições que ofertam Educação Básica na rede pública estadual de ensino.

□ **Instrução Normativa nº06/2016** - Estabelece critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais no Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio - Deficiência Visual.

Atendendo a INSTRUÇÃO Nº 016/2011 – SEED/SUED, que estabelece critérios para o atendimento educacional especializado em Sala de Recurso Multifuncional Tipo I, na Educação Básica – área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, o colégio disponibiliza uma sala de Recursos Multifuncional tipo I para a garantia do acesso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no ensino regular.

A inclusão educacional é um direito do aluno e requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito de todos à escolarização. No contexto das políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo da escola se insere a organização das salas de recursos multifuncionais, com a disponibilização de recursos e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades dos alunos público alvo da educação especial matriculados no ensino regular.

Nesse sentido, o Plano de Atendimento Educacional Especializado - é uma proposta de intervenção pedagógica a ser desenvolvida de acordo com a especificidade de cada aluno. Será elaborado a partir das informações da avaliação psicoeducacional no contexto escolar, contendo objetivos, ações/atividades, período de duração, resultados esperados, de acordo com as orientações pedagógicas da SEED/DEEIN.

11-CURRÍCULO

11.1-Concepção de Currículo e Flexibilização Curricular

Afirma-se que o currículo escolar é o resultado de escolhas intencionais que fazemos dentro do imenso conjunto de conhecimentos produzidos pela humanidade. As dificuldades residem em saber o que escolher o que implica conhecer, em primeiro lugar, o que norteia nossas escolhas.

O currículo não pode ser entendido fora do marco das realidades que o envolvem e lhe servem. A organização e desenvolvimento do currículo exigem o envolvimento das mais diferentes realidades. Portanto, currículo é um "objeto social e histórico" que traduz as condicionantes da sua elaboração e desenvolvimento.

O currículo deve proporcionar a formação de cidadãos aptos a atender as necessidades dos cidadãos no futuro. É isso que os conteúdos metodológicos e tecnológicos de ensino devem levar em consideração no presente. É um instrumento político, cultural e científico concebido a partir da construção coletiva. É preciso romper com conteúdo restrito de currículo considerado como grade curricular. O currículo deve ser expressão de um projeto pedagógico. Currículo é a vida que se desenvolve nos cursos, isto é, o conjunto de atividades, de experiências, de situações de ensino-aprendizagem vivenciadas pelo aluno no seu tempo de formação.

Frente às novas realidades políticas, sociais e econômicas, tem-se visto à necessidade de tornar mais participativa a elaboração curricular. À medida que se vai descendo do topo para a base do sistema educativo, o nível de responsabilidade no desenvolvimento curricular aumenta, diminuindo a responsabilidade relativa à elaboração curricular.

Ele é que assegura a formação para uma competente intervenção profissional, na totalidade de suas dimensões: técnica, política e ética. Cabe lembrar que o currículo não é apenas a distribuição de conteúdos por disciplina em uma dada seriação escolar, mas sim um instrumento de ação pedagógica com objetivos definidos para maximizar a efetiva aprendizagem do aluno. Sendo assim, seu papel definidor de postura e de orientação pedagógica e teórico-conceitual por área de conhecimento deve ser o norteador das abordagens e ação no processo de sua implantação.

É necessário rever o modelo tradicional de aluno, que valoriza excessivamente as notas obtidas em disciplinas ministradas em sala de aula, praticamente desconhecendo os verdadeiros objetivos do ensino-aprendizagem. A definição do perfil do cidadão que se quer formar é tarefa crucial. Dessa visão é que deriva a concepção do currículo ideal e do grau desejado de flexibilidade e de interdisciplinaridade para sua integralização.

O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

Supõe um plano de ação que se deseja desenvolver; indica um modo ou um sistema ordenado de atuação frente a realidade concreta que se pretende melhorar. Planejar o currículo implica em escolher, selecionar e tomar decisões educacionais baseado numa filosofia educacional coerente, bastante analisada e que identifique e concilie as necessidades da sociedade e do educando, é uma constante redescoberta e um ir e vir.

Considerar a diversidade que se verifica entre os educandos nas instituições escolares requer medidas de flexibilização e dinamização do currículo para atender, efetivamente, as necessidades educacionais especiais dos que apresentam deficiência(s), altas habilidades (superdotação), educandos que são atendidos pelo Serviço de Apoio à Rede Escolarização Hospitalar/SAREH, educandos afastados pelo Decreto-lei nº 1044/69 e pela Lei nº 6202/75, atendimento aos educandos em cumprimento de medida sócio-educativa, estudantes do Programa de Aceleração de Estudos (PAE) e demais condutas típicas de síndromes ou condições outras que venham a diferenciar a demanda de determinados alunos com relação aos demais colegas. Essas condições exigem a atenção da comunidade escolar para viabilizar a todos os alunos, indiscriminadamente, o acesso à aprendizagem, ao conhecimento e ao conjunto de experiências curriculares disponibilizadas ao ambiente educacional, a despeito de necessidades diferenciadas que possam apresentar.

11.2-Matriz Curricular

A definição de matriz supõe um conceito mais amplo que o de currículo, buscando oferecer diretrizes gerais para a elaboração dos cursos de formação, que possibilitem uma base e filosofia de trabalho comum para cada escola, e ao mesmo tempo ofereçam uma flexibilidade tal que permita a adaptação dos conteúdos às realidades e demandas próprias de cada estado ou região.

11.3-Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Fundamental

A Proposta Pedagógica Curricular é a expressão de uma determinada concepção de educação e de sociedade, pensada filosófica, histórica e culturalmente. A Proposta Curricular deste estabelecimento foi construída coletivamente pelos professores das disciplinas e mediada pela equipe pedagógica, os quais lançam mão dos fundamentos curriculares historicamente produzidos para proceder a esta seleção de conteúdos e métodos com sua respectiva intencionalidade.

Constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. Valores, atitudes, sensibilidade e orientações de conduta são veiculados não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, pela distribuição do tempo e organização do espaço educativo, pelos materiais utilizados na aprendizagem e pelo recreio, enfim, pelas vivências proporcionadas pela escola.

Os conhecimentos escolares são aqueles que as diferentes instâncias que produzem orientações sobre o currículo, as escolas e os professores selecionam e transformam a fim de que possam ser ensinados e aprendidos, ao mesmo tempo em que servem de elementos para a formação ética, estética e política do aluno.

O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada.

A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

Os conhecimentos que fazem parte da base nacional comum a que todos devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem, asseguram a característica unitária das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares em face das diferentes realidades.

Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na cultura e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.

Os conteúdos são constituídos por componentes curriculares que, por sua vez, se articulam com as áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

As áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre diferentes conhecimentos sistematizados e entre estes e outros saberes, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados.

O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, conforme o art. 26 da LDB, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

I –Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua materna, para populações indígenas;
- c) Língua estrangeira moderna;
- d) Arte;
- e) Educação Física;

II – Matemática;

III – Ciências da Natureza;

IV –Ciências Humanas:

- a) História;
- b) Geografia;

V – Ensino Religioso

O Ensino Fundamental deve ser ministrado em língua portuguesa, assegurada também às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes, obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, deverão assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação. A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança.

A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas no § 3º do art. 26 da LDB.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais

das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual.

Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

Outras leis específicas que complementam a Lei nº 9.394/96 determinam que sejam ainda incluídos temas relativos à condição e aos direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) e à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97).

A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais em uma perspectiva integrada. Aos órgãos executivos dos sistemas de ensino compete a produção e a disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, que contribuam para a eliminação de discriminações, racismo, sexismo, homofobia e outros preconceitos e que conduzam à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente.

Na parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental será incluído, obrigatoriamente, a partir do 6º ano, o ensino de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar. Entre as línguas estrangeiras modernas, a língua espanhola poderá ser a opção, nos termos da Lei nº 11.161/2005.

Nessas Diretrizes Curriculares Nacionais, o currículo é entendido como a seleção de conhecimentos historicamente acumulados, considerados relevantes e pertinentes em um dado contexto histórico, e definidos tendo por base o projeto de sociedade e de formação humana que a ele se articula. O currículo se expressa por

meio de uma proposta pela qual se explicitam as intenções da formação e se concretiza por meio das práticas escolares realizadas com vistas a dar materialidade a essa proposta.

Os conhecimentos escolares são reconhecidos como aqueles produzidos pelos homens no processo histórico de produção de sua existência material e imaterial, valorizados e selecionados pela sociedade e pelas escolas que os organizam a fim de que possam ser ensinados e aprendidos, tornando-se elementos do desenvolvimento cognitivo do estudante, bem como de sua formação ética, estética e política.

Tabela 8: Matriz Curricular- Ensino Fundamental

Consultar Matriz Curricular								
Município : GUAIRA Estabelecimento : JAIME RODRIGUES, C E PROF-EF M Período Letivo : 2016-1 Curso : ENSINO FUND.6/9 ANO-SERIE (4039) (4039) Turno : Manhã Código Matriz : 869622								
Matriz Curricular		Organização da Matriz	Visualização da Matriz					
Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Seriações				GrupoDisciplina	O (+)
			6	7	8	9		
1	ARTE (704)	BNC	2	2	2	2		S
2	CIENCIAS (301)	BNC	3	3	3	3		S
3	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	2	2	2	2		S
4	GEOGRAFIA (401)	BNC	2	3	3	3		S
5	HISTORIA (501)	BNC	3	2	3	3		S
6	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	5	5	5	5		S
7	MATEMATICA (201)	BNC	5	5	5	5		S
8	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	1	1	0	0		S
9	L.E.M.-INGLES (1107)	PD	2	2	2	2		S
Total C.H. Semanal			25	25	25	25		

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

11.4-Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Médio

No atendimento ao que estabelece a LDB, o currículo do Ensino Médio tem uma base comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada. A base nacional comum e a parte diversificada constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos. A articulação entre ambas possibilita a sintonia dos interesses

mais amplos da formação básica do cidadão com a realidade local e dos estudantes, perpassando todo o currículo.

Em atendimento ao que determina a LDB, o currículo é organizado em quatro áreas do conhecimento: linguagens, matemática, ciências naturais e ciências sociais.

Destaca-se que o currículo deve contemplar as quatro áreas de conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos.

A legislação nacional determina os componentes obrigatórios que constituem a base nacional comum e que devem ser tratados em uma ou mais áreas de conhecimento na composição do currículo. São eles:

- a) o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil;
- b) o ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos estudantes, com a Música como seu conteúdo obrigatório, mas não exclusivo;
- c) a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da instituição de ensino, sendo sua prática facultativa ao estudante nos casos previstos em lei;
- d) o ensino da História do Brasil, que leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;
- e) o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras;
- f) a Filosofia e a Sociologia em todos os anos do curso;
- g) uma língua estrangeira moderna na parte diversificada, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

Tabela 9: Matriz Curricular- Ensino Médio

Município : GUAIRA
Estabelecimento : JAIME RODRIGUES, C E PROF-EF M
Período Letivo : 2016-1
Curso : ENSINO MEDIO (9) (9)
Turno : Manhã
Código Matriz : 869620

Visualização da Matriz

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Seriações			Grupo Disciplina	O (*)
			1	2	3		
1	ARTE (704)	BNC	2	2	0		S
2	BIOLOGIA (1001)	BNC	2	2	2		S
3	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	2	2	2		S
4	FILOSOFIA (2201)	BNC	2	2	2		S
5	FISICA (901)	BNC	2	2	2		S
6	GEOGRAFIA (401)	BNC	2	2	2		S
7	HISTORIA (501)	BNC	2	2	2		S
8	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	3	2	4		S
9	MATEMATICA (201)	BNC	2	3	3		S
10	QUIMICA (801)	BNC	2	2	2		S
11	SOCIOLOGIA (2301)	BNC	2	2	2		S
12	L.E.M.-ESPANHOL (1108)	PD	4	4	4	Lingua Estrangeira Moderna	S
13	L.E.M.-INGLES (1107)	PD	2	2	2		S
Total C.H. Semanal			29	29	29		

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

12 – DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS

12.1-História Do Paraná

O cumprimento da Lei nº 13.381/01 torna-se obrigatório no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual de Ensino conteúdos da disciplina História do Paraná. No seu Art. 1º – Torna-se obrigatório um novo tratamento, na Rede Pública Estadual de Ensino, dos conteúdos da disciplina História do Paraná, no Ensino Fundamental e Médio, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, potencial e valorização do nosso Estado.

12.2-História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

Faz-se necessário e urgente o trabalho para a implementação da Lei nº 11.645/08 para a consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Assim, o trabalho com esse desafio tem como intuito promover o reconhecimento dos diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

A Deliberação Estadual nº 04/06 do CEE. instituiu em seu artigo primeiro, normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino públicas e privadas que atuam nos níveis e modalidades do Sistema Estadual de Ensino no Paraná.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, assim como de atitudes,

posturas e valores que preparem os cidadãos para uma vida de fraternidade e partilha entre todos, sem as barreiras estabelecidas por séculos de preconceitos, estereótipos e discriminações que fecundaram o terreno para a dominação de um grupo racial sobre outro, de um povo sobre outro.

§ 2º O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

No Brasil, os povos indígenas têm reconhecidos suas formas próprias de organização social, seus valores simbólicos, tradições, conhecimentos e processos de constituição de saberes e transmissão cultural para as gerações futuras. A extensão desses direitos no campo educacional gerou a possibilidade de os povos indígenas se apropriarem da instituição escola, atribuindo-lhe identidade e função peculiares.

A escola, espaço histórico de imposição de valores e assimilação para incorporação à economia de mercado e, nesse processo, devoradora de identidades, passa a ser reivindicada pelas comunidades indígenas como espaço de construção de relações inter-societárias baseadas na interculturalidade e na autonomia política.

O direito a uma Educação Escolar Indígena - caracterizada pela afirmação das identidades étnicas, pela recuperação das memórias históricas, pela valorização das línguas e conhecimentos dos povos indígenas e pela revitalizada associação entre escola/sociedade/identidade, em conformidade aos projetos societários definidos autonomamente por cada povo indígena - foi uma conquista das lutas empreendidas pelos povos indígenas e seus aliados, e um importante passo em direção da democratização das relações sociais no país.

12.3-Música

A lei nº 11.769/08, sancionada em 18 de agosto de 2008, determina que a música deve ser conteúdo obrigatório em toda a Educação Básica. "O objetivo não é formar músicos, mas desenvolver a criatividade, a sensibilidade e a integração dos alunos".

Nas escolas, a música não deve ser necessariamente uma disciplina exclusiva. Ela deve integrar o ensino de arte, por exemplo. A música contribui para a formação integral do indivíduo, reverencia os valores culturais, difunde o senso estético, promove a sociabilidade e a expressividade, introduz o sentido de parceria e cooperação, e auxilia o desenvolvimento motor, pois trabalha com a sincronia e movimentos, além das noções básicas de música, dos cantos cívicos nacionais e dos sons de instrumentos de orquestra, os alunos devem aprender cantos, ritmos, danças e sons de instrumentos regionais e folclóricos para, assim, conhecer a diversidade cultural do Brasil.

O Conselho Nacional de Educação recomenda que as escolas pensem a música em meio a um projeto político-pedagógico que respeite a organização dos currículos escolares. O órgão ainda lembra que tais currículos podem estar organizados por áreas, temas, projetos relacionados à música. A música é um grande meio de comunicação e de integração social. É fundamental a aplicação do ensino musical no ensino básico como forma de potencializar a educação. As atividades musicais nas escolas devem ser também vivenciadas como processo, e não só como produto de festas escolares. Música faz parte do universo sonoro cultural é como tal que deve ser experienciada no contexto educacional.

12.4-Prevenção ao uso Indevido de drogas

A Prevenção ao uso indevido de drogas é um trabalho desafiador, que requer tratamento adequado e cuidadoso, fundamentado em resultados de pesquisa, desprovido de valores e crenças pessoais. Por meio da busca do conhecimento, educadores e educandos são instigados a conhecer a legislação que reporta direta ou indiretamente a esse desafio educacional contemporâneo, bem como a debater assuntos presentes em nosso cotidiano como: drogas, vulnerabilidade, preconceito e

discriminação ao usuário de drogas, narcotráfico, violência, influência da mídia, entre outros. Sabemos, por meio de pesquisas, que os adolescentes são mais suscetíveis ao uso indevido de drogas, em função da fase de desenvolvimento psíquico em que se encontra, portanto, necessitamos desenvolver em nossas instituições, mecanismos que auxiliem a comunidade escolar para lidar com esta questão.

É imprescindível a discussão do assunto no âmbito da Educação. Os profissionais dessa área, não podem prescindir do conhecimento e aprofundamento da problemática abordada e de seus desdobramentos no espaço local, para elaborar uma visão crítica e apontar estratégias de enfrentamento, mais especificamente na escola, nas salas de aula. Visto que é também nesse espaço escolar que demandas relacionadas às drogas surgem cotidianamente seja através do uso indevido, do tráfico, das diversas formas de violência, etc.

12.5-Educação Ambiental

Atualmente as questões ambientais e a sua crise se impõem perante a sociedade. Um dos instrumentos apresentados como meio para minimizar, mitigar esta problemática é a educação ambiental. o trabalho desenvolvido com a questão ambiental visa implementar a lei 9795/99.

A Educação Ambiental deve incentivar a comunidade escolar a adotar uma posição mais consciente e participativa na utilização e conservação dos recursos naturais, contribuindo para a diminuição contínua das disparidades sociais e do consumismo desenfreado. Estimular a reflexão e tomada de consciência dos aspectos sociais que envolvem as questões ambientais emergentes para que se desenvolva uma maior compreensão crítica por parte de educadores e educandos.

Art. 1º - Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º – A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Trabalhar sob esta perspectiva significa atuar pedagogicamente por meio do conhecimento sistematizado, em busca de um sujeito histórico capaz de pensar e agir criticamente na sociedade, com vistas à emancipação e à transformação social.

12.6-Educação Fiscal

Esse programa visa despertar a consciência dos estudantes sobre direitos e deveres em relação ao valor social dos tributos e do controle social do estado democrático. A dinâmica de arrecadação de recursos pelo Estado e o papel dos cidadãos no acompanhamento da arrecadação e de sua aplicação em benefícios da sociedade são questões a serem tratadas e desenvolvidas. A abordagem pedagógica desses assuntos a partir dos conteúdos historicamente acumulados são a tônica da Educação Fiscal nas escolas.

É no dia a dia da escola que teremos oportunidade de trabalharmos a Educação Fiscal em seu currículo explícito e oculto, e em todas as disciplinas em diferentes aspectos, seja no contexto social, na relação do Estado com essa e a sociedade, na gestão democrática dos recursos públicos e sua tributação. E tudo isso está presente em forma de incentivos fiscais e liberação de verbas públicas na arte, nas ciências, nos esportes, no espaço geográfico através do meio ambiente e da infraestrutura.

E para tudo isso se usa os cálculos matemáticos quantificando objetos e valores. Saúde, alimentação, meio ambiente, tecnologia, infraestrutura, educação, moradia, empregabilidade e segurança são alguns temas que nos farão refletir na qualidade de vida da população e como essas questões estão sendo trabalhadas pelos governantes, quais as necessidades e as verbas disponíveis. É trabalho de toda a escola, a valorização das raízes e o respeito à diversidade cultural, seus hábitos e costumes. E ainda incentivar a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade e o respeito ao bem comum.

12.7-Educação Tributária – Decreto Nº 1143/99

O Governador do Estado do Paraná, pelo Decreto 1143/99, considerando a necessidade de promover a educação para a cidadania, o despertar da consciência do cidadão para a função sócio-econômica do tributo, criou condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão, de acordo com os objetivos do Programa Nacional de Educação Tributária.

O tema Educação Tributária vem sendo discutido não só no Paraná, mas, em todo País, no sentido de vencer a resistência do brasileiro à função do Estado de arrecadar tributos e o conseqüente dever dos cidadãos contribuintes de pagar tributos. Atualmente, a Educação Tributária ganha espaços importantes na mídia e nos meios escolares.

O estudo do tema tem culminado com a implementação, em alguns estados brasileiros, de programas de educação tributária nas escolas, e campanhas educativas junto à sociedade, chamando atenção para o cumprimento das obrigações tributárias pelos cidadãos contribuintes. Entretanto, o que se observa é a inserção do tema nos currículos escolares de algumas disciplinas, sendo um desafio, quando se trata de um processo de inserção de valores na sociedade com o retorno de longo prazo: da formação de futuros cidadãos conscientes do seu dever de cumprimento das obrigações tributárias, e do seu direito ao exercício da cidadania mediante a cobrança da coerente destinação dos recursos provenientes dos tributos arrecadados pelo Estado.

O conhecimento do papel social do tributo através da conscientização para o exercício da cidadania deve ser o objetivo primordial da escola e, para tanto, é imprescindível colocar a educação ao alcance de todos. Como perceber o tributo como meio de assegurar o desenvolvimento econômico e social, sem o devido conhecimento do seu conceito, da sua função, e da sua aplicação? A Educação Tributária deve caminhar nesse sentido: informar, para que todos conheçam; educar, para que todos pratiquem. A Escola deve exercer, além do papel de fornecedora de

informações e valores, a missão de promover o exercício da cidadania por cada membro da sociedade.

12.8-Enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente

A violência é um problema social que está presente nas ações dentro das escolas, e se manifesta de diversas formas entre todos os envolvidos no processo educativo. Isso não deveria acontecer, pois escola é lugar de formação da ética e da moral dos sujeitos ali inseridos, sejam eles alunos, professores ou demais funcionários. Ao trabalhar esse desafio, buscar-se-á a ampliação da compreensão e formar uma consciência crítica sobre a violência e, assim, transformar a escola em espaço onde o conhecimento toma o lugar da força.

O Enfrentamento à Violência na Escola requer formação continuada dos profissionais da educação sobre as causas da violência e suas manifestações, bem como a produção de material de apoio didático-pedagógico. A violência, no âmbito das escolas públicas estaduais pode ser entendida como um processo complexo e desafiador que requer um tratamento adequado, cuidadoso e fundamentado teoricamente, por meio de conhecimentos científicos, desprovidos de preconceitos e discriminações.

Vivemos em uma sociedade marcada pela desigualdade, resultante de uma economia capitalista com feições liberais, alicerçada na exploração do homem pelo homem. Como resultado dessa lógica, tem-se a visível distância que separa homens e mulheres, segundo sua classe social. Temos clareza que os fatores que determinam e condicionam os diferentes tipos de ações e comportamentos violentos, infelizmente tão “corriqueiros” em nossa sociedade, têm raízes na desigualdade social e na organização econômica que a configura e a sustenta.

Compreendemos que a comunidade escolar deva pautar suas discussões sobre a violência com base em percepções mais globais dos mecanismos e dos sujeitos sociais nela envolvidos. Esta postura supõe a compreensão e a reflexão tanto da violência praticada por sujeitos sociais, dentro e fora da escola, como da violência praticada pela ou a partir da escola. Por isso junto a discussão sobre a

função da escola e suas possibilidades de educar na sociedade contemporânea. Sugere-se que a violência no âmbito do cotidiano escolar pode ser tratada a partir da clareza que se tenha sobre nosso lugar como educadores e da importância da escola como instituição realizadora do direito à educação.

12.9-Direito das crianças e adolescentes – lei nº 11.525/07

A Lei 11.525/07 acrescenta na lei 9394/96 um parágrafo que inclui conteúdos que tratem dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo da Educação Básica. O Estatuto da Criança e do Adolescente tem um imenso desafio: chegar às escolas de todo o país e passar a integrar de forma efetiva os conteúdos escolares. Dever-se-á tratar de conteúdos que tratem dos direitos das crianças e adolescentes, tendo o ECA como diretriz.

A ideia não é criar uma nova disciplina, e sim trabalhar a questão nas diversas áreas, tornando o Estatuto presente no dia-a-dia da Escola. A lei é vista como um avanço e com certeza sua abordagem em sala de aula poderá ser um instrumento determinante para tornar o Estatuto mais conhecido e mais bem compreendido pela sociedade. Esta lei sendo trabalhada na Escola é uma maneira efetiva de fazer com que as crianças e os adolescentes apropriem-se do conhecimento sobre seus direitos, além de promover a valorização do Estatuto junto à Comunidade Escola- incluindo família e educadores.

12.10-Sexualidade Humana

A Sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural, precisa ser discutida na escola – espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo.

O trabalho educativo com a Sexualidade, por meio dos conteúdos elencados nas Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná, discute questões de gênero, doenças sexualmente transmissíveis, educação

sexual, entre outros temas correlatos deve considerar os referenciais de gênero, diversidade sexual, classe e raça/etnia.

Pensar em sexualidade na escola implica em, muitas vezes, reconsiderar posições, conceitos e pré-conceitos. Nesse sentido, a educação escolar representa o caminho para o estabelecimento de uma Educação Sexual que visa o respeito à livre orientação sexual em consonância com relações igualitárias de gênero, classe, raça/etnia, a construção de um ambiente pedagógico onde os conhecimentos científicos acerca deste assunto possam ser difundidos com domínio e propriedade. É a possibilidade de pensar a sexualidade como construção social, história, cultural e, portanto, indissociável do discurso escolar.

A crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade. Ela é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Essas questões envolvem conceitos fortemente relacionados, tais como gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, que requerem a adoção de políticas públicas educacionais que, a um só tempo, contemplem suas articulações sem negligenciar suas especificidades.

12.11-Estatuto do idoso

A Lei Federal n.º 10.741/2003, dispõe sobre a instituição do Estatuto do Idoso, assegurando os direitos das pessoas com idade igual ou superior à sessenta anos, e atribuindo à família, à comunidade, à sociedade e ao Poder Público, o dever de efetivar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (art. 3º). A Política Nacional do Idoso foi instituída em 1994. Em 1997, com a Lei Estadual nº 11.863, de 03 de outubro de 1997, o estado do Paraná consolida a sua Política Estadual do

Idoso. Em ambas as leis são delegadas atribuições para a educação, o que foi mantido também no Estatuto do Idoso de 2003, com a mesma redação para a tarefa educacional, em seu Artigo 22, que determina:

Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (BRASIL, 2016, p.11).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) trazem o entendimento de que a temática do Estatuto do Idoso deve ser contemplada na organização curricular das etapas constituintes. Neste documento, a unidade constituinte do currículo é o componente curricular, o qual que se organiza em áreas de conhecimento.

12.12-Programa de combate ao Bullying

Um pouco menos do que o fenômeno da indisciplina na escola, as situações de violência entre pares preocupam as autoridades escolares e a comunidade em geral. Uma dessas formas de intimidação chama a atenção por seu caráter de complexidade - trata-se do bullying, fenômeno estudado mundialmente, conceituado como um conjunto de ações agressivas, intencionais e repetitivas, mantidas ao longo do tempo, praticado por uma ou mais pessoas, causando danos físicos ou morais, que ocorre numa relação desigual de poder (OLWEUS, 1999, 2013).

Na norma, bullying é definido como toda prática de atos de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima.

O Paraná conta com o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas suas escolas públicas e privadas. O projeto transformou-se na nº 17.335/2012. O parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei afirma que “entende-se por bullying atitudes de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem

motivação evidente, praticadas por um indivíduo (bully) ou grupos de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”. Já no seu artigo 2º a nova lei assegura que “a violência física ou psicológica pode ser evidenciada em atos de intimidação, humilhação e discriminação”.

As escolas terão a função de direcionar o programa, por meio do envolvimento dos profissionais de educação, envolvendo as diversas políticas existentes no território onde se localiza o Estabelecimento Escolar, com a participação de pais, alunos e comunidade, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação e prevenção.

12.13-Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas

Em nossa sociedade, não raro há a naturalização de comportamentos violentos, sobretudo, quando a vítima é mulher. Como mostram dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, tal descaso traz consequências gravíssimas: por apenas pelo fato de serem mulheres e outras a cada hora.

Desde o ano de 2015 está em vigor no Paraná a nº 18.447/15, que estabelece a Semana Maria da Penha nas Escolas. O objetivo é estimular nos jovens e adolescentes, estudantes dos colégios estaduais, reflexões sobre o combate à violência contra a mulher e com isso, contribuir para a redução os índices deste crime.

A Lei determina que no mês de março de cada ano sejam realizadas ações para a instrução dos alunos sobre o conteúdo da Lei nº 11.340/2006, conhecida com Lei Maria da Penha, que pune atos de violência contra a mulher. Desta forma, busca-se conscientizar a comunidade escolar sobre a importância e o respeito aos direitos humanos e, quando houver o conhecimento de algum ato de violência contra a mulher, a necessidade de denunciar os casos aos órgãos competentes. O foco desse projeto é criar uma nova cultura nos jovens. Trata-se de uma medida preventiva de conscientização a partir de um trabalho educacional de humanização, respeito e

informação, para que a violência contra a mulher não ocorra e, caso aconteça, seja denunciada e reprimida.

12.14-Direitos Humanos- PNEDH3 (Decreto 7037/2009)

O Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, é produto de uma construção democrática e participativa, incorporando resoluções da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, além de propostas aprovadas em mais de 50 conferências temáticas, promovidas desde 2003, em áreas como segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente etc.

O PNDH-3 concebe a efetivação dos direitos humanos como uma política de Estado, centrada na dignidade da pessoa humana e na criação de oportunidades para que todos e todas possam desenvolver seu potencial de forma livre, autônoma e plena. Parte, portanto, de princípios essenciais à consolidação da democracia no Brasil: diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as áreas e esferas de governo; primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza.

O PNDH-3 estrutura-se em torno dos seguintes eixos orientadores: I. Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil; II. Desenvolvimento e Direitos Humanos; III. Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; IV. Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; V. Educação e Cultura em Direitos Humanos; e VI. Direito à Memória e à Verdade.

O Eixo I, Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil, reflete o pressuposto de que o compromisso compartilhado e a participação social na

construção e no monitoramento de políticas públicas são essenciais para que a consolidação dos direitos humanos seja substantiva e conte com forte legitimidade democrática. Nesse contexto, o PNDH-3 propõe a integração e ao aprimoramento dos fóruns de participação existentes, bem como a criação de novos espaços e mecanismos institucionais de interação e acompanhamento.

O Eixo II, Desenvolvimento e Direitos Humanos, enfoca a inclusão social e a garantia do exercício amplo da cidadania, garantindo espaços consistentes com as estratégias de desenvolvimento local e territorial e buscando um modelo de crescimento sustentável, capaz de assegurar os direitos fundamentais das gerações presentes e futuras.

O Eixo III, Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades, baseia-se na necessidade de reconhecer as diversidades e diferenças para concretização do princípio da igualdade, visando à superação de barreiras estruturais para o acesso aos direitos humanos. Envolve, portanto, iniciativas relacionadas com a redução da pobreza, a erradicação da fome e da miséria, o combate à discriminação e a implementação de ações afirmativas voltadas para grupos em situação de vulnerabilidade.

O Eixo IV, Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, envolve metas para a diminuição e prevenção da violência e criminalidade, priorizando a transparência e a participação popular. Inclui ainda, medidas de ampliação do acesso à Justiça, por meio da disponibilização de informações à população, do fortalecimento dos modelos auto compositivos de solução de conflitos e da modernização da gestão do sistema de Justiça.

O Eixo V, Educação e Cultura em Direitos Humanos, refere-se ao desenvolvimento de processos educativos permanentes voltados à formação de uma consciência centrada no respeito ao outro, na tolerância, na solidariedade e no compromisso contra todas as formas de discriminação, opressão e violência, com base no respeito integral à dignidade humana.

O Eixo VI, Direito à Memória e à Verdade, afirma a importância da memória e da verdade como princípios históricos de direitos humanos, e tem como finalidade assegurar o processamento democrático e republicano dos acontecimentos ocorridos

durante o regime militar, além das reparações a violações que tenham se passado nesse contexto.

Cabe salientar, por fim, que, entre os principais avanços trazidos pelo Programa, destacam-se a transversalidade de suas diretrizes, objetivos e ações programáticas e o envolvimento de diversos Ministérios, partindo da perspectiva de indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. Nesse sentido, as iniciativas de responsabilidade do Governo Federal previstas no documento se distribuem por todas as áreas da administração, reforçando a importância da coordenação entre as políticas públicas desenvolvidas pelos diversos Ministérios para o alcance dos resultados esperados.

12.15-Educação Alimentar e Nutricional (Lei Federal 11.947/2009)

O PNAE é o mais antigo programa do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Esta política pública, gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC), atende de forma complementar todos os alunos matriculados na educação básica das escolas públicas, federais, filantrópicas, comunitárias e confessionais do país, segundo os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da SAN.

Nos últimos anos, a abrangência do atendimento do PNAE aumentou substancialmente, de pouco mais de 33 milhões em 1995 para mais de 43 milhões de escolares em 2013. Com isso, aumentou o volume de recursos repassados pelo FNDE aos estados, municípios e Distrito Federal, chegando a 3,5 bilhões de reais no ano de 2013. Além do estabelecimento de critérios técnicos e operacionais para a gestão local do PNAE, outros importantes avanços são: a obrigatoriedade da existência de um nutricionista responsável técnico, a ampliação e o fortalecimento dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e a constituição dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs), por meio de parcerias entre o

FNDE e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os quais apontam igualmente para uma importante ampliação desta política pública no que concerne à garantia do direito à alimentação adequada e saudável nas escolas.

Desta forma, o PNAE, cuja responsabilidade constitucional é compartilhada entre todos os entes federados, envolve um grande número de atores sociais como gestores públicos, professores, diretores de escola, pais de alunos, sociedade civil organizada, nutricionistas, manipuladores de alimentos, agricultores familiares, conselheiros de alimentação escolar entre outros.

12.16-Código de Trânsito Brasileiro- Educação para o Trânsito (LEI FEDERAL 9.503/97)

A educação do Trânsito é fundamental a qualquer sociedade, pois quanto maior for a economia de um país, maior será a aquisição de bens por parte de sua população, resultando nos conflitos das vias. Percebendo esse crescimento e preocupado com os direitos do cidadão de ir e vir, garantido pela Constituição Federal (artigo 5º inciso xv), e apoiado desde 1997 pelo CTB (Código de Transito Brasileiro). Em 1994, o então Presidente da República, Itamar Franco, institucionalizou o Ano Nacional da Educação para o Trânsito.

O Código Brasileiro de Transito determina como deve ser o comportamento dos frequentadores do trânsito nas mais diferentes situações vividas nele. O capítulo I, art.1º,§ do Código de Transito Brasileiro ressalta que o trânsito em condições seguras é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades competentes do sistema nacional de trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotarem medidas destinadas a assegurar esse direito.

Neste artigo o Código de Trânsito Brasileiro deixa bem claro que o Trânsito é um direito de todos e que é dever dos órgãos normativos, executivos, de fiscalização e de recurso garantirem esse direito. Ainda no Código de Trânsito Brasileiro sobre a educação encontraremos: O Artigo 76 diz que a educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre órgãos e entidades do Sistema Nacional de

Trânsito e de educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação. Para a finalidade prevista de artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito) e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:

- I – a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;
- II – a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;
- III – a criação de corpos técnicos interprofissionais para o levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito;
- IV – a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades-sociedade na área de trânsito, encontrado no Artigo 77.

No âmbito da educação para o trânsito caberá ao Ministério da Saúde, mediante proposta do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), estabelecer campanha nacional esclarecendo condutas a serem seguidas nos primeiros socorros em caso de acidente de trânsito. No que se refere à educação para o trânsito, o artigo 24 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece que como competência municipal, em seu inciso xv, “[...] promover e participar de projetos e programas de educação e segurança no trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN” (Conselho Nacional de Trânsito).

A escola então assume um grande papel nesse processo de educar os indivíduos, pois ela desfruta de um ambiente socializador propício para educar as crianças, os jovens e os adultos, criando novos comportamentos nos cidadãos do futuro.

Os artigos 74 e 79, também do Código Brasileiro juntamente com seus incisos determinam como deve ser, e o que será trabalhado na educação do trânsito nas escolas, destacando a autonomia dos estados e municípios na elaboração de

políticas e práticas educativas, resultando no objetivo maior que será a preservação da vida e o respeito pelo próximo.

13-AVALIAÇÃO (CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS):

13.1-Avaliação (Critérios, Peso e Instrumentos Adotados)

Segundo a instrução 015/2017 SUED/SEED, o sistema de avaliação para a rede estadual de ensino enfatiza que a avaliação deve cumprir sua finalidade educativa. Para isso, a mesma deverá ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do (a) estudante, considerando as características individuais deste (a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vetado submeter o (a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação. Entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação de estudantes da Educação Especial deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, de forma a atender às especificidades. Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso. Entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos (as) estudantes e do ensino do (a) docente.

Os critérios de avaliação estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível

para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o (a) estudante aprenda.

O professor utilizará técnicas e instrumentos de avaliação variados, estes devem estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino, tais como: autoavaliação, estudo de caso, trabalhos coletivos e individuais coleta de dados, registros, debate em grupo, seminários, portfólio, prova dissertativa, prova oral, prova com consulta, entre outras.

Segue, abaixo, a diversificação de instrumentos de avaliação ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

- 1- Seminários/apresentações orais: argumentação, organização das ideias, clareza e objetividade.
- 2- Atividades experimentais: pesquisa de campo e relatório
- 3- Debates: (seminários e simpósios);
- 4- Trabalhos em grupo: Produção musical (paródia), peça teatral (dramatização), produção coreográfica individual ou coletiva;
- 5- Avaliações escritas, com questões discursivas / abertas: várias ações cognitivas (selecionar ideias, refutar, concordar, discordar, argumentar, posicionar-se e questões objetivas/ fechadas/ alternativas).
- 6- Leitura e compreensão de textos: sistematizar o conteúdo, topicalizar, concordar, discordar, ampliar, resumir, dar continuidade, parafrasear, parodiar.
- 7- Prática discursiva da escrita ou produção de texto (resposta a outros textos: primeira versão, revisão, versão definitiva).
- 8- Portfólios: avaliação de caráter formativo, permite acompanhar, orientar e mediar todos os passos, instrumento de diálogo contínuo.

O Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues aderiu o Registro de Classe Online – RCO no ano letivo de 2018. Os resultados das avaliações, recuperações e a frequência devem ser registrados no mesmo.

Para o processo avaliativo será utilizada a Média Somatória e cada docente aplicará no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de avaliação em cada bimestre e no sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de recuperação por bimestre, sendo ela substitutiva, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no Registro de Classe Online (RCO).

1- Avaliações (provas escritas, orais e práticas), as quais terão no total valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, sendo obrigatória aplicar no mínimo 01 (zero uma) por bimestre. Fica a critério de cada docente distribuir os 6,0 (seis vírgula zero) pontos em quantas avaliações julgar necessárias.

2-Instrumentos de avaliação Diversificado(s) (pesquisas, seminários, apresentações, etc), o(s) qual(is) terão no total valor de 4,0 (quatro vírgula zero) pontos. Fica a critério de cada docente o número de trabalhos a ser aplicado, sendo obrigatório no mínimo 01 (zero um) por bimestre.

O sistema de avaliação Bimestral adotado pelo colégio é composto pela somatória da seguinte estruturação:

I- 6,0 (seis pontos)- avaliação escrita;

II - 4,0 (quatro pontos)- referente às atividades diversificadas (trabalhos de pesquisas, seminários, apresentações e relatórios),

III – a soma das avaliações e atividades diversificadas será de 10,0 (dez pontos).

13.2-Promoção

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, obtidas nas mais diferentes modalidades de avaliação, tendo como média mínima por disciplina para aprovação 6,0 (seis vírgula zero) e apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas.

A promoção e o aproveitamento escolar do aluno serão resultantes das quatro notas bimestrais através da síntese:

$$\underline{MF = 1^{\circ}B + 2^{\circ}B + 3^{\circ}B + 4^{\circ}B \geq 60}$$

4

APROVADO quando:

Frequência = ou superior a 75% do total de hora letiva e Média = ou superior a 6,0

REPROVADO quando:

Frequência inferior a 75% do total de hora letiva e/ou Média inferior a 6,0.

A disciplina de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, a Sala de Apoio seguirão as instruções deste documento contemplando suas especificidades quanto aos instrumentos, uma vez que não terão aferição de notas, no entanto, suas frequências deverão ser consideradas no cômputo geral mínimo de 75% para a aprovação.

As Atividades dos Programas de Ampliação de Jornada, por serem optativas e com organização flexível para formação de turmas, não necessitam ser submetidas ao mesmo processo de avaliação das disciplinas da Matriz Curricular quanto ao registro de notas. Contudo, o acompanhamento do percurso formativo dos estudantes, deverá ser realizado e registrado por meio de portfólio e/ou outros instrumentos.

Os (as) estudantes que retornarem à instituição de ensino após as ações de combate ao abandono escolar, e que não apresentarem frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no cômputo geral do total de horas letivas, ainda que com média final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), serão retidos nos anos/séries.

a) a estes estudantes deverá ser ofertado um Plano de Estudos Especiais para recuperação dos conteúdos;

b) àqueles que obtiverem rendimento satisfatório deverão ser ofertados os processos de Reclassificação no ano seguinte, conforme preceitos legais.

13.3-Recuperação de Estudos

A recuperação será substitutiva, sendo aplicado no mínimo 02 (zero dois) instrumentos de recuperação por bimestre, prevalecendo sempre a maior nota, sendo obrigatória sua inserção no Livro de Registro de Classe Online (LRCO). A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos (as) os (as)

estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos (as) os(as) estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

Compreende-se que a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vetada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos.

Considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa o pleno desenvolvimento do (a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre).

Fica vetado, também, realizar apenas a recuperação das provas escritas.

Caso o (a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do (a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos. Os resultados da recuperação deverão ser tomados na sua melhor forma e registrados no Sistema de Registro de Classe online (RCO).

A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didáticos - metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

13.4-Conselho de classe, pré-conselho e pós- conselho

O Conselho de Classe conforme a instrução 015/2017 SUED/SEED, constitui-se parte integrante do processo avaliativo, onde todos os sujeitos, de forma coletiva, se posicionam frente ao diagnóstico, analisam e discutem acerca dos dados, avanços, problemas e proposições, para a tomada de decisões que contemplem

encaminhamentos relacionados às metodologias, ações e que levem em conta as necessidades/dificuldades dos (as) estudantes.

A reunião de Conselho de Classe deverá ser registrada em Ata, a qual deverá expressar os dados, avanços, dificuldades/necessidades e os encaminhamentos definidos coletivamente.

A organização do Conselho de Classe compreende três etapas: Pré conselho (levantamento de dados), reunião do Conselho de Classe (proposição) e Pós-conselho (encaminhamentos das ações previstas na reunião do Conselho de Classe).

Os encaminhamentos demandados na reunião de Conselho de Classe podem implicar em ações pertinentes:

a) à Equipe Pedagógica, como orientação aos estudantes, orientação ou retorno aos pais ou responsáveis, subsídios aos planejamentos dos docentes, entre outras;

b) aos Docentes, como a retomada do Plano de Trabalho Docente (conteúdos, encaminhamentos metodológicos, recursos, critérios e instrumentos de avaliação), na gestão da sala de aula, em encaminhamentos para situações específicas ou individuais;

c) à Equipe Diretiva, dando suporte para as decisões tomadas pelo colegiado.

O Conselho de Classe Final é o momento em que o colegiado retoma as ações e registros realizados (Pré-conselhos, Conselhos e Pós-conselhos), para fundamentar, avaliar e definir, dentre os(as) estudantes com rendimento insuficiente, aqueles que possuem ou não condições para prosseguir e acompanhar o período/ano subsequente, desde que apresentem frequência igual ou superior à 75% (setenta e cinco por cento) no cômputo geral do total de horas letivas.

Neste momento, os Conselhos de Classe anteriores e os resultados dos encaminhamentos realizados são referenciais que devem servir para definir parâmetros – que não são quantitativos ou restritivos, mas sim qualitativos. Os parâmetros para promoção estão nos critérios definidos em conjunto.

O parecer dos docentes das disciplinas sobre os componentes curriculares obrigatórios ou eletivos deve ser equânime, sendo que a situação de cada estudante a ser discutida no Conselho Final, passa pela análise pedagógica de todos (as).

Os professores das Atividades dos Programas que compõem a Educação Integral em Turno Complementar deverão participar do Conselho de Classe e apresentar o percurso formativo dos estudantes de forma a contribuir para a consolidação do processo educativo na instituição de ensino.

O registro na Ata final deve expressar a relação entre os parâmetros, as discussões e os encaminhamentos realizados durante o ano/período letivo; o(a) estudante aprovado por deliberação do colegiado no Conselho de Classe Final não terá a sua nota alterada RCO.

13.5-Classificação

É o procedimento que se adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade. Serão considerados a experiência e desenvolvimento adquiridos por meios formais e informais. De acordo com a Deliberação nº 01/99 – CDE/SEED, a Classificação tem caráter pedagógico e exige as medidas administrativas que resguardem o direito do aluno, do Estabelecimento de ensino e dos profissionais.

Para isso, serão feitas avaliações diagnósticas documentadas pela Equipe Pedagógica ou pelo professor, comunicação ao aluno ou responsável para consentimento do processo; organização de uma comissão para efetivação do mesmo; arquivo das atas, trabalhos, provas ou outros instrumentos avaliativos utilizados e registro dos resultados no histórico escolar do aluno.

13.6-Reclassificação

É o processo pelo qual avalia-se o grau de experiência do aluno matriculado, preferencialmente no início do ano, levando em conta as normas curriculares gerais, a

fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatível com sua experiência e desenvolvimento, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar, conforme a Deliberação nº 01/99 – CDE/SEED.

O resultado da reclassificação será registrado em ata, devendo integrar a Pasta Individual do aluno e ser registrado no seu Histórico Escolar e no Relatório Final para posteriormente ser encaminhado a SEED. Seguimos a seguinte instrução:

Instrução Reclassificação: N.º 08/2017 (Escolas Regulares) que estabelece procedimentos para o processo de reclassificação de estudantes da Educação Básica das instituições de ensino vinculadas ao Sistema de Ensino do Paraná.

13.7-Adaptação / Aproveitamento de Estudos

A adaptação de estudos de disciplinas consiste na atividade didático-pedagógica desenvolvida sem prejuízo das atividades previstas na Proposta Pedagógica Curricular, para que o aluno possa seguir o novo currículo.

A adaptação far-se-à pela Base Nacional Comum, entretanto, na conclusão do curso, o aluno deverá ter cursado, pelo menos, uma Língua Estrangeira Moderna. A adaptação de estudos será realizada durante o período letivo e a efetivação da mesma será de responsabilidade da equipe pedagógica e docente, que deve especificar as adaptações a que o aluno está sujeito, elaborando um plano próprio, flexível e adequado ao aluno. Ao final do processo de adaptação, será elaborada Ata de resultados, os quais serão registrados no Histórico Escolar do aluno e no Relatório Final.

Quanto ao Aproveitamento de Estudos duas observações básicas: os estudos concluídos com êxito serão aproveitados; a carga horária efetivamente cumprida pelo aluno, no estabelecimento de ensino de origem, será transcrita no Histórico Escolar, para fins de cálculo da carga horária total do curso.

13.8-Dependência/progressão parcial

A matrícula com Progressão Parcial é aquela por meio da qual o aluno, não obtendo aprovação final em até três disciplinas em regime seriado, poderá cursá-las subsequente e concomitantemente às séries seguintes.

Este Estabelecimento de Ensino não oferta aos seus alunos matrícula com Progressão Parcial. Contudo, as transferências recebidas de alunos com dependência em até três disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos. Não será permitida a matrícula inicial no Ensino Médio ao aluno com dependência de disciplina do Ensino fundamental.

Ao aluno recebido por transferência, ao final do Ensino Médio, havendo disciplina em dependência será matriculado na série, para cursar somente a(s) disciplina(s) em dependência(s) e o certificado será expedido após sua conclusão.

14-GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS INSTRUMENTOS DE AÇÃO COLEGIADA

14.1-Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB, o ECA, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento da Escola/ Colégio, para o cumprimento da função social e específica da escola. Tem função deliberativa, consultiva, fiscalizadora e é concebido, enquanto um instrumento de gestão colegiada e de participação da comunidade escolar, numa perspectiva de democratização da escola pública, constituindo-se como órgão máximo de direção do Estabelecimento de Ensino.

A ação do Conselho Escolar deverá estar fundamentada nos seguintes pressupostos:

- educação é um direito inalienável de todo cidadão;
- a escola deve garantir o acesso e permanência a todos que pretendem ingressar no ensino público;
- a universalização e a gratuidade da educação básica é um dever do Estado;
- a construção contínua e permanente da qualidade da educação pública está diretamente vinculada a um projeto de sociedade;
- qualidade de ensino e competência político-pedagógica são elementos indissociáveis num projeto democrático de escola pública;
- o trabalho pedagógico escolar, numa perspectiva emancipadora, é organizado numa dimensão coletiva;
- a democratização da gestão escolar é responsabilidade de todos os sujeitos que constituem a comunidade escolar;
- a gestão democrática privilegia a legitimidade, a transparência, a cooperação, a responsabilidade, o respeito, o diálogo e a interação em

todos os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da organização de trabalho escolar.

14.2-Associação de Pais, Mestres e Funcionários-APMF

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários do COLÉGIO ESTADUAL JAIME RODRIGUES- EFM -, com sede e foro na Comarca de Guaíra, Estado do Paraná, localizado na Rua Osni Cella nº 534, Jardim Guaíra, reger-se-á pelo presente Estatuto e pelos dispositivos legais ou regulamentares que lhe forem aplicados.

A APMF, ou similares, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do Estabelecimento de Ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros. Os objetivos da APMF são:

I - discutir, no seu âmbito de ação, sobre ações de assistência ao educando, de aprimoramento do ensino e integração família - escola - comunidade, enviando sugestões, em consonância com a Proposta Pedagógica, para apreciação do Conselho Escolar e equipe - pedagógica-administrativa;

II - prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino;

III - buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade;

IV - proporcionar condições ao educando para participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização em Grêmios Estudantis com o apoio da APMF e do Conselho Escolar;

V - representar os reais interesses da comunidade escolar, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade do ensino, visando uma escola pública, gratuita e universal;

VI - promover o entrosamento entre pais, alunos, professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades sócio-educativas, culturais e desportivas, ouvido o Conselho Escolar;

VII - gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhes forem repassados através de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com o Conselho Escolar, com registro em livro ata;

VI - colaborar com a manutenção e conservação do prédio escolar e suas instalações, conscientizando sempre a comunidade sobre a importância desta ação.

Compete à APMF:

I - acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar do Estabelecimento de Ensino, para deferimento ou não;

II - observar as disposições legais e regulamentares vigentes, inclusive Resoluções emanadas da Secretaria de Estado da Educação, no que concerne à utilização das dependências da Unidade Escolar para a realização de eventos próprios do Estabelecimento de Ensino;

III - estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para pais, alunos, professores, funcionários, assim como para a comunidade, após análise do Conselho Escolar;

IV - promover palestras, conferências e grupos de estudos envolvendo pais, professores, alunos, funcionários e comunidade, a partir de necessidades apontadas por esses segmentos, podendo ou não ser emitido certificado, de acordo com os critérios da SEED; Colaborar, de acordo com as possibilidades financeiras da entidade, com as necessidades dos alunos comprovadamente carentes; necessidades;

Parágrafo Único: Manter atualizado o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal, a RAIS junto ao Ministério do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos do INSS, o cadastro da Associação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para solicitação da Certidão Negativa, e outros documentos da legislação vigente, para os fins necessários.

14.3–Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada classe do Estabelecimento de Ensino, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso. Tem por finalidade:

- a) estudar e interpretar os dados da aprendizagem na direção do processo ensino-aprendizagem, proposto pelo Plano de Trabalho Docente;
- b) acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor;
- c) analisar os resultados da aprendizagem na relação com o desempenho da turma, com a organização dos conteúdos e o encaminhamento metodológico;
- d) utilizar procedimentos que asseguram a comparação com parâmetros indicados pelos conteúdos necessários de ensino evitando a comparação dos alunos entre si.

As etapas obedecidas pelo Conselho Escolar são:

- 1- Auto avaliação do professor;
- 2- Análise diagnóstica da turma (detectar causas das dificuldades);
- 3- Linha de ação (sugestões);
- 4- Casos mais relevantes – encaminhados à equipe pedagógica

Na ata do conselho serão registradas as dificuldades de cada turma, as propostas e os nomes dos alunos que necessitam de acompanhamento especial. O Conselho de Classe é constituído pelo Diretor, pela coordenação pedagógica e por todos os professores que atuam numa mesma classe.

14.4-Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil Jaime Rodrigues é o órgão máximo de representação dos estudantes do Colégio Estadual Jaime Rodrigues - Ensino Fundamental e Médio, localizado na cidade de Guaíra e fundado em Guaíra com sede neste Estabelecimento de Ensino.

Parágrafo Único - As atividades do Grêmio reger-se-ão pelo presente Estatuto aprovado em Assembleia convocada para este fim. O Grêmio tem por objetivo:

- I – Representar condignamente o corpo discente;
- II – Defende os interesses individuais e coletivos dos alunos do Colégio;
- III– Incentivar a cultura literária, artística e desportiva de seus membros;
- IV – Promover a cooperação entre administradores, funcionários, professores e alunos no trabalho Escolar buscando seus aprimoramentos;
- V – Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional com outras instituições de caráter educacional, assim como a filiação às entidades gerais UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas), UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas) e UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas);
- VI – Lutar pela democracia permanente na Escola, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação da Escola.

15-PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO DE TRANSIÇÃO

15.1-Ensino Fundamental-Anos Iniciais e Anos Finais

A escola tem o papel de socializar o conhecimento organizado entendido como necessário para o desenvolvimento do indivíduo tornando possível sua interação na sociedade como cidadãos autônomos e conscientes de sua atuação social.

A entrada da criança no sexto ano do ensino fundamental coincide com a puberdade, ou seja, o início da adolescência. Essas alterações físicas e emocionais paralelamente à mudança de etapa do ensino, muitas vezes atrelada a mudança de escola, a nova rotina escolar, por exemplo, com aulas de 50 minutos envolvendo diferentes professores, a ampliação dos conteúdos curriculares e metodologias diferenciadas, essas alterações interferem negativamente na vida da criança.

Todos esses aspectos relacionados à transição do 5º ano para o 6º ano não encerram a problemática. Antes, torna evidente uma realidade que, muitas vezes, é camuflada ou confundida com outros problemas mais emergentes da escola.

A articulação entre as etapas de ensino é imprescindível, tendo em vista, que o diálogo sobre as dificuldades e encaminhamentos realizados com ênfase na transição, acaba diminuindo ou evitando os obstáculos de acesso enfrentados pelos alunos e assegurando a continuidade do processo educacional com qualidade.

O objetivo desta proposta de articulação é garantir que o processo de aprendizagem e encaminhamentos seja mais rápido e que assegure desta forma, maior qualidade de ensino. Atrelando a isso, uma comunicação entre a Rede Municipal e a Rede Estadual, de forma clara, objetiva e eficiente para um ensino de qualidade.

Pressupõe que a partir da parceria entre essas duas etapas de ensino, considerando a transição do 5º para o 6º ano Ensino Fundamental, pode-se criar estratégias para a construção de trabalho que possibilite a complementaridade e continuidade de processos de aprendizagem, assegurando a características de aprofundamento da complexidade dos conhecimentos sistematizados. Isso significa que os conteúdos próprios do Ensino Fundamental estão articulados aos conteúdos

de outros níveis de ensino e se ampliam gradualmente, conforme as possibilidades de compreensão dos alunos.

Os conhecimentos obrigatórios para esse nível de ensino são definidos nas diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental (DCN), a qual estabelece que: em todas as escolas, deverá ser garantida a igualdade de acesso dos alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional; a base nacional comum e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que visa estabelecer a relação entre a educação fundamental com:

a) a vida cidadã, através da articulação entre vários dos seus aspectos como: a saúde, a sexualidade; a vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho; a ciência e a tecnologia; a cultura; as linguagens;

b) as áreas de conhecimento de: Língua Portuguesa, Língua Materna (para populações indígenas e migrantes); Matemática, ciências, Geografia; Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física; Educação Religiosa¹⁰ (na forma do art. 33 da LDB) (LDB, art. 9º. In: PARECER CEB 04/98, p.7).

No Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues – Ensino fundamental e Médio este trabalho é desenvolvido a partir do início do ano letivo, onde a equipe pedagógica entra em contato com as escolas municipais para verificação de casos específicos. Como parte dessas ações, proporciona-se visitas com atividades pedagógicas interativas entre alunos do quinto e sexto ano.

Outras possibilidades disponíveis é a oferta da sala de apoio à aprendizagem e a sala de recursos multifuncional. Cabe a coordenação pedagógica um olhar diferenciado aos alunos do sexto ano e, principalmente, um suporte pedagógico constante aos professores que atuam nessas turmas, fundamentalmente, no que se refere ao atendimento aos alunos inclusos.

Contudo, a transição ocorre dentro da normalidade, sem muitas dificuldades. Apesar de que, sabe-se que existem outros fatores, que não podem ser resolvidos pela escola, que pode dificultar essa transição como, por exemplo: a fase do desenvolvimento na qual estes alunos se encontram que podem trazer a tona determinados comportamentos, medos, inseguranças, mudanças hormonais, com visíveis conflitos com o mundo interno e externo, muitos dos quais são resolvidos por

meio da própria experiência, vivenciada diante de cada situação e pelo passar de cada fase em si.

15.2-Ensino Fundamental- Anos Finais e Ensino Médio

A passagem do Ensino Fundamental para do Ensino Médio é marcada por muitas dúvidas e incertezas tanto para a família como para os estudantes. São muitos os obstáculos a serem ultrapassados. A expectativa em torno desta nova etapa a ser percorrida é muito grande.

Para o aluno ter uma transição tranquila e manter a motivação para os estudos, é preciso repensar o papel da escola nas duas pontas do processo, especialmente se ele estuda na rede pública. A escola deverá realizar o processo de transição de forma tranquila, amenizando o nível de ansiedade e expectativa em relação à nova etapa, colaborando para a eficácia do ensino aprendizagem.

Assim sendo, a escola deverá criar estratégias de ação para os estudantes, a fim de desenvolver um trabalho que contribua na superação das suas ansiedades, proporcionando autoconfiança para assumir os novos desafios exigidos nesta etapa de ensino. A preocupação com a transição entre níveis de ensino e os processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos reaparece: A transição entre as etapas da Educação Básica e suas fases requer formas de articulação das dimensões orgânica e sequencial que assegurem aos educandos, sem tensões e rupturas, a continuidade de seus processos peculiares de aprendizagem e desenvolvimento. (Brasil, 2010a, artigo 18, § 2º) Com a aprovação das novas DCNEB, o Brasil dispõe, pela primeira vez, de orientações educacionais integradas e voltadas para todas as etapas da Educação formal, procurando garantir a continuidade da aprendizagem nos diferentes níveis que formam a Educação Básica.

No Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues essa transição ocorre através do diálogo, onde é esclarecido aos alunos sobre a importância da dedicação aos estudos e, sobre como o saber sistematizado, que será adquirido durante os três anos, os ajudará na realização do ENEM, o qual constitui num requisito para o ingresso no ensino superior. Além disso, a orientação se estende também àquele

aluno que não tem ambição de cursar o ensino superior, e optam pelo curso técnico profissionalizante, nesse caso, a escola mostra os caminhos, quais escolas ofertam, quais são os cursos, entre outros.

É dada uma atenção especial aos alunos do primeiro ano do ensino médio, pois há uma desistência elevada nessa etapa, principalmente, no que se refere aos alunos do período noturno, pois não conseguem conciliar o trabalho com os estudos.

16-PROPOSTA PEDAGÓGICA DE HORA-ATIVIDADE

Para formação dos professores é disponibilizada também a hora atividade concentrada, onde os professores de áreas afins discutem propostas e planejam suas ações. Com a proposta da hora atividade concentrada os professores têm a oportunidade de encontros por áreas em cada município.

A hora-atividade constitui-se no tempo reservado aos(as) professores(as) em exercício de docência para estudos, avaliação, planejamento, participação em formações continuadas, preferencialmente de forma coletiva, devendo ser cumprida integralmente na instituição de ensino na qual o(a) profissional esteja suprido e no mesmo turno das aulas a ele(a) atribuídas.

Quando o(a) professor(a) estiver suprido em mais de uma instituição de ensino, a hora-atividade, a ser cumprida, deverá ser proporcional ao número de aulas de cada uma das instituições. A hora-atividade poderá ser cumprida fora da instituição de ensino, excepcionalmente, em atividades ofertadas/convocadas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

É responsabilidade dos(as) professores(as):

a) participar dos cursos de Formação Continuada ofertados pela mantenedora;

b) planejar ações e intervenções com base no diagnóstico da realidade escolar, tendo como subsídios o Projeto Político-Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular/Plano de Curso, o Regimento Escolar e o Plano de Ação da instituição de ensino;

c) participar em atividades de estudos e reuniões técnicas pedagógicas;

d) participar de grupos disciplinares e interdisciplinares de professores(as), objetivando o planejamento e o desenvolvimento de ações necessárias, relativas ao Plano de Ação das instituições de ensino;

e) planejar ações de intervenção didático-pedagógicas para os(as) estudantes com dificuldades no seu desempenho escolar;

f) discutir e planejar encaminhamentos teórico-metodológicos no intuito de obter uma prática pedagógica interdisciplinar;

g) implementar ações pedagógicas, inerentes à hora-atividade, definidas pelo coletivo escolar e também solicitadas pela equipe pedagógica, direção, Núcleo Regional de Educação e Secretaria Estadual de Educação;

h) analisar e planejar ações de intervenção sobre os resultados avaliativos internos e externos dos (as) estudantes, com vista ao planejamento das ações pedagógicas, a fim de melhorar o processo de ensino-aprendizagem;

i) o(a) professor(a) que atua no Atendimento Educacional Especializado, deverá reunir-se com os(as) professores(as) das disciplinas da Escola para realizar o trabalho colaborativo.

É responsabilidades da equipe técnico-pedagógica:

a) organizar a hora-atividade do coletivo de professores (as) da escola, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja utilizado em função do processo pedagógico desenvolvido em sala de aula;

b) promover e coordenar grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola;

c) elaborar, organizar e acompanhar as atividades de estudos, com base nas necessidades apresentadas pelo diagnóstico do Plano de Ação da instituição de ensino e pelo cotidiano da realidade escolar;

d) analisar e discutir com os(as) professores(as) os diversos documentos que fundamentam a prática pedagógica: Projeto Político-Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular/Plano de Curso, Regimento Escolar, Plano de Trabalho Docente, encaminhamentos para o Conselho de Classe, documentos orientadores do currículo, entre outros;

e) acompanhar as ações de intervenção didático-pedagógicas, planejadas para os(as) estudantes com dificuldades no seu desempenho escolar;

f) articular e acompanhar as atividades individuais e coletivas, a serem desenvolvidas pelo (a) professor (a);

g) assegurar a implementação das ações da Equipe Multidisciplinar na comunidade escolar.

É responsabilidade da direção:

a) sistematizar o quadro de distribuição da hora-atividade;

- b) organizar e acompanhar o efetivo cumprimento da hora-atividade;
- c) planejar e organizar, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica, as atividades de estudos e/ou reuniões inerentes ao trabalho docente;
- d) divulgar a organização de horários relativos à hora-atividade, a fim de que a comunidade escolar tenha fácil acesso à informação.

A orientação é que os estabelecimentos de Ensino devem organizar a hora atividade do professor seguindo a tabela abaixo da Hora Atividade Concentrada para o ano de 2018:

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
BIOLOGIA CIÊNCIAS	MATEMÁTICA FÍSICA QUÍMICA	LÍNGUA PORTUGUESA LEM	ARTE EDUCAÇÃO FÍSICA	HISTÓRIA FILOSOFIA SOCIOLOGIA GEOGRAFIA ENS. RELIGIOSO

Para as salas de Recursos Multifuncionais e Centros de Atendimento Educacional Especializados, as horas-atividades deverão ser distribuídas preferencialmente nas primeiras e últimas aulas, de forma a permitir o trabalho colaborativo com o (a) professor (a) do ensino comum das diferentes disciplinas e organização do cronograma.

O Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues – Ensino Fundamental e Médio organiza a hora atividade dos professores conforme a orientação acima, mas também, de acordo com as possibilidades de horário dos professores que atuam em mais de uma escola.

17-PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A FAMÍLIA E COMUNIDADE

A família, os responsáveis e os corresponsáveis, têm um papel fundamental no processo de apropriação do conhecimento. Isso fica evidente, partir da década de 90, quando da aprovação de leis e diretrizes do Ministério da Educação.

O dever das instituições citadas acima, com o processo da escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como: Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90, nos artigos 4º e 55; Política Nacional de Educação Especial, que tem como umas de suas diretrizes gerais: adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/96, artigo 1º, 2º, 6º e 12.

Portanto, é dever da instituição de ensino, articular ações que efetivem a participação da família nesse processo. No decorrer do período letivo serão possibilitados diversos momentos onde possa consolidar a participação das instituições familiares. A participação dar-se-á por meio de diversas atividades sistematizadas, tais como: palestras, apresentações culturais, exposições, seminários e atividades esportivas, como: torneios.

Esta instituição de Ensino sempre se preocupou em envolver as famílias em todas as atividades escolares. As atividades são mediadas pelos docentes que desenvolvem um preparo anterior.

Em todos os eventos do colégio sempre há um número significativo de pais ou responsáveis. Pois a grande maioria reconhece que são nestes momentos que propicia o desenvolvimento pleno, respectivamente, dos seus filhos e dos alunos.

17.1-Programa de Combate à Evasão Escolar

A educação, segundo estabelece a Constituição- artigos: 205 e 227; é um direito público subjetivo que deve ser assegurada a todos, através de ações desenvolvidas pelo Estado e pela família, com a colaboração da sociedade.

Quando trata especificamente do direito à educação destinada às crianças e aos adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 4º) o descreve como um dever da família, comunidade, sociedade em geral e do Poder Público. A partir destas leis, constata-se que a educação é um direito cuja responsabilidade não cabe somente a um determinado órgão ou instituição. Na verdade, é um direito alicerçado na ação do Estado, mas que é compartilhada por todos, ou seja, pela família, comunidade e sociedade em geral, o que resultou segundo Rocha (1999) que a “educação deixou de ser um tema exclusivo dos trabalhadores da área para ser uma questão de interesse de toda a sociedade”

Do mesmo modo, que por força da Constituição e do ECA, que são parceiros necessários quando o tema é educação: Família, Escola, Conselho Tutelar, Conselho da Educação, Conselho da Criança e do Adolescente, Núcleo Regional de Educação, Secretaria de Educação, Assistência Social e Saúde, as Redes de Proteção e etc., dentro do possível, atuam de forma integrada para proteger a criança e o adolescente e o seu direito de acesso e permanência na escola.

Dentro desse contexto, a evasão escolar constitui um grande desafio àqueles que estão envolvidos com o referido direito, deixando de ser um problema exclusivo e interno da instituição de ensino e passa a ser responsabilidade dos órgãos responsáveis, conforme indica a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um número excessivo de faltas sem justificativa e a evasão escolar ferem os direitos das crianças e dos adolescentes. Nesse sentido, cabe a Direção, Coordenação Pedagógica e Professores, valer-se de todos os recursos dos quais disponha para garantir a permanência dos alunos na escola.

O Colégio Professor Jaime Rodrigues– Ensino Fundamental e Médio tem desenvolvido suas ações conforme propõe o programa, buscando sempre estar atento às faltas dos alunos, conversando com os alunos, enviando bilhetes aos pais e/ou responsáveis, telefonando para os pais e/ou responsáveis quando possível, convocando os mesmos, sempre na busca para trazer o aluno de volta à escola e, quando a escola já tomou todas as providências necessárias e não obteve êxito, é enviada a ficha do FICA aos órgãos competentes.

Em alguns casos percebe-se grande êxito no combate à evasão escolar nesta instituição de ensino, haja vista que, a maioria dos alunos acaba voltando a frequentar a escola. Esse percentual só não é maior devido à evasão que ocorre principalmente no Ensino Médio, no período noturno, onde os alunos maiores de 18 anos, devido a sua situação sócio-econômica acabam abandonando a escola, todavia estes não conseguem conciliar o trabalho com a escola.

Os(as) estudantes que retornarem à instituição de ensino após as ações de combate ao abandono escolar, e que não apresentarem frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no cômputo geral do total de horas letivas, ainda que com média final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), serão retidos nos anos/períodos/ séries.

- a) a estes estudantes deverá ser ofertado um Plano de Estudos Especiais para recuperação dos conteúdos;
- b) àqueles que obtiverem rendimento satisfatório deverão ser ofertados os processos de Reclassificação no ano seguinte, conforme preceitos legais.

17.2-Equipe Multidisciplinar

As Equipes Multidisciplinares são instâncias de organização do trabalho escolar, preferencialmente coordenadas pela equipe pedagógica, e instituídas por Instrução da SUED/SEED, de acordo com o disposto no art. 8º da Deliberação nº 04/06 – CEE/PR, com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena ao longo do período letivo.

As Equipes Multidisciplinares se constituem por meio da articulação das disciplinas da Base Nacional Comum, em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com vistas a tratar da História e Cultura da África, dos Africanos, Afrodescendentes e Indígenas no Brasil, na perspectiva de contribuir para que o aluno negro e indígena mire-se positivamente, pela valorização da história de seu povo, da cultura, da contribuição para o país e para a humanidade.

18-PROPOSTA PEDAGÓGICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional é um instrumento que contém o processo de acompanhamento contínuo das atividades e da implementação de mudanças necessárias para cumprir as exigências de reorganização e retomadas das ações educacionais, do posicionamento ético dos sujeitos envolvidos com a educação.

A avaliação institucional tem como principal objetivo analisar os pontos positivos e as dificuldades enfrentadas pela instituição, no decorrer do período letivo. Definir e traçar metas para que a escola possa superar os desafios impostos pela sociedade e, acima de tudo, cumprir com sua missão educacional, que é oferecer educação de qualidade a todos.

De forma a contribuir na formação de seres humanos participativos, responsáveis, solidários, críticos e éticos capazes de transformar o meio em que estão inseridos. Nessa perspectiva, a avaliação a ser realizada pela escola deve levar a uma reflexão das ações diárias, que pode e deve retornar em conscientização e mudanças na prática pedagógica do contexto escolar, envolvendo coletivamente todos que acreditam e se comprometem com a construção de uma educação de qualidade.

19-PROPOSTA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

A Sala de Recursos Multifuncional na Educação Básica é um Atendimento Educacional Especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de estudantes que apresentam deficiência Intelectual, deficiência física, transtornos déficit de atenção e hiperatividade, transtornos globais do desenvolvimento, síndrome de Asperger, distúrbios de aprendizagem, autismo clássico e surdez, comprovados com laudos médicos, relatório de avaliação psicoeducacional e matriculados na Rede Pública de Ensino.

Os alunos matriculados em classe comum do ensino regular tem acesso à Sala de Recursos Multifuncional no contraturno nos período da tarde, com professores especializados, desde que tenham documentação necessária para a matrícula na Sala de Recursos.

A equipe pedagógica juntamente com os professores da sala regular, quando observam alunos que apresentam dificuldades acentuadas, comunicam a família e solicitam avaliação do professor da Sala de Recursos. Alguns pais sequer se dão conta de que o filho não aprende devido a algum fator de impedimento, sendo necessário, em muitos casos, a própria escola encaminhar o aluno, juntamente com a família, ao profissional especializado (oftalmologista, neurologista, psiquiatra, psicólogo).

Os professores têm acesso aos relatórios anteriores dos alunos para detectarem o que já apreendeu e o que tem mais dificuldade para reter, se há características estereotipadas e repetitivas, quais suas aversões e irritabilidade. Esses dados são necessários para traçar metas e metodologias diferenciadas – com conteúdos impressos contendo atividades diversas com linguagem de fácil compreensão. É imprescindível a flexibilidade, pois necessitam de um tempo maior para realizar suas atividades ou avaliações – lembrando que, em alguns casos, o resultado é mais positivo se a verificação da aprendizagem for feita oralmente.

Assim, a pessoa com necessidades especiais deve encontrar, na sociedade, caminho propício para o seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, a sociedade se adapta as suas limitações.

A avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais, segundo a LDBEN (1996), deve acontecer durante todo o processo de aquisição do conhecimento, destacando-se a avaliação formativa, vista como a mais adequada ao dia a dia de sala de aula, pois considera que os alunos, possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes e, por ser contínua e diagnóstica, aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo.

Avaliar continuamente é fundamental para o êxito escolar do aluno, visto que em muitos casos existe pré-disposição em não reter conteúdos em longo prazo. O professor da Sala de Recursos participa das atividades previstas no Calendário Escolar, especialmente do Conselho de Classe, assim como organiza o controle de frequência dos alunos no RCO. Cabe à escola na qual está a Sala de Recursos, a responsabilidade de manter a documentação dos alunos atualizada. A pasta individual do aluno, além dos documentos exigidos para a classe comum, deverá conter os Relatórios de Avaliação no Contexto Escolar e Relatório de Acompanhamento Semestral.

20-PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, porém, por si só não possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também oferece condições, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores e funcionários articulado ao projeto das escolas em que atuam.

Dessa forma, os professores e funcionários do Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues participam de: encontros e reuniões pedagógicas, formações itinerantes, grupo de trabalho em rede, programa de desenvolvimento educacional, pró-funcionário, equipe multidisciplinar, seminários, palestras, entre outros, oferecidos pela SEED e outros pertinentes a cada área e/ ou disciplina.

As capacitações oportunizadas são orientadas pela Secretaria de Educação e são estendidas a todos os profissionais da educação visando desta forma inovar suas práticas a fim de, promover a integração dos profissionais docentes e não-docentes no processo de democratização da gestão escolar em busca de uma educação pública de qualidade.

O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE está integrado às atividades da Formação Continuada em Educação, conforme previsto no Plano de Carreira do Magistério Estadual, Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004.

O PDE objetiva a Formação Continuada do professor da rede pública estadual de ensino, para aprimorar a qualidade da Educação Básica no Estado, de acordo com as necessidades educacionais e socioculturais da comunidade escolar. O professor, aprovado para ingresso no PDE, deverá executar três tarefas principais:

a) cumprir um programa de estudos definido pela SEED, em parceria com as Instituições de Ensino Superior – IES, inscrevendo-se em disciplinas acadêmicas e participando de simpósios, encontros e eventos de capacitação;

b) acompanhar os grupos de professores formados na base do sistema, desenvolvendo com eles atividades previstas no Programa. Esse acompanhamento visa estabelecer diálogo sistemático com os grupos de professores da rede, reunidos em torno das áreas contempladas no Programa;

c) produzir material didático-pedagógico como resultado da participação no PDE, de forma colaborativa com os grupos de professores da rede.

Este trabalho será apresentado e defendido perante Banca Examinadora, sendo requisito fundamental para a obtenção da certificação do PDE.

O governo pretendendo uma maior formação e preparo dos funcionários instituiu o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - PROFUNCIONÁRIO.

O PROFUNCIONÁRIO tem por objetivo promover, por meio da educação à distância, a formação profissional técnica em nível médio de funcionários que atuam nos sistemas de ensino da educação básica pública, com ensino médio concluído ou concomitante a esse, nas seguintes habilitações:

I - Gestão Escolar;

II - Alimentação Escolar;

III - Multimeios Didáticos;

IV - Meio Ambiente e Manutenção da Infraestrutura Escolar.

21-PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A avaliação do Projeto Político Pedagógica realizar-se-á anualmente conforme a instrução 03/2015 SUED/ SEED visando não apenas o cumprimento das ações previstas, mas os resultados que poderão apresentar e a necessidade de novas ações, a fim de concretizar melhoria no processo de ensino aprendizagem do colégio, bem como a satisfação de professores, funcionários, pais e alunos, cuja intencionalidade prioriza garantir um Ensino Público de qualidade conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases Educação.

Acontecerá em momentos planejados juntamente com o coletivo da Escola, considerando que a efetivação do Projeto Político Pedagógico depende da participação de todos: professores, equipe pedagógica, agentes educacionais, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e Grêmios Estudantil.

Desse modo ele nunca estará pronto e acabado, pois, sendo flexível, estará sujeito a mudanças de acordo com a realidade da escola e do momento histórico vivenciado pela comunidade, pelo país ou pelo mundo.

A avaliação do Projeto Político Pedagógico, sendo um processo democrático de decisões, levará sempre em consideração, por todas as instâncias envolvidas, se ele está instaurando uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, se contém opções explícitas na direção da superação de problemas no decorrer do trabalho educativo, voltado à realidade desta comunidade. Sua construção, assim, será contínua, pois, enquanto produto é também processo, incorporando ambos numa interação possível.

22-PROPOSTA PEDAGÓGICA DA COMPLEMENTAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

A lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu art. 24, apresenta: “a educação básica nos níveis fundamental e médio será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

* – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver (...)”

Ainda, o art. 34 da LDB define que a “jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.” para o cumprimento estabelecido na LDB. O Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues, trabalha quatro horas em sala de aula no ensino fundamental e o ensino médio, obedecendo aos duzentos dias letivos conforme calendário escolar e a carga horária de oitocentas horas.

Também para efeito da garantia e complementação da carga horária e/ou reposição de dias letivos, considera as atividades de cunho científico, esportivo, social e cultural desde que tenha frequência dos alunos sob efetiva orientação dos professores, podendo ser realizadas em sala de aula e/ou outros locais pedagogicamente adequados ao processo ensino-aprendizagem e, principalmente, que esses dias sejam computados fora do calendário escolar.

23-ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Conforme Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

A inserção do estágio não obrigatório no Projeto Político-Pedagógico da escola não pode contrapor-se à própria concepção de escola pública, ainda que o estágio seja uma atividade que vise a preparação para o trabalho produtivo, conforme Lei nº 11.788/2008.

A função social da escola vai para além do aprendizado de competências próprias da atividade profissional e, nesta perspectiva, vai para além da formação articulada às necessidades do mercado de trabalho. Conceber trabalho como princípio educativo pressupõe oferecer subsídios, a partir das diferentes disciplinas, para se analisar as relações e contradições sociais, as quais se explicam a partir das relações de trabalho. Isto implica em oferecer instrumentos conceituais ao aluno para analisar as relações de produção, de dominação, bem como as possibilidades de emancipação do sujeito a partir do trabalho.

Formar para o mundo do trabalho, portanto, requer o acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade, a fim de possibilitar ao futuro trabalhador se apropriar das etapas do processo de forma conceitual e operacional. Isto implica em ir para além de uma formação técnica que secundariza o conhecimento, necessário para se compreender o processo de produção em sua totalidade.

Os conhecimentos escolares, portanto, são a via para analisar esta dimensão contraditória do trabalho, permitindo ao estudante e futuro trabalhador atuar no mundo do trabalho de forma mais autônoma, consciente e crítica. Para tanto, o acesso aos conhecimentos universais possibilita ao aluno estagiário, não somente sua integração nas atividades produtivas, mas a sua participação nela, de forma plena, integrando as

práticas aos conhecimentos teóricos que as sustentam. Nesta perspectiva, o estágio pode e deve permitir ao estagiário que as ações desenvolvidas no ambiente de trabalho sejam trazidas para a escola e vice-versa, relacionando-as aos conhecimentos universais necessários para compreendê-las a partir das relações de trabalho.

24-PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA

O Plano de Ação da escola consiste em um instrumento de trabalho dinâmico com o intuito de propiciar ações, ressaltando seus principais problemas e os objetivos dentro de metas a serem alcançadas, com critérios de acompanhamento e avaliação pelo trabalho desenvolvido.

A elaboração do Plano de Ação é uma prática que vem sendo adotada pela Secretaria de Estado da Educação nos últimos anos.

O Plano de Ação é elaborado contendo estratégias para que a escola planeje, execute, monitore e avalie os desafios levantados a partir do diagnóstico dos indicadores da qualidade na educação. A elaboração do Plano de Trabalho Docente, que é o momento do planejamento docente, representa a intencionalidade da proposta de ensino e aprendizagem, trazendo consigo as concepções e decisões tomadas, coletivamente, e expressas na efetividade da prática educativa.

A elaboração do Plano de Ação da escola também é o momento de planejar para rever a prática educativa por todo o coletivo escolar. Nesse sentido, o planejamento dos objetivos, metas, ações e resultados esperados devem ser seguidos pela equipe de gestão, no início do ano letivo, prevendo os desafios a serem enfrentados no decorrer do ano, em conformidade com o diagnóstico dos indicadores da qualidade da educação.

O Plano de Ação deve integrar:

As Experiências de Educação existentes e conhecidas no sistema de ensino e na educação não formal; - O Diagnóstico do contexto escolar partindo de uma leitura da realidade escolar, identificando as necessidades e o potencial da escola. As dimensões que devem ser contempladas no Plano de Ação da escola são: gestão

escolar democrática; prática pedagógica; avaliação; acesso, permanência e sucesso na escola; ambiente educativo e formação dos profissionais da escola.

25-PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

25.1-SAA-Salas de Apoio à Aprendizagem¹

A Resolução nº 1690/2011 que institui a partir de 2011, em caráter permanente, o Programa de Atividades Complementares Curriculares em contraturno na Educação Básica na Rede Estadual de Ensino e a Instrução nº 007/2011 SUED/SEED que define critérios para a abertura da demanda de horas-aula, do suprimento e das atribuições dos profissionais das Salas de Apoio à Aprendizagem do Ensino Fundamental, da Rede Pública Estadual de Educação.

Esse programa visa à melhoria da qualidade do ensino por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas realizadas na escola ou no território em que está situada, em contraturno, a fim de atender às necessidades sócio educacionais dos alunos. Ele prevê o atendimento dos alunos nas disciplinas de português e matemática para que os alunos que ingressarem nos 6º e 7º anos que apresentarem dificuldades de aprendizagem possam, por meio de atividades diferenciadas e significativas, superar essas dificuldades e acompanhar seus colegas do turno regular, diminuindo assim a repetência e a possível evasão, melhorando a qualidade da educação pública.

¹ **Instrução Sala de Apoio: Instrução n.º 05/2017**

Autorização de Salas de Apoio à Aprendizagem para as(os) estudantes matriculadas(os) nos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, das instituições de ensino da rede pública estadual.

26-AÇÕES DIDÁTICO- PEDAGÓGICAS

Estão integrados ao Projeto Político Pedagógico e articulados à Proposta Pedagógica Curricular, projetos desenvolvidos durante o período letivo, que vem enriquecer o processo ensino-aprendizagem em todos os níveis de atuação, demonstrando na prática os conhecimentos adquiridos nas diferentes áreas do conhecimento. O Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues desenvolve os seguintes projetos:

26.1-Projeto Mostra Artística e Cultural

Justificativa:

O Projeto Mostra Artística e Cultural visa estimular práticas culturais e educacionais no ambiente escolar. São ações realizadas com as diferentes formas de expressão como a música, o teatro, as artes visuais, a dança, entre outras, dentro da escola que geram ao longo do ano letivo momentos de criação e concepção de trabalhos individuais ou em grupos, promovendo a transformação de salas de aula em oficinas de desenvolvimento de aprendizagens.

Os resultados contribuem para que a escola pública seja um espaço mais acolhedor, integrador, crítico, dinâmico, criativo e construtor de um aprendizado não meramente teórico, mas também realizado por meio da vivência, experiência, parceria e confiança entre os envolvidos no processo.

Fruto do trabalho coletivo desenvolvido ao longo do ano nas aulas de Arte e demais disciplinas, a Mostra Artística e Cultural oportuniza a apresentação dos trabalhos realizados pelos alunos para a comunidade escolar. Através de diversas expressões artísticas, a Mostra é protagonizada pelos alunos do Colégio que realizam espetáculos teatrais, dança e musicais, além de trabalhos artísticos.

Objetivo Geral:

Promover ações com diferentes linguagens artísticas no espaço escolar, possibilitando a interação e aproximação dos educandos ao contexto artístico cultural, de modo a colaborar para que ampliem sua visão de mundo, apropriando-se de conhecimentos e experimentos em relação à cultura e a arte em suas diferentes manifestações.

Objetivos Específicos:

- Possibilitar o acesso à diferentes trabalhos artísticos e mediar a percepção e apropriação de conhecimentos.
- Oportunizar a imaginação e a criação, na singularidade e na coletividade.
- Contextualizar a importância da Arte e Cultura na transformação do indivíduo, no intuito de gerar atitudes positivas em sua vivência e proximidade com o artístico.
- Realizar atividades culturais de modo que o educando possa efetivar o conhecimento adquirido, confeccionando, vivenciando e visualizando a sua própria arte.
- Desenvolver atividades dinâmicas, como apresentações de músicas, teatros, danças e variados trabalhos artísticos envolvendo os educandos, para assim, possibilitar o despertar para talentos e vocações artísticas.
- Propiciar um ambiente acolhedor, onde os educandos possam usar a
- Expressão de ideias, emoções e sentimentos no desenvolver de suas atividades artísticas.
- Promover visitas em outras escolas, feiras culturais, oportunizando a apreciação dos trabalhos artísticos desenvolvidos naquele local;
- Valorizar o ser humano nos aspectos intelectual, moral e estético, procurando despertar sua consciência para a arte na forma plástica e visual, estabelecendo vínculos entre os conhecimentos escolares e a arte, favorecendo a aplicabilidade desses conhecimentos em seu cotidiano de forma a proporcionar sua harmonização ao grupo social ao qual pertence;

- Compreender a arte como forma de educar, levando em conta a representação de ideias, emoções, sensações, desenvolvendo habilidades que envolvam variadas formas de linguagem artística;
- Propor atividades educativas que desenvolvam uma ação individual e/ou coletiva, despertando a criatividade;
- Utilizar a arte para expressar sentimentos, na observação das diversidades de expressão artística, e assim construir uma relação de autoconfiança com a sua produção para que possa respeitar os seus limites e os dos outros;
- Desenvolver atividades que envolvam habilidades de espontaneidade, imaginação, percepção e observação, aperfeiçoando as capacidades verbais, visuais e sinestésicas.

26.2-Projeto tênis de mesa

Justificativa

A prática esportiva é essencial para o bem estar físico e para o desenvolvimento mental. Tanto as modalidades em grupo, como as individuais têm benefícios aos praticantes.

Objetivos

- Compartilhar as técnicas e as regras específicas da modalidade;
- conhecer as principais penalidades e desenvolver as habilidades motoras e o espírito social; ainda,
- preparar os alunos para competições de torneios para a prática correta do tênis de mesa na unidade escolar ou em outras competições, promovendo a integração entre as escolas.

26.3-Feira de ciências

Justificativa

A escola deve ser um espaço que permita ao aluno pensar e agir. Com isso o enfrentamento dos problemas e mudanças ocorridos no mundo é entendido dentro de sua complexidade de forma crítica, responsável e consciente.

Dentro do tema a feira de Ciências da escola deverá explorar as diferentes explicações sobre o mundo, os fenômenos da natureza e as transformações produzidas pelo homem comparando-os dentro de uma concepção científica, tecnológica e atual.

Considerando que uma das finalidades da escola é contribuir para a formação integral dos alunos, o tema deverá buscar compreensão do ambiente em sua complexidade. Gerando representações do entendimento do aluno como ser humano dentro do Universo, espaço, relações e a própria vida.

Com isso a exposição dos trabalhos será uma maneira diferente e interessante de contextualizar o tema dentro das Ciências, É o momento onde todas as ideias são expostas, dribladas a rotina e exercitando a criatividade.

Na atualidade nos deparamos com jovens sem compromisso com as atividades escolares, que chegam ao Ensino Médio levando dificuldades básicas em torno dos conteúdos de Física, Química, Matemática e Geografia. Partindo do pressuposto de que o espaço escolar deverá ser um ambiente agradável, que estimule a arte de pensar e o prazer de aprender é que o Projeto foi estruturado de forma interdisciplinar, envolvendo os conteúdos de Ciências (abrangendo Física, Química e Biologia).

Nesse projeto, os educandos atuarão diretamente sobre o objeto de aprendizagem, através da observação, experimentação, comparação e estabelecimento de relações entre fatos e fenômenos, teoria e prática.

Objetivos

- Mobilização dos educandos valorizando o conhecimento científico interdisciplinar;
- Promover o desenvolvimento da criatividade e da capacidade inventiva e investigativa nos estudantes, para despertar vocações e incentivar a pesquisa nas escolas;

- Incentivar o desenvolvimento do conhecimento científico, a partir da oportunidade de intercâmbio entre professores, os estudantes-pesquisadores e os visitantes da Feira de Ciências;
- Propiciar o aperfeiçoamento e a troca de conhecimentos, entre professores, alunos e a comunidade, através de apresentações científicas, culturais e artísticas.

26.4-Inter-salas e o protagonismo juvenil

Justificativa

O processo no qual o jovem atua como autor de suas decisões deve necessariamente levar a um conjunto de ações que culminará na construção do seu projeto de vida.

Objetivos

Esse projeto tem por objetivo levar os alunos do ensino médio a auxiliar na divulgação, organização e arbitragem de jogos inter séries do colégio.

26.5-Mini atletismo - protagonismo juvenil

Justificativa

O processo no qual o jovem atua como autor de suas decisões deve necessariamente levar a um conjunto de ações que culminará na construção do seu projeto de vida.

Objetivos

Esse projeto tem por objetivo levar os alunos do ensino médio a desenvolver atividades de miniatletismo com alunos do 6º ano do ensino fundamental na forma de oficinas e circuitos de atividades.

Público-alvo

Alunos do ensino médio e 6º anos do ensino fundamental.

26.6-Projeto de leitura

Justificativa

“Meus filhos terão computadores, sim, mas antes terão livros. Sem livros, sem leituras, os nossos filhos serão incapazes de escrever, inclusive a sua própria história”. (Bill Gates)

Como tornar a leitura atraente aos nossos alunos hoje, quando o nosso maior concorrente, a Internet, levam-nos a emoções rápidas e constantes? Tecnologias como a Internet, vem afastando cada vez mais nossos alunos do ato de ler e ferramentas disponibilizadas para jogos e a comunicação via messenger como Facebook e WhatsApp tornam a leitura de um livro quase um castigo e não algo prazeroso.

E isso tem um preço na aprendizagem dos alunos que desenvolvem a capacidade de prestar a atenção em várias coisas ao mesmo tempo, mas por pouco tempo e de maneira artificial, dificultando a interpretação das questões dos conteúdos de praticamente quase todas as disciplinas, o que é claro culminará no fracasso da aquisição de conhecimentos dos mesmos conteúdos que finalizará com dificuldades em todos os segmentos de sua vida futura. Bill Gates corrobora com esse pensamento, quando o próprio nos leva a refletir sobre a importância da leitura na vida das nossas crianças, adolescentes e jovens.

No entender dos educadores do nosso colégio, não podemos cruzar os braços diante dessa situação, com alunos com dificuldades marcantes como: vocabulário precário, reduzido e informal, dificuldade de compreensão, erros ortográficos, poucas produções significativas, conhecimentos restritos aos conteúdos escolares. Se vamos investir nesse projeto é porque realmente acreditamos que o segredo do sucesso na vida escolar dos alunos vem da capacidade de ler, se concentrar, interpretar e a leitura, o prazer de ler é o ponta pé inicial para alcançarmos esses objetivos.

Esperamos através desse projeto de leitura mostrar aos alunos o quanto a leitura é importante e pode ser prazerosa, esperamos também que os próprios alunos

percebam que através da leitura eles conseguirão se concentrar mais e com isso assimilar melhor os conhecimentos das disciplinas escolares, acrescentando a essa justificativa que os livros disponibilizados aos alunos serão de acordo com a sua faixa etária, títulos recentes e atraentes de autores que escrevem para crianças, adolescentes e jovens, até os clássicos tão importantes para os alunos do ensino médio.

Objetivos

- Despertar o prazer da leitura e aguçar o potencial cognitivo e criativo do aluno;
- Promover o desenvolvimento do vocabulário, favorecendo a estabilização de formas ortográficas;
- Possibilitar o acesso aos diversos tipos de leitura na escola, buscando efetivar enquanto processo a leitura e a escrita;
- Estimular o desejo de novas leituras;
- Possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação;
- Possibilitar produções orais, escritas e em outras linguagens;
- Proporcionar ao indivíduo através da leitura, a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais e culturais, garantindo a sua formação crítica e emancipadora.

26.7-Rádio – escola interação

Justificativa

Com o projeto rádio na escola, a educação não vai se limitar apenas a uma sala de aula, a comunicação radiofônica pode potencializar a formação de um ambiente permitindo uma participação maior dos alunos nas relações de ensino.

A Rádio Escola pretende estimular o aluno a participar mais dos eventos que sua escola lhe proporciona, é uma das alternativas como novidade, um meio de se expressar, fazendo que ele se sinta importante e perceba que alguém está prestando atenção no que está fazendo. Neste processo de mudança educacional, percebemos

que é necessário edificar uma educação dialógica e expressiva, além de fundamentar-se no contexto tanto da Rádio Escola, como em outros ambientes de aprendizagem.

O projeto “Rádio - Escola” representa um meio educativo que possibilita ao aluno desenvolver capacidades extra classe: o trabalho em equipe e a percepção sobre a importância da comunicação do rádio na escola. Além disso, serve como complemento da educação, pois leva os alunos a aplicarem na prática seus conhecimentos prévios.

Objetivo geral

- Desenvolver o trabalho com a oralidade, em especial o trabalho desenvolvido com gêneros orais enquanto prática social em uma situação real de linguagem.
-

Objetivos específicos

- Desenvolver habilidades e tendências comunicacionais dos participantes;
- Assessorar os profissionais envolvidos em projetos para que se utilizem do rádio como um instrumento eficaz de ensino;
- Reconhecer crianças e adolescentes como produtores de cultura, integrando-os aos meios de comunicação, em geral ocupados por adultos;
- Exercitar a comunicação oral, aperfeiçoando a objetividade e clareza de exposição do pensamento;
- Promover a transdisciplinaridade;
- Estabelecer um canal de comunicação com a comunidade escolar e favorecer o trabalho em equipe;
- Aprender a se expressar por meio da oralidade e da escrita e conhecer a linguagem radiofônica;
- Disseminar mensagens de paz e auto-estima.

26.8-A Escola no Parque

Justificativa

Diante de uma proposta de escola que evidencia a preparação do aluno para o mundo, torna-se inerente e indispensável o projeto “Escola no Parque”, pois se considera de suma importância uma aula-passeio que trará ao aluno uma extensa possibilidade de relacionar os conteúdos absorvidos em sala de aula com possíveis conhecimentos propiciados através desta prática.

Para que se torne ainda mais plausível esta proposta, podemos usar como exemplo a disciplina de Geografia e Educação Física.

Na Geografia, o trajeto percorrido da cidade de Guaíra no estado do Paraná até Penha no estado de Santa Catarina apresenta uma paisagem com grande variedade de vegetação, relevo e clima, conteúdo trabalhado nessa disciplina. Destaca-se então a importância de conhecer e preservar as paisagens naturais do estado do Paraná. Sendo assim, durante o trajeto percorrido, será analisado o relevo e a vegetação da área, associando os mesmos ao clima da região. Serão feitas anotações sobre as características dos itens destacados, pois ao retornar ao colégio, os alunos utilizarão as anotações para a elaboração de um trabalho final sobre o objetivo da aula de campo. Ainda considerando o Parque de Beto Carrero World uma atração turística do estado de Santa Catarina, trabalhar-se-á em forma de pesquisa a importância deste ponto turístico para a economia da cidade de Penha.

Na Educação física, numa nova proposta de ensino que adere aos jogos eletrônicos como uma nova perspectiva de aprendizagem, onde abrange também os jogos eletrônicos de movimento, os exergames; proposta esta, ilusória se tratando de um contexto escolar deficitário, mas possível se soubermos direcionar e instruir atividades em um ambiente extremamente atrativo, como playgrounds em Shoppings, ou até mesmo em parques de diversão, como por exemplo Beto Carrero World, que contemplem os esportes radicais e de aventuras.

Tendo como principal objetivo:

- Integrar os alunos na proposta de interdisciplinariedade, promovendo vivências além do espaço escolar, através de uma aula-passeio, inscitando a relação aos conteúdos trabalhados em sala de aula, com os locais visitados, não somente como visitas, bem como atividades práticas que os ambientes podem oferecer.

Dessa forma, justifica-se o presente projeto a ser inserido no Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Jaime Rodrigues.

Objetivo Geral

Integrar os alunos na proposta de transdisciplinaridade, promovendo vivências além do espaço escolar, através de uma aula-passeio, incitando a relação aos conteúdos trabalhados em sala de aula com os locais visitados.

Objetivos específicos

- Promover uma aula-passeio;
- Oportunizar ao aluno novas perspectivas de locais dentro ou fora do município e/ou dentro ou fora do estado;
- Assessorar os profissionais envolvidos em projetos para que se utilizem deste momento como um instrumento eficaz de ensino;
- Reconhecer os espaços urbanos e culturais como recursos eficazes no processo de ensino aprendizagem;
- Exercitar o conhecimento teórico, na prática, em relação à preservação do meio ambiente, analisando atitudes dos alunos durante todo o passeio;
- Promover a transdisciplinaridade;
- Apresentar aos alunos diferentes formas de contemplar conteúdos da educação física além das quadras poliesportivas da escola, como: jogos eletrônicos de movimentos em *playgrounds* e em *Shoppings* e Esportes Radicais em parques de diversão;
- Enriquecer o currículo da escola com aulas diversificadas.

26.9- Combate ao Bullying

Justificativa

A prática do Bullying tornou-se algo comum nos espaços educacionais, provocando cada vez mais atitudes violentas, tanto dos agressores, como das vítimas. Discutir as questões ligadas a prática do bullying com toda a comunidade escolar, é importante, pois, proporciona a reflexão e evita que novos casos de bullying ocorra nas unidades escolares. Este projeto pretende atuar, tanto com os alunos, como pais e responsáveis, buscando medidas educativas que combatam as ações de violência na escola.

A popularidade do fenômeno cresceu com a influência dos meios eletrônicos, como a internet e as reportagens na televisão, pois os apelidos pejorativos e as brincadeiras ofensivas foram tomando proporções maiores. O fato de ter consequências trágicas - como mortes e suicídios - e a impunidade proporcionaram a necessidade de se discutir de forma mais séria o tema.

Objetivo Geral

Pesquisar e refletir sobre as causas e consequências do bullying, tomando como partida as narrativas de alunos, professores, pais e responsáveis.

Objetivos Específicos

- Discutir com os alunos as principais causas de bullying;
- Refletir sobre a necessidade de desenvolvermos ações educativas contra o bullying na unidade escolar;
- Aplicar atividades orais e escritas que estimulem a reflexão sobre as práticas de violência no espaço escolar;
- Discutir o respeito às diferenças no espaço escolar;
- Construir uma proposta de regras de convivência e contra o bullying na unidade escolar.

26.10- Projeto anti-drogas

Justificativa

A escola tem papel fundamental na formação do ser humano. É sua responsabilidade garantir o acesso aos saberes historicamente acumulados e promover um espaço de formação e informação no qual o aluno seja capaz de socializar conhecimentos e estabelecer um posicionamento crítico frente à realidade em que está inserido. Mediante as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade nos dias de hoje, também é função da escola a integração de temas sociais que propiciem o desenvolvimento do aluno e a promoção da saúde. Temos como expectativas quanto à esse curso, conhecer os nossos adolescentes, suas dúvidas, anseios e sonhos; interagir de maneira mais próxima com a família dos alunos; orientar os educandos sobre os perigos do uso das drogas; identificar as situações de risco e promover posturas preventivas.

Objetivo Geral

Desenvolver junto aos alunos um trabalho para melhorar o entendimento as drogas, prevenção e as consequências do consumo.

Objetivos Específicos

- Enriquecer o currículo escolar com atividades práticas e teóricas na exploração do tema “Educação Antidrogas”;
- Estabelecer diversas parcerias com entidades e órgãos públicos para ampliar os trabalhos e projetos desenvolvidos na Escola;
- Promover o interesse e participação da comunidade próxima nas ações e projetos da Escola;
- Incentivar aos alunos a adoção de posturas e hábitos que valorizem uma vida saudável, seja em casa, seja na Escola, e por onde eles forem;
- Melhorar a qualidade do ensino, reduzindo os problemas dentro e fora da Escola;
- Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, estimulando o aprendizado e o desenvolvimento de atitudes sociais positivas, tais como: disciplina, hierarquia, respeito ao próximo, ética, cooperação mútua, amizade, cidadania, entre outras;
- Despertar nas crianças, pré-adolescentes e adolescentes o reconhecimento de valores positivos associados à família, à vida espiritual, aos estudos escolares, ao

trabalho profissional, à saúde física e mental, ao respeito ao patrimônio público, às pessoas de modo geral, e às leis e demais normas.

26.11- Excursão histórico-cultural

Justificativa

Durante a fase escolar, os alunos estão inseridos em um ambiente de descobertas contínuas, seja na escola ou em casa. Mas, engana-se quem pensa que somente neste dois ambientes – familiar e educacional – que os alunos aprendem. As descobertas e as constatações de algo em que só se conhecia na teoria podem e devem estar presentes nas saídas e viagens pedagógicas promovidas pelas instituições de ensino.

Esses momentos não são apenas passeios movidos a diversão, mas, sim, valiosas oportunidades de promover o aprendizado além dos muros da escola, permitindo que as crianças e os jovens levantem hipóteses, descubram novos conhecimentos e vivenciem na prática o que aprenderam na escola.

Essa extensão da sala de aula em diferentes locais e contextos culturais é excelente para estimular ainda mais o espírito coletivo e a colaboração entre alunos e educadores. As saídas e viagens pedagógicas educacionais geram bastante expectativas nos estudantes e os estimula a manter um olhar crítico sobre o que se está pesquisando, conhecendo ou apenas evidenciando.

O aluno pode assim, associar o que aprendeu à situações e cenários reais de forma espontânea e divertida. As excursões pedagógicas ajudam na formação cultural dos alunos; os passeios escolares são eventos de turismo pedagógico que consolidam o aprendizado em sala de aula. A visita científica monitorada tem como objetivo contribuir no processo de ensino-aprendizagem, através de atividades práticas que estimulem a observação e levem o educando a interagir com o ambiente visitado.

As visitas, de maneira geral, contribuem para a socialização dos jovens e facilitam a aprendizagem. Porém, para que esse potencial seja aproveitado, é preciso que estejam inseridas no processo educacional e não sejam consideradas apenas

como um passeio. Para tanto, propomos uma série de locais e eventos que proporcionarão a nossos alunos vivenciar realidades e situações diversificadas.

Objetivos

- Envolver todos os segmentos do colégio nas atividades propostas pelo projeto;
- Estimular a produção e execução de projetos educacionais;
- Desenvolver a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade;
- Avaliar as habilidades e competências dos estudantes envolvidos na execução do projeto;
- Aplicar a metodologia científica nas atividades práticas e teóricas;
- Estimular o desenvolvimento de competências e aptidões em diversas áreas do conhecimento nos executores do projeto.

26.12 - Projeto cultural e esportivo: Dança e Vôlei na escola

Justificativa

Atentos à necessidade de promover o enfrentamento à ociosidade e falta de atividades no período do contraturno, o projeto de Vôlei e Dança contribui para ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola, fortalecendo hábitos e valores que incrementem a formação da cidadania dos mesmos. Dessa forma, colabora para que haja conhecimento dos alunos sobre a prática esportiva e suas relações com a cultura, educação, saúde e vida ativa, contribuindo para a melhoria da qualidade da Educação.

Objetivo Geral

- Desenvolver ações esportivas e culturais para despertar no educando e na comunidade escolar a colaboração mútua e autoestima dos envolvidos.

27-ATA DO CONSELHO ESCOLAR



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE TOLEDO

ATA Nº 08/18

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezoito, a direção se reuniu com as(os) representantes de todos os segmentos do Conselho Escolar em uma das salas da(o) Escola/Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues, situada(o) à rua Osni Cella, 534 bairro Jardim Guaira, da cidade de Guaira jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Toledo, para aprovação da reformulação do Projeto Político Pedagógico a partir do ano letivo de 2018.

Após a leitura do documento, ficou acordado que este Conselho Escolar aprovam as mudanças realizadas no Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues quanto às adequações de acordo com a legislação vigente e orientações gerais para a reformulação.

Sem mais e por ser expressão da verdade, assinam este documento as(os) representantes deste Conselho Escolar.

Guaira, 30 de abril de 2018

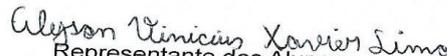

Zenaide Dias Chamorro Mendes
Direção
Resolução: 0741/16


Representante das (os) Professoras(es)
Solange Aparecida Medeiros
RG: 67282930


Representante da Equipe Pedagógica
Isa Nogueira de Abreu
RG: 76570515


Representante das (os) Funcionárias(os)
Rafael Trindade
RG: 83051981


Representante da Comunidade
Adriana de Araújo S. do Nascimento
RG: 58844494


Representante dos Alunos
Alyson Vinicius Xavier Lima
RG: 138884880

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se constituir como um processo democrático de decisões, o projeto Político Pedagógico procura instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico. Dessa forma, busca uma direção e é uma ação intencional.

Assim, o projeto político pedagógico do Colégio Professor Jaime Rodrigues foi construído coletivamente e está articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses da realidade dessa escola. Desse modo a construção do PPP visa resgatar a escola como espaço público, lugar de ações concretas, pautado na reflexão coletiva.

Diante do exposto no PPP do Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues, podemos perceber que não se trata apenas de um delineamento formal da escola, mas sim um detalhamento das ações e objetivos inerentes ao processo da escola.

REFERÊNCIAS

_____. Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma, P.^a (org). Projeto político-pedagógico da escola: **Uma construção possível**. Campinas, Papyrus, 1995.

ARCOVERDE, Yvelise Freitas de Souza. **Reformulação curricular nas escolas públicas**. 2003.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família - Rio de Janeiro**.

ARROYO, M. **Os Desafios de Construção de Políticas para a Educação do Campo**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação.

BAFFI, Maria Adélia Teixeira. **O perfil profissional do formando no Projeto Pedagógico**. 2002.

BAFFI, Maria Adélia Teixeira. **Um estudo introdutório**. 2002.

BECKER, D. **O que é a adolescência?** 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CADEP. **O repensar coletivo do Projeto Político Pedagógico**. 2005.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da adolescência**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CURY, C. R. J. A. Educação Básica no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 16/08/2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

Departamento de Ensino Fundamental. **Educação do Campo: Cadernos Temáticos**, Curitiba: SEED, 2005.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Porque reprovar nossos alunos e alunas**. 1.ed. Jornal da Educação, 2004.

FARIA, V.L.B. & SALLES, R.T. Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. São Paulo: Scipione, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários á Prática Educativa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
Garaudy, Roger. O Projeto Esperança. Salamandra, 1976.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

KLEIMAN, Ângela. Ação e mudança na sala de aula: uma nova pesquisa sobre letramento e interação. In: ROJO, R. (org.). **Alfabetização e letramento: perspectivas lingüísticas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

KLEIMAN, Ângela. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado da Letras, 1995.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LEITE, S. B. Considerações em torno do significado do Conhecimento. In: Moreira, A. F. B. **Conhecimento educacional e formação de professores**. Campinas: Papirus, 1994.

LIBANEO, José Carlos. **Democratização da escola pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo, Loyala, 1984.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

BALTAR, Marcos . **Rádio escolar: Letramentos e gêneros textuais**. Caxias do Sul : Educs, 2009.

Marx, K. (1989). **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70.

NUNES de SOUZA, A.M. **A Família e Seu Espaço: Uma Proposta de Terapia Familiar**. Rio de janeiro: Agir. 1997.

PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica–Arte**. Curitiba, 2009. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br, acesso em 10/08/2016.

PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. **O currículo básico e o perfil do professor**. [S/d].

PINTO, Álvaro Vieira. Conceito de Educação, Forma e conteúdo de educação e as concepções ingênuas e críticas da educação. In: **Sete Lições sobre educação de adultos**/ Álvaro Vieira Pinto. São Paulo Cortez, 1994.

REIS, Edmerson dos Santos. **Projeto Político Pedagógico: moda, exigência ou tomada de consciência?** 2001.

SARTRE, Jean-Paul. **“O Existencialismo é um Humanismo; A Imaginação; Questão de Método”**. Editora Nova Cultural, 1987.

Saviani, D. (2004). O legado Educacional do “Longo Século X” Brasileiro. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas. SP: Autores Associados.

SEED- Diretrizes Curriculares na Rede Pública de Ensino de Educação Básica do Estado do Paraná, 2005.

SEED, Superintendência da Educação. **Primeiras reflexões para a reformulação curricular da educação básica no Estado do Paraná**. 2004.

TFOUNI, Leda V. **Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso**. Campinas: Pontes, 1988.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira: como é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. São Paulo, Libertad, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Superação da Lógica Classificatória e Excludente da Avaliação**. São Paulo, Libertad, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro Veiga. (org). Ensino e avaliação: uma relação intrínseca à organização do trabalho pedagógico. In: Didática: **O ensino e suas relações**. Campinas, Papirus, 1996.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político Pedagógico**. 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da escola: a construção coletiva**. 1995.

ANEXOS

ANEXO A- Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil Na Escola

Formação das brigadas escolares e execução do plano de abandono

1. Justificativa do Programa

O fortalecimento de uma cultura de segurança tem se tornado o principal objetivo da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, juntamente com a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiro Militar, por meio do programa Brigada Escolar – Defesa Civil na Escola, que proporciona conhecimentos e práticas próprias de enfrentamento de eventos danosos e situações emergenciais, naturais ou humanos, no interior das escolas para garantir a segurança de toda a comunidade escolar. Diante disso, o programa opta em trabalhar no ambiente escolar, onde a expectativa é poder minimizar os impactos e evitar grandes tragédias, promovendo mudanças de comportamento, visto que esse público é mais receptível, menos resistentes a uma transformação cultural e potencialmente capazes de influenciar pessoas, atuando como disseminadores das medidas preventivas.

Como foi visto recentemente na tragédia da Boate Kiss, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, esses eventos se potencializam quando não há uma cultura prevencionista que mantenha cada habitante preparado para agir diante de uma ocorrência desastrosa. Não se pode impedir tais eventos, mas, se podem minimizar seus efeitos danosos, sejam humanos, materiais ou ambientais, quando se enfrentam as ocorrências de uma forma mais organizada.

O programa consiste no treinamento sistemático de alunos, professores e funcionários das escolas estaduais, através de capacitações presenciais e a distancia, e da execução de um plano de abandono realizadas conjuntamente entre a Secretaria de Estado da Educação, a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiro Militar e as escolas públicas do Paraná.

Deve-se considerar ainda que para a efetividade do programa dependerá muito do envolvimento e da forma como a direção das escolas dará continuidade ao mesmo, junto com a comunidade escolar. No entanto, é necessário que os órgãos competentes disponibilizem verbas para que se façam adequações na estrutura física das instituições de ensino, além de disponibilizar materiais e equipamentos, visando a

segurança patrimonial da edificação, bem como, a segurança dos alunos professores, funcionários e usuários em geral que fazem uso do espaço escolar.

2 Objetivo Geral

Promover a conscientização e capacitação da Comunidade Escolar do Estado do Paraná para ações mitigadoras e de enfrentamento de eventos danosos, naturais ou humanos, bem como, o enfrentamento de situações emergenciais no interior do colégio para garantir a segurança dessa população.

3 Objetivos Específicos

a) levar a comunidade escolar do Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues– Ensino Fundamental e Médio a construir uma cultura de prevenção a partir do ambiente escolar;

b) proporcionar aos alunos do Colégio Estadual Professor Jaime – Ensino Fundamental e Médio condições mínimas para enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas, assim como conhecimentos para se conduzirem frente a desastres;

c) promover o levantamento das necessidades de adequação do ambiente escolar, com vistas a atender às recomendações legais consubstanciadas nas vistorias do Corpo de Bombeiros;

d) preparar a comunidade escolar, a fim de promover ações concretas no ambiente escolar com vistas à prevenção de riscos de desastres e preparação para o socorro, destacando-se ações voltadas ao suporte básico de vida e combate a princípios de incêndio;

e) articular os trabalhos entre: Defesa Civil Estadual, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar (Patrulha Escolar Comunitária), Núcleos de Educação e do Grupo de Brigada Escolar do colégio;

f) adequar a edificação do Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues – Ensino Fundamental e Médio às normas mais recentes de prevenção contra incêndio

e pânico do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, acompanhando os avanços legais e tecnológicos para preservação da vida dos ocupantes desses locais.

2. ATRIBUIÇÕES GERAIS DA BRIGADA DE EMERGÊNCIA

2.1. Coordenador de Bloco ou Pavimento (Pedagogo):

É responsável por um BLOCO ou PAVIMENTO (os blocos ou pavimentos serão identificados por letras e cores).

2.1.1. Ações

- I. Recebe informação de possível emergência;
- II. Verifica com a Direção a situação da Emergência;
- III. Comunica aos Professores Regentes /Agentes Educacionais I e II;
- IV. Cooperar na organização e condução da fila da área de emergência;
- V. Verifica se alguém, por qualquer motivo, ficou para trás, considerando que:
 - a. Em caso positivo – avisa-o para seguir para o ponto de encontro, pedindo apoio quando necessário;
 - b. Em caso negativo – segue para o Ponto de Encontro ocupando a última posição da fila dos Blocos.

2.2. PROFESSORES REGENTES E AGENTES EDUCACIONAIS I E II:

São os responsáveis pelas salas de aula e outros ambientes da escola, identificadas nos blocos por números, bem como por sua respectiva população interna.

2.2.1. Ações

- I. Fica atento a possíveis indicativos de emergências;
- II. Comunica possíveis emergências ao Coordenador de Bloco ou Pavimento;

III. Caso a emergência seja:

- a. Em sua Sala – decide e procede ao Abandono imediato de local;
- b. Em outro local – aguarda informação pelo Coordenador de Bloco ou Pavimento, sem deixar de permanecer atento aos possíveis imprevistos e às falhas de comunicação;

IV. Após a determinação do Abandono, via sinais convencionados ou através do Coordenador do respectivo bloco ou pavimento, dá voz de comando para saída.

V. Desliga equipamentos eletro-eletrônicos (se for o caso);

VI. Realiza a Formação de Fila com os alunos (o abre-fila é o aluno líder da turma);

VII. Solicita apoio (se for o caso) para deslocar portadores de necessidades especiais e crianças menores;

VIII. O professor é o cerra-fila, se posiciona por último e procede a saída seguindo a rota pré- definida até o —Ponto de Encontroll (Concentração).

2. AGENTES EDUCACIONAIS I e II

Possuem acesso a todos os espaços na escola. Estão sempre circulando pelos ambientes externos realizando o monitoramento de possíveis emergências.

2. 3.1. Ações

- I. Verifica indicativo(s) de possível emergência;
- II. Comunica imediatamente ao Líder de Turno (diretor ou diretor-auxiliar);
- III. Na falta do diretor, informa à Secretária da escola;
- IV. Após autorização, a Secretária emite sinal de alerta convencionado e aciona o(s) órgão(s) de emergência, através dos telefones 190, 193, 199;
- IV. Verifica sinalização externa das Rotas de Fuga e do Ponto de Encontro;
- V. Libera passagens e controla portões de acesso;
- VII. Sinaliza Ponto de Encontro na área externa.

a. EQUIPE DE COMBATE INICIAL À EMERGÊNCIA (Agentes Educacionais)

São os que respondem à emergência, buscando conter o seu princípio ou evitar maiores danos, procurando controlar o agente causador da emergência até a realização da saída em segurança.

2. 4.1. Ações

- I. Em caso de princípio de emergência, realiza verificação local;
- II. Realiza ações de combate e socorro, buscando evitar ampliação dos efeitos negativos da emergência;
- III. Avalia e comunica necessidade de abandono de local à Direção;
- IV. Realiza o bloqueio e orientação de trânsito quando necessários;
- V. Recebe e orienta órgãos externos de combate e socorro, quando estes chegam à escola.

b. DIREÇÃO

A Direção é responsável pela coordenação geral do Programa da Brigada Escolar do Colégio e pelo procedimento de abandono convencionado.

2. 5.1. Ações

- I. Elabora e coordena treinamento do plano de emergências locais (PBE), sob orientação da Defesa Civil;
- II. Coordena a atuação das equipes da escola em situações emergenciais; III. Define necessidade de ativação do PBE;
- IV. Determina abandono parcial ou total de local sob emergência;
- V. Autoriza emissão do sinal de alerta convencionado;
- VI. Coordena a realização do abandono, avaliando necessidade de deslocamento para local de concentração externo (Ponto de Encontro);

VII. Avalia possibilidade de retorno para a escola, sob orientação de órgãos competentes;

VIII. Representa a escola nas informações à mídia e à comunidade circunvizinha.

2.6. SECRETÁRIA ou EQUIPE DE SECRETARIA DA ESCOLA

- I. Emite sinal de alerta convencionado;
- II. Aciona órgãos externos de socorro em emergências (Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Defesa Civil, Ambulância, etc.), pelos telefones 190, 193, 199;
- III. Repassa as informações iniciais sobre a situação;
- IV. Recepciona a equipe dos órgãos de emergência.

3. ACORDO

3.1. SINAIS DE ALARME

- I. O sinal sonoro será o mesmo que determina a entrada e saída dos alunos do colégio;
- II. O sinal sonoro único será acionado de forma contínua por 20 segundos sob determinação da Direção, quando constatada alguma emergência;
- III. A emissão do sinal significará que foi verificada alguma alteração e que todos devem permanecer em alerta, interrompendo o que estão fazendo e aguardando o comando da Direção;
- IV. O responsável pelo Sinal de Alarme deverá certificar-se que todos tenham ouvido o alarme. Caso contrário, o sinal deverá ser acionado novamente.

3.2. FORMAÇÃO DE FILA

3.2.1. Organização

- I. A fila de alunos será montada considerando a disposição dos alunos em sala;
- II. Deverá ser marcada a distância, bem como, mantido o silêncio na fila;
- III. Os alunos deverão permanecer sempre na mesma localização na fila, sendo incentivado a gravar quem é o colega da frente e o colega logo atrás, para facilitar aos Professores Regentes o controle da presença dos mesmos.

3.2.2. Saída e Deslocamento

- I. A fila passará por portas, corredores, escadas, rampas e portões sempre pelo lado DIREITO;
- II. Será realizada a caminhada rápida (evitando-se as corridas);
- III. A formação, saída e deslocamento da fila no local da emergência deverá ser imediata, sendo que nos demais locais dependerá dos sinais de alarme;
- IV. A ordem de saída será:
 - a. Local da Emergência constatada;
 - b. Local imediatamente ao lado que esteja mais distante em relação à saída;
 - c. Local que esteja imediatamente do outro lado;
 - d. Outra ordem a ser definida pela Direção, de acordo com cada situação emergencial.
- V. A fila deverá seguir a rota pré-definida, conforme layout elaborado pelo colégio, procurando a rota mais segura, preferencialmente que não passe próximo ao local de emergência.

3.3. SINALIZAÇÃO

3.3.1. Identificação

- I. Os conjuntos construídos serão chamados de BLOCOS e receberão a identificação por cores, enquanto as salas e outros ambientes internos de estudo serão identificados por números, conforme layout elaborado;
- II. Os extintores, mangueiras, hidrantes (internos ou externos) serão dispostos e sinalizados, conforme legislação e orientação técnica;

- III. As rotas, saídas, passagens e portões receberão sinalização por faixas, setas e placas;
- IV. Os quadros de energia (sala, corredor, bloco e geral), a central de gás, hidrante público e o registro da água receberão cartazes ou placas de identificação;
- IV. Áreas de risco (escadas, rampas, almoxarifados, central de gás, alta tensão, etc.) receberão cartazes ou placas de advertência.

3.3.2 Ponto de Encontro - PE (NÃO BRIGADISTAS)

- I. O local que servirá como PONTO DE ENCONTRO será: prioritariamente a quadra de esportes do colégio, observando a situação emergencial e deve constar do Plano.
- II. Todos de cada BLOCO se encontrarão nele depois da saída das salas e outros ambientes, inclusive os externos;
- III. As pessoas pertencerão ao BLOCO em que se encontrarem no momento do Sinal de Alarme e com seus ocupantes deverão se deslocar até o PONTO DE ENCONTRO;
- IV. O Ponto de Encontro será sinalizado no piso e/ou por placa e/ou bandeiras com as cores dos blocos identificando onde deverão permanecer as respectivas turmas dos BLOCOS;
- IV. Cada Coordenador levará consigo até o PONTO DE ENCONTRO a bandeira com a respectiva cor do Bloco pelo qual é responsável, onde os respectivos desocupantes deverão permanecer até anunciado o próximo procedimento.
- V. Todos deverão permanecer no local até autorização (da Direção) de retorno ou outra ordem;
- VI. A Equipe de Apoio fará cordão de isolamento no final do Ponto de Encontro e quando todos estiverem no local, outro cordão será feito na frente do grupo concentrado, mantendo a população coesa.
- VIII. No Ponto de Encontro haverá previsão de espaço para permanência e atendimento de possíveis vítimas do incidente, onde receberão os primeiros socorros até a chegada do socorro emergencial.

3.3.3 Ponto de Encontro - PE (BRIGADISTAS)

- I. Definir Ponto de Encontro, de acordo com o número de Blocos, para recebimento de orientações iniciais do Líder de Combate;
- II. Após cumpridas as orientações iniciais os brigadistas deverão retornar a este ponto para novas orientações.

3.4. CASOS ESPECIAIS

- I. Idosos e gestantes seguirão na fila da sala/bloco em que se encontrarem;
- II. Todos os visitantes receberão informação da existência do PBE e explicação prévia de como agir em momentos emergenciais;
- III. Quem por ventura venha a se ferir em treinamentos ou emergências reais, receberá os primeiros socorros possíveis e, se a situação permitir ou exigir, será cuidadosamente deslocado até o espaço especialmente destinado no Ponto de Encontro, em caso contrário, deverá aguardar atendimento médico no local em que se encontrar;
- IV. Todos os fatos especiais, acidentes e outros imprevistos serão informados à Direção.

3.5. EXERCÍCIOS E TREINAMENTOS SIMULADOS

- I. Será realizado nas Salas de Aula o treinamento de formação de fila com os respectivos alunos;
- II. Haverá treinamento de deslocamento, em passo apressado, até o Ponto de Encontro, seguindo respectiva rota, ao menos uma vez por bimestre;
- III. Exercícios de Alerta Simulados deverão ser realizados, no mínimo, uma vez por bimestre.
- IV. Os Professores Regentes poderão oferecer atividades de reconhecimento dos espaços físicos in loco e através da planta baixa da escola (croqui);

V. Estabelecer calendário de verificação periódica do Sistema de Iluminação e Hidrantes.

3.6. INFORMAÇÕES, CHAVES E CONTATOS

3.6.1 Informações

- I. Haverá espaços, no interior das salas e dos outros ambientes, bem como no pátio, especialmente separados para colocação de informações sobre o PBE, contendo layout e outros dados importantes do PBE;
- II. Todos os funcionários e professores não poderão alegar desconhecimento do PBE, a partir das reuniões de Partida;
- III. Os pais e responsáveis deverão dar ciência do conteúdo do PBE;
- IV. Os vizinhos deverão ser informados do PBE, bem como dos dias em que haverá treinamento e/ou exercícios simulados.

3.6.2 Chaves e Contatos

- I. As chaves serão devidamente identificadas (por cores de Blocos e números de Salas) e terão cópia com a pessoa responsável pela guarda das chaves em local de conhecimento de todos e de acesso em situações de emergências;
- II. Será elaborado cartaz contendo contatos dos principais órgãos externos de atuação em situação de emergência e será exposto em local visível na secretaria.

ANEXO B- Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar-2018



PLANO DE AÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino: Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues

Município: Guaíra

NRE: Toledo

Coordenadora/or da Equipe Multidisciplinar: Solange Aparecida Medeiros

Componentes da Equipe Multidisciplinar:

1. Adriana de Araújo Sanches do Nascimento
2. Alyson Vinicius Xavier Lima
3. Damaris Almagro da Silva
4. Debora Gomes da Silva
5. Esleonir Pereira Martins
6. Fabiano Camargo Ribeiro da Silva
7. Fabio Nunes Gonçalves
8. Irenides Gonçalves
9. Isa Nogueira de Abreu Oliveira
10. Maria Eduarda da Silva
11. Rafael Trindade
12. Silvana Pereira de Moura
13. Solange Aparecida Medeiros
14. Vera Lúcia Mincoff

2. JUSTIFICATIVA

A população negra, ao longo da história, vem sofrendo discriminação e preconceito, por ser considerada uma raça inferior. A dominação de um povo sobre o outro foi o marco característico do racismo e da exclusão desse grupo étnico na sociedade.

Considerando a importância da presença do Negro e do Indígena na formação do povo brasileiro, é fundamental que a escola promova ações no sentido de enfrentar as situações de discriminação no âmbito escolar. Essencialmente, em nosso município, a questão sobre a permanência indígena é muito latente, pois contamos com várias aldeias indígenas e o índice de matrícula de alunos indígenas cresceu muito.

Os povos indígenas, após duas décadas de discussões, conquistaram perante a ONU no ano de 2007, a “*Declaração sobre os Direitos dos Povos indígenas*”.

Apesar disso, constatamos como as pessoas indígenas brasileiras, tornaram-se invisíveis para uma grande parte do povo brasileiro. E esse fenômeno contribui para sua desumanização. De uma maneira geral, quando nós nos referimos ao racismo, temos em mente quase sempre apenas as pessoas de pele negra. Nunca relacionamos de pronto o racismo contra pessoas de pele vermelha. Talvez isso aconteça porque a população de pele negra ou parda compõe a maioria do povo brasileiro, ou seja, representam 50,7 % do total, e essa força numérica os favoreça na articulação da luta por seus direitos.

No Paraná, com o objetivo de ampliar a implementação de tal legislação nas escolas da Rede Pública Estadual, a Secretaria de Estado de Educação, por meio da Superintendência da Educação-SUED, expediu a Instrução nº 017/2006 SUED/SEED. Entre seus objetivos, encontra-se o de apoiar a efetivação da Deliberação 04/2006-CEE. A Instrução também prevê a criação de Equipes Multidisciplinares, “que poderá envolver a direção, equipe pedagógica, professores/as e funcionários, para orientar e auxiliar o desenvolvimento das

ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ao longo do ano letivo” (PARANÁ/SEED, 2006).

É na escola que valores sociais e morais são reforçados e, também, é nela que muitos preconceitos são perpetuados de forma quase imperceptível. Pensando assim, refletimos que, é no espaço da escola, também, que se deve propiciar a reflexão crítica sobre a valorização da cultura negra e indígena criando espaços para manifestações artísticas que proporcionem reflexão crítica da realidade e afirmação positiva dos valores culturais pertencentes a nossa sociedade. Desta forma, as ações propostas nesse plano de ação atende ao que indica a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, que determina a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino fundamental e médio nas escolas públicas e particulares do Brasil.

Assim, é necessário que o professor ao elaborar seu Plano de Trabalho Docente inclua os temas da Cultura Indígena e também Afro-brasileira e Africana. Para tanto, a equipe multidisciplinar tem como objetivo atender às necessidades do corpo docente quanto à seleção de material de apoio, sintetização de informações e contextualização. Durante o período letivo, os docentes abordam temas referentes a conscientização da cultura afro e indígena. São utilizados materiais como: Textos de reflexão, filmes, músicas, dramatizações e materiais didáticos diversos que visem o entendimento e a compreensão sobre o preconceito étnico racial vigente em nossa sociedade.

3. OBJETIVO GERAL

Desenvolver ações que efetivem a implementação das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* e das Leis Nº

10.639/03 e Nº 11.645/08, associando-as à realidade do ambiente escolar, buscando resultados positivos em relação às medidas tomadas.

4. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Ações Práticas didático-pedagógicas para efetivar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas disciplinas curriculares. (Plano de Trabalho Docente)

Compreender as relações estabelecidas no interior da sociedade brasileira é importante para que se possa entender as desigualdades raciais e sociais do Brasil. Assim, o ponto inicial desta desigualdade parece estar sedimentada nos estereótipos socialmente construídos sobre o negro escravizado. Estas imagens negativas foram se constituindo com tal força que se formou ao longo dos anos um fosso considerável de desigualdade entre a população negra e a população branca.

Dessa forma, a escola deve estar atenta para seu papel sociocultural abordando a vivência entre alunos e professores com permanente debate acerca de temas de interesse comum a todos e que os mesmos entendam à sociedade em que estão inseridos como um processo contínuo de reconstrução humana ao longo das gerações, respeitando e valorizando a historicidade das individualidades, para que cada um construa a si próprio como agente social, alcançando o bem da coletividade.

Buscando uma educação antirracista, é necessário construirmos no dia a dia dentro de cada disciplina momentos de reflexão e discussão sobre temas pertinentes à etnia afro brasileira e indígena com o objetivo de superar as práticas preconceituosas acompanhadas de racismo e de discriminação no espaço escolar. Dessa forma, de acordo com cada disciplina, propomos as seguintes atividades:

ARTE

- ❖ Produções Plásticas:

- ❖ Reprodução de imagens;
- ❖ Elaboração de cartazes;
- ❖ Apreciação de vídeo e músicas;
- ❖ Dramatização musical.

CIÊNCIAS/BIOLOGIA

- ❖ Contribuição dos povos da África e seus descendentes para os avanços da Ciência e da Tecnologia e dos povos indígenas no uso das ervas medicinais;
- ❖ Análise de doenças mais comuns entre os afrodescendentes e os indígenas e o índice de desenvolvimento humano entre esses grupos étnicos.

EDUCAÇÃO FÍSICA

- ❖ A dança afro-brasileira e suas vertentes: ritmos, instrumentos, movimentos e símbolos próprios. A força dos seus movimentos;
- ❖ Apresentar a dança afro-brasileira como capaz de resgatar a identidade cultural e promover a interdisciplinaridade;
- ❖ Origem e aspectos históricos da capoeira bem como a contextualização da cultura afrobrasileira e o conteúdo do tráfico negreiro;
- ❖ Apresentação de manifestações afro-brasileira e indígenas dançantes.

ENSINO RELIGIOSO

- ❖ Incentivar o diálogo entre as religiões na sala de aula, seus valores, seus fazeres, seus saberes, seus querereres;
- ❖ Estudo de outras religiões de matriz cristã e outras matrizes.

FILOSOFIA

- ❖ Pesquisa e debate sobre a mão de obra escrava, indígena, mestiça e imigrante na produção de riquezas, nas construções das vilas, na luta, e conquista em diferentes fases históricas deste país.

GEOGRAFIA

- ❖ Pesquisa sobre a forma de organização hoje dos Quilombos no Brasil, mapeando as principais aglomerações indígenas e negras no Brasil. Os quilombos, as tribos e comunidades negras, os remanescentes quilombolas, suas reservas, as reservas indígenas e afro-indígenas;
- ❖ Estudos da distribuição do ser humano na terra, no Brasil e no mundo;
- ❖ Como foi a chegada dos portugueses ao Brasil;
- ❖ Como os negros foram trazidos para cá (os portos de chegada).

HISTÓRIA

- ❖ Pesquisa historiográfica de acontecimentos que marcaram a cultura dos povos africanos (Revolta da Chibata, história dos povos africanos, abolição da escravidão –1888);
- ❖ Utilizar recursos audiovisuais, como recorte de filmes, música e imagem, para enriquecer o processo de ensino aprendizagem.

LÍNGUA PORTUGUESA / LÍNGUA ESTRANGEIRA

- ❖ Estudo e pesquisa sobre os países que falam a língua portuguesa;
- ❖ Vocábulo de origem africana;
- ❖ Poesias que enfoquem o racismo;
- ❖ Contos de origem africana;
- ❖ Estudo de obras literárias de escritores negros: Cruz e Souza, Lima Barreto, Machado de Assis, Castro Alves;
- ❖ Ler e interpretar músicas relacionadas à questão racial.

MATEMÁTICA

- ❖ Sugestão de trabalho: jogos praticados pelos índios ou africanos que envolvam o raciocínio lógico e explorem a geometria (ângulos, rotação, translação, simetria, figuras), que poderão ser trabalhados abordando os temas da cultura afrodescendente e indígena.

QUÍMICA

❖ Analisar a relação entre a diferença do conhecimento científico e o senso comum para que os alunos saibam diferenciar os conhecimentos sobre o uso de ervas plantadas pelos índios, conhecimento esse adquirido de geração em geração.

SOCIOLOGIA

- ❖ Ler e analisar sobre a história dos segmentos dos injustiçados e dos desprezados do nosso país, com que, afinal, toda a população contraiu a sua “dívida social”;
- ❖ Questionar o trabalho exploratório no Brasil, a pobreza e a exclusão, os projetos e questões sociais, as instituições sociais como família e estado, a estratificação social, a educação, a integração e complexidade.

Ação Mobilizadora de Reconhecimento e Valorização Afro-Brasileira, Quilombola e Indígena. (Extra Classe)

A sociedade atual é repleta de visões de mundo, algumas preconceituosas que, muitas vezes, se materializam como verdades absolutas no imaginário coletivo. É desse modo que o preconceito racial, a homofobia, a intolerância religiosa e outros tantos desrespeitos ao próximo encontram justificativas para sua existência. Desse modo, a Equipe Multidisciplinar desse estabelecimento de ensino tem como objetivo valorizar a

diversidade existente no ambiente escolar com ações que possam fortalecer a identidade de indígenas e negros buscando elementos de suas culturas que possam ser explorados de modo positivo, desconstruindo estereótipos.

Entendemos a discriminação como toda e qualquer forma, meio, instrumento ou instituição de promoção da distinção exclusão, restrição ou preferência baseada em critérios como raça, cor da pele, descendência, origem nacional ou étnica, gênero, opção sexual, idade, religião, deficiência física, mental ou patológica que tenha o propósito ou efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer atividade no âmbito da autonomia pública ou privada (SOUZA CRUZ, 2005, p.15).

Dessa forma, para erradicar qualquer tipo de preconceito no espaço escolar, pensamos em desenvolver ações afirmativas com vista ao combate à discriminação racial. Destaca-se então como ações afirmativas:

- ❖ Capacitação da Equipe Multidisciplinar;
- ❖ Planejamento e elaboração de ações (plano de ação);
- ❖ Desenvolvimento das ações propostas;
- ❖ Realização do seminário e da mostra artística e cultural;
- ❖ Produção do memorial descritivo;
- ❖ Avaliação das atividades desenvolvidas.

Ação de incentivo à autodeclaração: Atividades que possibilitam dar voz e escutar a voz de crianças e adolescentes sobre seu pertencimento étnico-racial (negros e não negros)

Acredita-se que fortalecer a abordagem na sala de aula, aliada a uma ação mobilizadora, poderá incentivar e ao, mesmo tempo, contribuir para que professores, estudantes, agentes educacionais e comunidade escolar sejam encorajados a declararem seu pertencimento étnico racial. Com isso, pretende-se promover o reconhecimento e a valorização destes sujeitos nos espaços escolares.

Para que o sujeito se reconheça como negro é necessário haver condições sociais que possibilite a sua valorização e minimize as dificuldades vivenciadas. A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa iminentemente política – exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos - que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio. (SOUSA, 1983, p. 77)

Neste contexto acredita-se que a auto afirmação do negro parece estar não só na cor da pele, na condição social e econômica, mas na vivência com o outro, que pode ter a escola como ponto de partida. Desta forma, a maneira como o processo de ensino e aprendizagem é conduzido, e como esse sujeito é inserido no mesmo, podem auxiliar na valorização da identidade e do pertencimento a um grupo. Como ponto positivo nessa busca, podemos destacar a alteração na Lei de Diretrizes e Base da Educação – (LDB 9.394/96) no artigo 26 - A que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura AfroBrasileira.
§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-

Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Essa alteração aponta para a tentativa das políticas públicas educacionais em corrigir tantos anos em que a escola se calou frente aos preconceitos raciais e a perpetuação de uma cultura de exclusão e desvalorização do negro.

Ações que garantam a participação e atuação multiplicadora dos Agentes Educacionais e Estudantes integrantes da EM

Considerando a importância da presença do Negro e do indígena na formação do povo brasileiro é fundamental que a escola promova ações no sentido de enfrentar as situações de discriminação no âmbito escolar, para tanto é necessário que o professor ao elaborar seu plano de trabalho docente, inclua os temas da cultura indígena, afro-brasileira e africana. A EM poderá subsidiar esse trabalho, buscando formação adequada por meio de pesquisas, estudos e cursos, repassando essa formação aos professores.

- ❖ Realização de reuniões e grupos de estudos para a EM;
- ❖ Auxílio aos professores na elaboração de seu plano de trabalho docente, contemplando temas da cultura afro-brasileira, africana e indígena;
- ❖ Inserção do plano de ação e dos membros da EM no PPP da Escola;
- ❖ Promoção de ações de reconhecimento e valorização da contribuição da cultura Afro e Indígena na formação da sociedade brasileira;
- ❖ Promoção de ações de enfrentamento à discriminação na escola;
- ❖ Produção de relatórios sobre as ações da equipe para envio ao NRE;

- ❖ Participação em reuniões, seminários e outros eventos promovidos pelo NRE.

Ações referentes ao mês da Consciência Negra: Atividades Culturais e Seminário

O Projeto da Semana da Consciência Negra será desenvolvido pela Equipe Multidisciplinar em novembro na semana em que se comemora o dia da consciência negra. Os estudantes, professores, funcionários, equipe pedagógica e equipe diretiva desenvolverão práticas pedagógicas para a mobilização, articulação e multiplicação de conhecimentos por meio de ações que visibilizam positivamente as especificidades étnico-raciais, sociais, territoriais e culturais dos povos indígenas e população negra.

5. ESTRUTURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

Ações a serem desenvolvidas durante o ano letivo	Encaminhamentos das ações	Responsáveis	Atores Envolvidos	Estratégias utilizadas	Material de apoio	Duração	Resultados esperados
<ul style="list-style-type: none"> ❖ planejamento do ano letivo; ❖ Auxílio aos professores na elaboração de seu plano de trabalho docente. 	Reunião com o corpo docente.	Equipe Pedagógica	Professores e equipe pedagógica	Reunião e discussão	Plano de trabalho docente e PPP.	4 horas	Planejamento elaborado

Capacitação dos coordenadores e responsáveis pelo SICAPE	Reunião com o técnico do núcleo	Técnicos do núcleo	Coordenadores da EM, responsáveis pelo SICAPE e técnicos do núcleo	Reunião, reflexão e discussão	Orientações sobre o processo de criação da EM	4 horas	Capacitação concluída
Estudo dos temas propostos e realização das atividades no sistema	Reuniões para estudo	Membros da EM e coordenador	Membros da EM e coordenador	Leitura, discussão e reflexão	Textos dispostos no sistema para estudo	As reuniões acontecem durante o ano letivo em cada data estipulada	Textos lidos, discutidos e atividades respondidas
Elaboração do plano de ação	Elaborar o plano de ação em conjunto com os membros da EM	Membros da EM e coordenador	Membros da EM, coordenador e comunidade escolar	Discussão e planejamento das ações transdisciplinares	Textos sobre os temas, plano de ação anterior, diretrizes curriculares e textos complementares	Junho e julho	Plano de ação elaborado e postado no Sistema
Mostra artística e cultural	Planejar e organizar a mostra artística cultural abrangendo os temas estudados	Membros da EM e coordenador	Membros da EM, coordenador e comunidade escolar	Planejamento, organização, exposição, apresentação	Materiais diversos necessários para a confecção de pinturas, murais, teatro, apresentação musical,	1 dia (novembro - semana da consciência negra)	Mostra artística e cultural realizada; ações disseminadas na comunidade e escolar

					dramatização, etc		
Memorial descritivo	Descrever as ações e os resultados com a implementação das ações elaboradas	Membros da EM e coordenador	Membros da EM e coordenador	Descrição das atividades e Avaliação dos pontos positivos e negativos	Fotos e depoimentos dos participantes	4 horas-novembro	Memorial realizado e postado no Sistema

6. AVALIAÇÃO

A avaliação acontecerá durante o processo de desenvolvimento do plano de ação, de forma contínua e diagnóstica; com a intenção primordial de rever a própria prática docente criando novas possibilidades para estimular os alunos a compreenderem a formação da população brasileira a partir da contribuição dos povos negros e indígenas.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: MEC, 2005. 35p.

BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O direito à diferença: as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiência.** 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

Delmanto, Dileta. **Jornadas. port-Língua Portuguesa,** 9º ano. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: (o direito como instrumento de transformação social : a experiência dos EUA)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MACHADO. Maria Helena. **Menina bonita do laço de fita**. São Paulo-SP. Ed. Ática, 2007.

Revista Nova Escola. **Vários autores**. São Paulo-SP – edição de Nov. 2004 e 2005.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ROCHA. Ruth. ROTH. Otávio. **Declaração universal dos direitos humanos**. São Paulo, 2004.

SILVÉRIO, Valter Roberto. A (Re) configuração do Nacional e a Questão da Diversidade. In: ABRAMOWICS, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (orgs). *Afirmando Diferenças*. 3° ed. Campinas: Papirus, 2010.p.87-108.

Guáira, 09 de julho de 2018

ANEXO C-Calendário Escolar 2018

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR JAIME RODRIGUES - E.F.M.

CALENDÁRIO ESCOLAR - 2018

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CALENDÁRIO ESCOLAR - 2018**

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR JAIME RODRIGUES - EFM

Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

1 Confraternização universal

Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28			

13 Carnaval; 14 Cinzas

Março

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

30 - Paixão

Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

1 Páscoa; 21 Tiradentes

Maio

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

1 Dia do Trabalho; 31 Corpus Christi

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32

7 Dia do Funcionário de Escola

Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

7 Independência

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

12 N. S. Aparecida
15 Dia do Professor
28 Dia do Servidor Público
31 Dia do Evangélico

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

2 Finados
15 Proclamação da República
20 Dia Nac. da Consciência Negra
14 - Aniversário de Guaira

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

19 Emancipação Política do P
25 Natal

MÊS	DIAS
janeiro/fev	48
julho	14
dezembro	12
recessos	3
Total	77

MÊS	DIAS
janeiro/ férias	30
fev/recesso	14
julho/recesso	10
dez/recesso	8
outros recessos	3
Total	65

NRE-TOLEDO
Verificada a Legalidade do Calendário Escolar.
14/11/17
Carimbo e Ass. do Responsável:
Vera Lucia Zardo Ant
RG: 4.027.641-6
SEF/NRE Toledo


Zenaide Dias Chamorro
 Diretora - RG 6796348-2
 RES 0741/16 DOE 04/03/16

ANEXO D- Plano de Ação da Escola

DIMENSÃO: PRÁTICA PEDAGÓGICA

INDICADOR	PROBLEMAS E DESAFIOS	AÇÕES	RECURSOS (COM O QUE FAZER)	CRONOGRAMA	ENVOLVIDOS (PARTICIPANTES DA AÇÃO)	METAS	RESULTADOS ESPERADOS	RESPONSÁVEL
Informação democratizada	Melhorar o processo de socialização e comunicação para que todos tenham acesso a todas as informações.	Utilizar meios de comunicação social e midiática a respeito de ações e acontecimentos escolares: whatsapp, email, facebook e editais.	Utilização da tecnologia; uma pessoa responsável para enviar as informações; cronograma.	Durante todo o ano letivo.	Equipe pedagógica; professores; funcionários; APMF; grêmios e alunos.	Melhorar a organização; democratizar as informações; colocar em evidência as informações a serem enviadas a pais e alunos.	Envolvimento da comunidade escolar em todos os processos educacionais, informações enviadas pela SEED e decisões escolares.	Bibliotecário e equipe pedagógica.
Conselhos escolares atuantes	Falta de ações efetivas em relação ao projeto pedagógico da escola e sua execução	Disponibilizar o Estatuto do Conselho Escolar para conhecimento de todos.	Leitura, estudo e discussão	Semana pedagógica	Todo o coletivo da escola.	Conhecer as ações propostas dos direitos e deveres.	Participação efetiva e envolvimento com as atividades da escola	Direção e equipe pedagógica
Participação efetiva de estudantes, pais, mães ou responsáveis legais e comunidade em geral	Falta de participação e envolvimento com as atividades escolares	Propor atividades no ambiente escolar para que todos possam perceber a importância da participação da família na vida escolar de seus filhos	Por meio de eventos, reuniões e atividades diversas	Durante todo o ano letivo	Toda a comunidade escolar	Participação efetiva da comunidade escolar	Uma escola ativa e social	Professores de todas as disciplinas e equipe pedagógica
Parcerias	Locomoção	Reivindicar e	Por meio de	constantement	Toda a	Melhoria	Atendimento	Toda a

locais e relacionamento da escola com os serviços públicos	para levar os alunos aos serviços públicos	solicitar melhorias no setor público	manifestações públicas através dos meios de comunicação	e	comunidade escolar	no atendimento	médico especializado	comunidade escolar e os órgãos governamentais
Tratamento aos conflitos que ocorrem no dia a dia da escola	Falta de disciplina/limites; tratamento entre alunos, professores e sociedade; desestrutura familiar	Diálogo, palestras motivacionais, educativa para alunos e família	Por meio de atividades socializadas com os pais, responsáveis e filhos. Segurança interna dentro do espaço escolar fora do período de aula.	Durante todo o ano letivo	Alunos, professores, pais, responsáveis e equipe pedagógica	Minimizar os conflitos escolares internos	Melhoria das relações e conflitos minimizados	Comunidade escolar
Participação da escola no repasse de recursos públicos	Cortes nas verbas; falta de recursos suficientes para atender as necessidades da escola; recursos que não permitem atender às necessidades da escola			Durante todo o ano letivo	Comunidade escolar	Ampliação dos recursos	Direcionamento dos recursos para atender as necessidades da escola	Direção, conselho escolar e APMF

DIMENSÃO: PRÁTICA PEDAGÓGICA

INDICADOR	PROBLEMAS E DESAFIOS	AÇÕES	RECURSOS (COM O QUE FAZER)	CRONOGRAMA	ENVOLVIDOS (PARTICIPANTES DA AÇÃO)	METAS	RESULTADOS ESPERADOS	RESPONSÁVEL
Proposta pedagógica curricular (PPC) definida e conhecida por todos	Associar os conteúdos com a realidade dos alunos	Planejar ações de maneira transdisciplinar	Por meio da leitura e reflexões das orientações contidas nas	Durante todo o ano letivo	Todos os professores	Atingir os objetivos propostos pelo PPC	Atingir as metas que indicam a aprovação e conhecimento	Professores de todas as disciplinas

			Diretrizes Curriculares				adquirido	
Planejamento	Falta de adequação dos conteúdos com a quantidade de aulas	Priorizar a qualidade e não a quantidade	Livros didáticos; proposta curricular, recursos tecnológicos e sites educacionais	Durante todo o ano letivo	Professores e equipe escolar	Cumprir o planejado	Conhecimento por parte do educando	Professores de todas as disciplinas
Contextualização	Falta de contextualização das atividades escolares e conteúdos de acordo com a realidade escolar	Utilizar os instrumentos disponíveis	Utilizar o perfil sócio econômico e cultural da comunidade	Nos momentos de planejamento e outras reuniões	Toda a comunidade escolar	Adequação do PPC à realidade dos alunos	Resgate sobre a importância do estudo	Todos os professores
Variedades das estratégias e dos recursos de ensino-aprendizagem	Falta de material de apoio e espaço adequado	Solicitação e manutenção dos materiais escolares	Laboratórios diversos	Conforme a necessidade e de acordo com o planejamento do professor	Professores e alunos	Buscar alternativas que venham de encontro com os interesses dos alunos	Ensino aprendizagem eficaz	Todos os professores
Incentivo à autonomia e ao trabalho coletivo	Falta de participação da família e da comunidade escolar	Desenvolver atividades que envolvam a comunidade escolar	Por meio de palestras, reuniões, cursos e semana cultural	Bimestral ou de acordo com a necessidade dos educandos e professores	Professores, alunos e comunidade escolar	Participação efetiva da comunidade escolar	Participação da comunidade escolar	Todos os profissionais da educação
Prática pedagógica inclusiva	Falta de espaço físico adequado para a sala de recurso	Solicitação para a construção do espaço; desenvolver práticas coletivas no ambiente escolar.	Recursos governamentais; atividades para envolvimento e socialização	Durante todo o ano letivo	Todos os profissionais da educação	Interação efetiva entre todos os envolvidos da educação	Diminuição do preconceito e espaço físico construído	Direção e comunidade escolar

DIMENSÃO: AVALIAÇÃO

INDICADOR	PROBLEMAS E DESAFIOS	AÇÕES	RECURSOS (COM O QUE FAZER)	CRONOGRAMA	ENVOLVIDOS (PARTICIPANTES DA AÇÃO)	METAS	RESULTADOS ESPERADOS	RESPONSÁVEL
-----------	----------------------	-------	----------------------------	------------	------------------------------------	-------	----------------------	-------------

Acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos	Falta de participação e acompanhamento da família no processo ensino e aprendizagem	Motivar e incentivar o interesse na participação das ações da escola	Por meio da socialização através de palestras, reuniões e atividades diferenciadas	Durante todo o ano letivo	Comunidade escolar	Melhorar o IDEB	Atingir a meta	Comunidade escolar
Mecanismos de avaliação dos alunos	Falta de valorização e interesse nas avaliações	Resgatar a importância do aprender para futuros desafios (ENEM, PROVA BRASIL)	Com bons laboratórios	Durante todo o ano letivo	Toda a comunidade es	Valorização e interesse nas avaliações	Atingir a meta	Comunidade escolar
Participação dos alunos na avaliação de sua aprendizagem	desmotivação	Exigir estrutura de trabalho de acordo com o currículo	Por meio de materiais adequados às necessidades	Durante todo o ano letivo	Comunidade escolar	Alunos motivados e comprometidos com a sua aprendizagem	Alunos motivados	Professores, alunos e equipe pedagógica
Avaliação do trabalho dos profissionais da escola	Reconhecimento do trabalho efetivo do professor	Respeitar os profissionais nas diferentes categorias	Por meio de diálogos entre as partes envolvidas	Durante todo o ano letivo	Comunidade escolar	Valorização do profissional da educação	Cumprimento da meta	Comunidade escolar
Acesso, compreensão e uso dos indicadores oficiais de avaliação da escola e das redes de ensino	Falta de discussão e desenvolvimento de estratégias de acordo com as médias alcançadas	Momento para discussão e elaboração de estratégias	Por meio de reuniões	Semana pedagógica	Profissionais da educação	Melhoria do desempenho acadêmico dos alunos	Melhoria das médias e do IDEB	Profissionais da educação

DIMENSÃO: ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

INDICADOR	PROBLEMAS E DESAFIOS	AÇÕES	RECURSOS (COM O QUE FAZER)	CRONOGRAMA	ENVOLVIDOS (PARTICIPANTES DA AÇÃO)	METAS	RESULTADOS ESPERADOS	RESPONSÁVEL
-----------	----------------------	-------	----------------------------	------------	------------------------------------	-------	----------------------	-------------

Falta dos alunos	Muitos alunos trabalham para ajudar a família	Conscientizar os pais da importância do estudo	reuniões com os pais	Durante o ano letivo	Comunidade escolar	Conscientização e sensibilização da família	Percentual de faltas diminuído	Equipe pedagógica e professores
Abandono	Muitos alunos trabalham para ajudar a família	Comunicar os pais e/ou responsáveis, encaminhamento FICA	Documentos específicos	Durante o ano letivo	Comunidade escolar	Conscientização e sensibilização da família	Baixo índice de abandono: retorno e permanência	Equipe pedagógica e professores
Atenção aos alunos com alguma defasagem de aprendizagem	Falta de espaço físico para abri sala de apoio e sala de recurso no período matutino	Solicitação de ampliação	Por meio de ofícios	Durante todo o ano letivo	Toda a comunidade escolar	Todos os Alunos com defasagem de aprendizagem atendidos	Ampliação concluída e alunos com defasagem de aprendizagem atendidos	Direção e equipe pedagógica
Atenção às necessidades educativas da comunidade	Problemas de infra-estrutura	Construção de espaço físico adequado	Por meio de ofícios solicitando verbas estaduais e federais	Durante o ano letivo	Comunidade escolar e órgãos públicos	Trabalho em conjunto com a comunidade e órgãos públicos	Sanar as necessidades educativas da comunidade	Comunidade escolar

DIMENSÃO: AMBIENTE EDUCATIVO

INDICADOR	PROBLEMAS E DESAFIOS	AÇÕES	RECURSOS (COM O QUE FAZER)	CRONOGRAMA	ENVOLVIDOS (PARTICIPANTES DA AÇÃO)	METAS	RESULTADOS ESPERADOS	RESPONSÁVEL
Ambiente Cooperativo e solidário.	Falta de espaço adequado	Ampliar o espaço adequadamente com o número de alunos a serem atendidos	Requerimentos solicitando a ampliação	1º semestre	Comunidade escolar	Todos os alunos atendidos	Ampliação concluída	Comunidade escolar
Satisfação com a escola.	Os alunos não estão satisfeitos com o espaço e as condições oferecidas. Obs.: FALTA DE AR CONDICIONADO	Melhorar as condições e o espaço físico	Reuniões para solicitar melhorias	Durante o ano letivo	Comunidade escolar	Participação da comunidade	Melhoria do espaço e ares condicionados instalados	Comunidade escolar

Comprometimento e participação.	Os alunos e a comunidade escolar não demonstram comprometimento	Cobrar participação dos alunos e responsáveis	Email, bilhetes, cartazes e faixas	Durante o ano letivo	Família e Comunidade escolar	Participação dos responsáveis	Maior comprometimento e participação nas atividades da escola	Comunidade escolar
Respeito nas relações escolares.	Socialização entre todos: professores, alunos e comunidade escolar	Incentivar a participação	Reuniões, palestras e atividades atrativas e diversificadas	Durante o ano letivo	Comunidade escolar	Melhorar as relações escolares	Melhor desempenho nas atividades escolares e conquista do respeito nas relações escolares	Comunidade escolar
Combate à discriminação.	Falta de aceitação e respeito às diferenças	Sensibilização e conscientização	Palestras, textos, conversas, vídeos	Durante todo o ano letivo	comunidade escolar	Que os alunos aprendam a respeitar as diferenças	Respeito mútuo	Professores
Disciplina.	Falta de disciplina em sala de aula	Reunião com a família e responsáveis	Reuniões e registrar em ata	Durante o ano letivo	Família, alunos, professores, equipe pedagógica e direção	Diminuir a indisciplina no espaço escolar	Melhoria nas relações	professores, equipe pedagógica e direção
Respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes.	Alunos agredidos em casa	Conversar com a família e acionar os órgãos competentes	Conversas e encaminhamento aos órgãos competentes	Sempre que necessário	Direção, equipe pedagógica e órgãos competentes	Que os alunos sejam respeitados em seus direitos	Que não haja nenhum tipo de violência familiar	professores, equipe pedagógica e direção
Dignidade humana	Falta de espaço físico para atendimento adequado aos alunos	Ampliar o espaço	Requerimento para solicitação de ampliação	Durante o ano letivo	Comunidade escolar	Participação dos responsáveis	Ampliação concluída	Comunidade escolar

DIMENSÃO: DIMENSÃO: FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA (PROFESSORES E AGENTES I E II)

INDICADOR	PROBLEMAS E DESAFIOS	AÇÕES	RECURSOS (COM O QUE FAZER)	CRONOGRAMA	ENVOLVIDOS (PARTICIPANTES DA AÇÃO)	METAS	RESULTADOS ESPERADOS	RESPONSÁVEL
Formação inicial em uma área, e atuação em outra (disciplina)	Falta de conhecimento da área que está atuando	Contratar profissionais específicos para cada	Definição de uma metodologia para melhor	Durante o ano letivo	professores	Melhorar o IDEB	Melhoria na qualidade de ensino	Professores, direção e equipe pedagógica

ministrada/atuação profissional).	(professores contratados)	área	direcionar a prática					
Relação teoria-prática na formação inicial exigida para o cargo	Falta de uma definição teórico prática	Definir coletivamente	Participar dos cursos oferecidos	Durante o ano letivo	professores	Melhoria na aplicação dos conteúdos	Melhor desempenho acadêmico dos alunos	professores
Semana pedagógica como momento de reflexão sobre os desafios da escola (professores e agentes educacionais I e II)	Falta de interação entre todos os envolvidos	Trabalhos de integração na comunidade escolar	Palestras, leituras, vídeos e debates	bimestralmente	Profissionais da educação	Melhorar a interação para amenizar os desafios da escola	Desafios da escola superados	Profissionais da educação
Hora-atividade concentrada	Incompatibilidade de horários	Concentrar professores por área no município	Discussão com os diretores	Durante o ano letivo	Professores, direção e equipe pedagógica	Melhor organização do tempo	Horários compatíveis	Professores, equipe pedagógica e direção
Formação do professor PDE e sua contribuição para a escola	Demora no recebimento da bolsa auxílio e poucas vagas disponíveis	Incentivar que mais professores façam o PDE e as formações continuadas	Continuação do programa	Durante o ano letivo	professores	Formação continuada e participação no programa	Melhoria no processo ensino aprendizagem e desempenho acadêmico dos alunos	professores
Formação Stricto Sensu e seu reflexo para a escola (professores e agentes educacionais I e II)	Dificuldade de aprimoramento e aprofundamento	Ampliar o tempo e carga horária para formação e ampliação de vagas	Participação nas atividades escolares e nos cursos	Durante o ano letivo	Profissionais da educação	Promover encontros para atrelar a teoria à prática	Aprimoramento da formação do profissional	Profissionais da educação
Equipe multidisciplinar na escola	Falta de tempo para se organizar	Disponibilizar um horário específico para que a equipe possa discutir e realizar as atividades	Por meio de reuniões	Durante o ano letivo	Participantes da equipe multidisciplinar	Conquistar a disponibilização de um horário para que todos possam participar	Trabalhos realizados	Equipe multidisciplinar
Formação em Ação e a prática profissional na	Falta de momentos frequentes para	Promover cursos com especialistas	Encontros e discussões com	Durante o ano letivo	Profissionais da educação	Organizar plano para momentos de	Alcançar níveis melhores de qualidade no	Comunidade escolar

escola (professores e agentes educacionais I e II).	discussões e formação		matérias específicos			estudo	processo ensino aprendizagem	
--	--------------------------	--	-------------------------	--	--	--------	------------------------------------	--

ANEXO E- Projetos e Programas Desenvolvidos pela Escola

Projeto Mostra Artística e Cultural

Justificativa:

O Projeto Mostra Artística e Cultural visa estimular práticas culturais e educacionais no ambiente escolar. São ações realizadas com as diferentes formas de expressão como a música, o teatro, as artes visuais, a dança, entre outras, dentro da escola que geram ao longo do ano letivo momentos de criação e concepção de trabalhos individuais ou em grupos, promovendo a transformação de salas de aula em oficinas de desenvolvimento de aprendizagens.

Os resultados contribuem para que a escola pública seja um espaço mais acolhedor, integrador, crítico, dinâmico, criativo e construtor de um aprendizado não meramente teórico, mas também realizado por meio da vivência, experiência, parceria e confiança entre os envolvidos no processo.

Fruto do trabalho coletivo desenvolvido ao longo do ano nas aulas de Arte e demais disciplinas, a Mostra Artística e Cultural oportuniza a apresentação dos trabalhos realizados pelos alunos para a comunidade escolar. Através de diversas expressões artísticas, a Mostra é protagonizada pelos alunos do Colégio que realizam espetáculos teatrais, dança e musicais, além de trabalhos artísticos.

Objetivo Geral:

Promover ações com diferentes linguagens artísticas no espaço escolar, possibilitando a interação e aproximação dos educandos ao contexto artístico cultural, de modo a colaborar para que ampliem sua visão de mundo, apropriando-se de conhecimentos e experimentos em relação à cultura e a arte em suas diferentes manifestações.

Objetivos Específicos:

- Possibilitar o acesso à diferentes trabalhos artísticos e mediar a percepção e apropriação de conhecimentos.
- Oportunizar a imaginação e a criação, na singularidade e na coletividade.
- Contextualizar a importância da Arte e Cultura na transformação do indivíduo, no intuito de gerar atitudes positivas em sua vivência e proximidade com o artístico.
- Realizar atividades culturais de modo que o educando possa efetivar o conhecimento adquirido, confeccionando, vivenciando e visualizando a sua própria arte.
- Desenvolver atividades dinâmicas, como apresentações de músicas, teatros, danças e variados trabalhos artísticos envolvendo os educandos, para assim, possibilitar o despertar para talentos e vocações artísticas.
- Propiciar um ambiente acolhedor, onde os educandos possam usar a
-
- expressão de ideias, emoções e sentimentos no desenvolver de suas atividades artísticas.
- Promover visitas em outras escolas, feiras culturais, oportunizando a apreciação dos trabalhos artísticos desenvolvidos naquele local;
- Valorizar o ser humano nos aspectos intelectual, moral e estético, procurando despertar sua consciência para a arte na forma plástica e visual, estabelecendo vínculos entre os conhecimentos escolares e a arte, favorecendo a aplicabilidade desses conhecimentos em seu cotidiano de forma a proporcionar sua harmonização ao grupo social ao qual pertence;
- Compreender a arte como forma de educar, levando em conta a representação de ideias, emoções, sensações, desenvolvendo habilidades que envolvam variadas formas de linguagem artística;
- Propor atividades educativas que desenvolvam uma ação individual e/ou coletiva, despertando a criatividade;
- Utilizar a arte para expressar sentimentos, na observação das diversidades de expressão artística, e assim construir uma relação de autoconfiança com a sua produção para que possa respeitar os seus limites e os dos outros;

- Desenvolver atividades que envolvam habilidades de espontaneidade, imaginação, percepção e observação, aperfeiçoando as capacidades verbais, visuais e sinestésicas.

Projeto tênis de mesa

Justificativa

A prática esportiva é essencial para o bem estar físico e para o desenvolvimento mental. Tanto as modalidades em grupo, como as individuais têm benefícios aos praticantes.

Objetivos

- Compartilhar as técnicas e as regras específicas da modalidade;
- conhecer as principais penalidades e desenvolver as habilidades motoras e o espírito social; ainda,
- preparar os alunos para competições de torneios para a prática correta do tênis de mesa na unidade escolar ou em outras competições, promovendo a integração entre as escolas.

Público-alvo

Alunos do ensino fundamental e médio do colégio.

Feira de Ciências

Introdução

A principal característica da s tempos em que vivemos é a alta intensidade de mudanças de relevante importância e o impacto econômico, político e social. Em

época de transformações tão radicais e abrangentes como essas, é cada vez maior a pressão por uma educação de mais e melhores resultados, pois é crescente a confiança no valor da educação de qualidade como instrumento de desenvolvimento social. Considerando-se que no processo educativo enfrentamos dificuldades de aquisição dos conhecimentos necessários ao cidadão desse milênio, esse projeto visa promover a divulgação, a popularização e socialização das ações a serem pesquisadas.

Verifica-se que o ensino tradicional não tem produzido bons resultados e que a escola deixou de ser “uma aventura agradável”. Nos espaços escolares, tem havido pouca expansão crítica e surgimento de escassas ideias brilhantes. Muitos educandos têm apresentado dificuldades para construir conhecimentos, e seu desempenho não tem sido satisfatório. Aliados a esses problemas, há o desinteresse e a indisciplina. Buscando alternativas para a contextualização do ensino bem como a familiarização do saber, o Colégio Estadual Professor Jaime Rodrigues, pretende promover a mini feira de Ciências com o objetivo principal de envolver toda a comunidade escolar.

Na maioria das esferas de atividades, a melhor maneira de aprender é fazendo. Os livros, revistas, aulas teóricas e palestras fornecem uma sólida base, porém assimilamos verdadeiramente os conhecimentos quando colocamos em prática as teorias. Para aprender matemática temos que resolver muitos problemas e exercícios. O mesmo ocorre com as ciências ditas naturais. Aliás, uma das etapas da maior importância do método científico, justamente aquela que distingue uma ciência exata dos demais ramos do conhecimento humano, é a experimentação.

Quando realizamos um bom projeto científico, trabalhamos quase da mesma maneira que os cientistas profissionais. Como eles, experimentamos, investigamos, especulamos e comprovamos a verdade de nossas hipóteses, mediante mas experimentos, tudo isso com o objetivo de aprendermos mais. Se nosso trabalho foi bom, outros também poderão aprender com ele; mas, para isso, devemos apresentá-lo de maneira adequada.

A melhor vantagem que se pode obter com a realização de uma feira de ciências é a obtenção de uma melhor compreensão de um dos ramos da ciência. Cada projeto científico cria hábitos de planificação eficaz, de atenção aos detalhes,

cuidado no trabalho, aperfeiçoamento de manuseio e adoção de critérios muito rígidos que serão úteis durante toda a vida do educando.

As exposições que combinam materiais visuais interessantes, com comunicações bem escritas, podem transmitir grandes quantidades de informações em um espaço e tempo muito limitado.

Justificativa

A escola deve ser um espaço que permita ao aluno pensar e agir. Com isso o enfrentamento dos problemas e mudanças ocorridos no mundo é entendido dentro de sua complexidade de forma crítica, responsável e consciente.

Dentro do tema a feira de Ciências da escola deverá explorar as diferentes explicações sobre o mundo, os fenômenos da natureza e as transformações produzidas pelo homem comparando-os dentro de uma concepção científica, tecnológica e atual.

Considerando que uma das finalidades da escola é contribuir para a formação integral dos alunos, o tema deverá buscar compreensão do ambiente em sua complexidade. Gerando representações do entendimento do aluno como ser humano dentro do Universo, espaço, relações e a própria vida.

Com isso a exposição dos trabalhos será uma maneira diferente e interessante de contextualizar o tema dentro das Ciências, É o momento onde todas as ideias são expostas, dribladas a rotina e exercitando a criatividade.

Na atualidade nos deparamos com jovens sem compromisso com as atividades escolares, que chegam ao Ensino Médio levando dificuldades básicas em torno dos conteúdos de Física, Química, Matemática e Geografia. Partindo do pressuposto de que o espaço escolar deverá ser um ambiente agradável, que estimule a arte de pensar e o prazer de aprender é que o Projeto foi estruturado de forma interdisciplinar, envolvendo os conteúdos de Ciências (abrangendo Física, Química e Biologia).

Nesse projeto, os educandos atuarão diretamente sobre o objeto de aprendizagem, através da observação, experimentação, comparação e estabelecimento de relações entre fatos e fenômenos, teoria e prática.

Objetivos

- Mobilização dos educandos valorizando o conhecimento científico interdisciplinar;
- Promover o desenvolvimento da criatividade e da capacidade inventiva e investigativa nos estudantes, para despertar vocações e incentivar a pesquisa nas escolas;
- Incentivar o desenvolvimento do conhecimento científico, a partir da oportunidade de intercâmbio entre professores, os estudantes-pesquisadores e os visitantes da Feira de Ciências;
- Propiciar o aperfeiçoamento e a troca de conhecimentos, entre professores, alunos e a comunidade, através de apresentações científicas, culturais e artísticas.
-

Inter Salas e o Protagonismo Juvenil

Justificativa

O processo no qual o jovem atua como autor de suas decisões deve necessariamente levar a um conjunto de ações que culminará na construção do seu projeto de vida.

Objetivos

Esse projeto tem por objetivo levar os alunos do ensino médio a auxiliar na divulgação, organização e arbitragem de jogos inter séries do colégio.

Público-alvo

Alunos do ensino médio e alunos do Ensino Fundamental.

Desenvolvimento

Organização dos alunos do ensino médio de jogos inter séries durante as aulas de educação física.

Mini Atletismo-Protagonismo Juvenil

Justificativa

O processo no qual o jovem atua como autor de suas decisões deve necessariamente levar a um conjunto de ações que culminará na construção do seu projeto de vida.

Objetivos

Esse projeto tem por objetivo levar os alunos do ensino médio a desenvolver atividades de miniatletismo com alunos do 6º ano do ensino fundamental na forma de oficinas e circuitos de atividades.

Público-alvo

Alunos do ensino médio e 6º anos do ensino fundamental.

Projeto de Leitura

Justificativa

“Meus filhos terão computadores, sim, mas antes terão livros. Sem livros, sem leituras, os nossos filhos serão incapazes de escrever, inclusive a sua própria história”. (Bill Gates)

Como tornar a leitura atraente aos nossos alunos hoje, quando o nosso maior concorrente, a Internet, levam-nos a emoções rápidas e constantes? Tecnologias como a Internet, vem afastando cada vez mais nossos alunos do ato de ler e ferramentas disponibilizadas para jogos e a comunicação via messenger como Facebook e WhatsApp tornam a leitura de um livro quase um castigo e não algo prazeroso.

E isso tem um preço na aprendizagem dos alunos que desenvolvem a capacidade de prestar a atenção em várias coisas ao mesmo tempo, mas por pouco tempo e de maneira artificial, dificultando a interpretação das questões dos conteúdos de praticamente quase todas as disciplinas, o que é claro culminará no fracasso da aquisição de conhecimentos dos mesmos conteúdos que finalizará com dificuldades em todos os segmentos de sua vida futura. Bill Gates corrobora com esse pensamento, quando o próprio nos leva a refletir sobre a importância da leitura na vida das nossas crianças, adolescentes e jovens.

No entender dos educadores do nosso colégio, não podemos cruzar os braços diante dessa situação, com alunos com dificuldades marcantes como: vocabulário precário, reduzido e informal, dificuldade de compreensão, erros ortográficos, poucas produções significativas, conhecimentos restritos aos conteúdos escolares. Se vamos investir nesse projeto é porque realmente acreditamos que o segredo do sucesso na vida escolar dos alunos vem da capacidade de ler, se concentrar, interpretar e a leitura, o prazer de ler é o ponta pé inicial para alcançarmos esses objetivos.

Esperamos através desse projeto de leitura mostrar aos alunos o quanto a leitura é importante e pode ser prazerosa, esperamos também que os próprios alunos percebam que através da leitura eles conseguirão se concentrar mais e com isso assimilar melhor os conhecimentos das disciplinas escolares, acrescentando a essa justificativa que os livros disponibilizados aos alunos serão de acordo com a sua faixa etária, títulos recentes e atraentes de autores que escrevem para crianças, adolescentes e jovens, até os clássicos tão importantes para os alunos do ensino médio.

Objetivos

- Despertar o prazer da leitura e aguçar o potencial cognitivo e criativo do aluno;
- Promover o desenvolvimento do vocabulário, favorecendo a estabilização de formas ortográficas;
- Possibilitar o acesso aos diversos tipos de leitura na escola, buscando efetivar enquanto processo a leitura e a escrita;
- Estimular o desejo de novas leituras;
- Possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação;
- Possibilitar produções orais, escritas e em outras linguagens;
- Proporcionar ao indivíduo através da leitura, a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais e culturais, garantindo a sua formação crítica e emancipadora.

Rádio – escola interação

Introdução

A escola é a grande agência de letramento da sociedade moderna pelo fato de abrigar crianças, adolescentes, jovens e adultos durante período significativo de suas vidas e por ser, em alguns casos, o único lugar de acesso a práticas da cultura escrita para parcela importante da população.

A mídia rádio é um importante meio de comunicação. Atualmente acompanhada de outros tipos de mídia, vem sendo esquecida pelos mais jovens. O projeto Rádio na Escola pretende resgatar a importância desta mídia, que além de eficiente meio de comunicação é um instrumento eficaz no exercício da oralidade, criatividade, interação e um potente modo de formar cidadãos conscientes da realidade que os cerca.

Com a rádio escolar os jovens deixam de se reconhecer apenas como alunos da escola e passam a sentirem-se integrados a ela. A rádio torna-se um meio de disseminação de ideias e de transformação.

As rádios das escolas são consideradas aqui como ferramentas para o desenvolvimento da competência discursiva da comunidade escolar, dispositivo de ensino e de emersão de gêneros textuais midiático-radiofônico-escolares, além de promoção de letramento plural. (BALTAR, 2009, p. 30)

O projeto rádio- escola é uma das alternativas que vem com propósito de estimular o jovem ao aprendizado. A rádio tem um histórico muito importante em se tratando de educação. Com a rádio aprendemos a parar e ouvir o que esta sendo dito, tem a magia de mexer com nossa imaginação e de nos dar a capacidade de manifestação consciente, ou seja, desenvolvemos a nossa auto crítica. A rádio oferece diversos serviços no campo da informação e do conhecimento: proporciona entretenimento, veicula notícia, mensagens de paz, contação de histórias, leitura de poemas, atividades pedagógicas, entrevista, etc.

É importante ressaltar que a rádio é um dispositivo de múltiplo potencial na formação de pessoas. Além de ser um suporte eficaz para trabalhar gêneros textuais para o ensino dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais de todas as disciplinas, contribuindo assim para a transposição do nível de letramento dos alunos.

Objetivo geral

- Desenvolver o trabalho com a oralidade, em especial o trabalho desenvolvido com gêneros orais enquanto prática social em uma situação real de linguagem.

Objetivos específicos

- Desenvolver habilidades e tendências comunicacionais dos participantes;
- Assessorar os profissionais envolvidos em projetos para que se utilizem do rádio como um instrumento eficaz de ensino;
- Reconhecer crianças e adolescentes como produtores de cultura, integrando-os aos meios de comunicação, em geral ocupados por adultos;
- Exercitar a comunicação oral, aperfeiçoando a objetividade e clareza de exposição do pensamento;

- Promover a transdisciplinaridade;
- Estabelecer um canal de comunicação com a comunidade escolar e favorecer o trabalho em equipe;
- Aprender a se expressar por meio da oralidade e da escrita e conhecer a linguagem radiofônica;
- Disseminar mensagens de paz e auto-estima.

Justificativa

Com o projeto rádio na escola, a educação não vai se limitar apenas a uma sala de aula, a comunicação radiofônica pode potencializar a formação de um ambiente permitindo uma participação maior dos alunos nas relações de ensino.

A Rádio Escola pretende estimular o aluno a participar mais dos eventos que sua escola lhe proporciona, é uma das alternativas como novidade, um meio de se expressar, fazendo que ele se sinta importante e perceba que alguém está prestando atenção no que está fazendo. Neste processo de mudança educacional, percebemos que é necessário edificar uma educação dialógica e expressiva, além de fundamentar-se no contexto tanto da Rádio Escola, como em outros ambientes de aprendizagem.

O projeto “Rádio - Escola” representa um meio educativo que possibilita ao aluno desenvolver capacidades extra classe: o trabalho em equipe e a percepção sobre a importância da comunicação do rádio na escola. Além disso, serve como complemento da educação, pois leva os alunos a aplicarem na prática seus conhecimentos prévios.

Tempo estimado

Durante o ano letivo.

Séries envolvidas

Do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

Material necessário

Um computador, um ou dois microfones, caixas de som nas salas de aula e pátio, amplificador (opcional), mesa de som estéreo.

Combate ao Bullying

Introdução

Este projeto é desenvolvido na escola, tendo como temática central a reflexão sobre o Bullying tanto na escola, como na sociedade em geral. Bullying é uma situação que se caracteriza por agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva, por um ou mais alunos contra um ou mais colegas. O termo bullying tem origem na palavra inglesa bully, que significa valentão, brigão. Mesmo sem uma denominação em português, é entendido como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato.

Pretende-se discutir com este projeto as situações ocorridas no ambiente escolar caracterizada como bullying, além disso, este projeto visa discutir formas de convivência no espaço escolar, valorizando a amizade, os valores humanos e a integração entre os envolvidos no projeto.

Justificativa

A prática do Bullying tornou-se algo comum nos espaços educacionais, provocando cada vez mais atitudes violentas, tanto dos agressores, como das vítimas. Discutir as questões ligadas a prática do bullying com toda a comunidade escolar, é importante, pois, proporciona a reflexão e evita que novos casos de bullying ocorra nas unidades escolares. Este projeto pretende atuar, tanto com os alunos, como pais e responsáveis, buscando medidas educativas que combatam as ações de violência na escola.

A popularidade do fenômeno cresceu com a influência dos meios eletrônicos, como a internet e as reportagens na televisão, pois os apelidos pejorativos e as brincadeiras ofensivas foram tomando proporções maiores. O fato de ter consequências trágicas - como mortes e suicídios - e a impunidade proporcionaram a necessidade de se discutir de forma mais séria o tema.

Objetivo Geral

Pesquisar e refletir sobre as causas e consequências do bullying, tomando como partida as narrativas de alunos, professores, pais e responsáveis.

Objetivos Específicos

- Discutir com os alunos as principais causas de bullying;
- Refletir sobre a necessidade de desenvolvermos ações educativas contra o bullying na unidade escolar;
- Aplicar atividades orais e escritas que estimulem a reflexão sobre as práticas de violência no espaço escolar;
- Discutir o respeito às diferenças no espaço escolar;
- Construir uma proposta de regras de convivência e contra o bullying na unidade escolar.

Metodologia

Este projeto será desenvolvido por meio de leituras, discussão de textos, trabalhos em grupos, proporcionando uma reflexividade sobre as causas e consequências do Bullying. Também serão utilizadas as seguintes estratégias metodológicas:

Apresentação de Filmes;
Dinâmicas de Grupo;
Produção de Textos;
Palestras com os pais e responsáveis;
Resolução de casos;
Leituras variadas.

Público

Alunos, professores e toda a comunidade escolar.

Justificativa

A escola tem papel fundamental na formação do ser humano. É sua responsabilidade garantir o acesso aos saberes historicamente acumulados e

promover um espaço de formação e informação no qual o aluno seja capaz de socializar conhecimentos e estabelecer um posicionamento crítico frente à realidade em que está inserido. Mediante as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade nos dias de hoje, também é função da escola a integração de temas sociais que propiciem o desenvolvimento do aluno e a promoção da saúde. Temos como expectativas quanto à esse curso, conhecer os nossos adolescentes, suas dúvidas, anseios e sonhos; interagir de maneira mais próxima com a família dos alunos; orientar os educandos sobre os perigos do uso das drogas; identificar as situações de risco e promover posturas preventivas.

Projeto anti-drogas

Justificativa

A escola tem papel fundamental na formação do ser humano. É sua responsabilidade garantir o acesso aos saberes historicamente acumulados e promover um espaço de formação e informação no qual o aluno seja capaz de socializar conhecimentos e estabelecer um posicionamento crítico frente à realidade em que está inserido. Mediante as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade nos dias de hoje, também é função da escola a integração de temas sociais que propiciem o desenvolvimento do aluno e a promoção da saúde. Temos como expectativas quanto à esse curso, conhecer os nossos adolescentes, suas dúvidas, anseios e sonhos; interagir de maneira mais próxima com a família dos alunos; orientar os educandos sobre os perigos do uso das drogas; identificar as situações de risco e promover posturas preventivas.

Objetivo Geral

Desenvolver junto aos alunos um trabalho para melhorar o entendimento as drogas, prevenção e as consequências do consumo.

Objetivos Específicos

- Enriquecer o currículo escolar com atividades práticas e teóricas na exploração do tema “Educação Antidrogas”;
- Estabelecer diversas parcerias com entidades e órgãos públicos para ampliar os trabalhos e projetos desenvolvidos na Escola;

- Promover o interesse e participação da comunidade próxima nas ações e projetos da Escola;
- Incentivar aos alunos a adoção de posturas e hábitos que valorizem uma vida saudável, seja em casa, seja na Escola, e por onde eles forem;
- Melhorar a qualidade do ensino, reduzindo os problemas dentro e fora da Escola;
- Oferecer atividades voltadas para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, estimulando o aprendizado e o desenvolvimento de atitudes sociais positivas, tais como: disciplina, hierarquia, respeito ao próximo, ética, cooperação mútua, amizade, cidadania, entre outras;
- Despertar nas crianças, pré-adolescentes e adolescentes o reconhecimento de valores positivos associados à família, à vida espiritual, aos estudos escolares, ao trabalho profissional, à saúde física e mental, ao respeito ao patrimônio público, às pessoas de modo geral, e às leis e demais normas.

Metodologia

Buscando a efetivação dos objetivos propostos, delineamos os procedimentos metodológicos que a escola deverá observar para garantir uma ação bem fundamentada e devidamente planejada, com foco na prevenção:

- 1- Filmes e debates;
- 2- Palestras com a Polícia Federal (motivação, consequências do uso das drogas; demonstração da operação realizada com os cães treinados);
- 3- Trabalhos realizados e exposição (teatro, paródias);
- 4- Concurso de desenho e redação.

Projeto excursão histórica-cultural

Introdução

A escola é um local imprescindível para se promover a consciência e estimular a mudança de comportamento a partir da conjugação das questões atuais com as questões sócio-culturais. As disciplinas requerem recursos didáticos para que os

conhecimentos científicos de que a sociedade já dispõe sejam colocados ao alcance dos alunos.

As aulas são espaços ideais de trabalho com os conhecimentos dos alunos e onde se desencadeiam experiências e vivências formadoras de consciências mais vigorosas porque alimentadas no saber.

Justificativa

Durante a fase escolar, os alunos estão inseridos em um ambiente de descobertas contínuas, seja na escola ou em casa. Mas, engana-se quem pensa que somente neste dois ambientes – familiar e educacional – que os alunos aprendem. As descobertas e as constatações de algo em que só se conhecia na teoria podem e devem estar presentes nas saídas e viagens pedagógicas promovidas pelas instituições de ensino.

Esses momentos não são apenas passeios movidos a diversão, mas, sim, valiosas oportunidades de promover o aprendizado além dos muros da escola, permitindo que as crianças e os jovens levantem hipóteses, descubram novos conhecimentos e vivenciem na prática o que aprenderam na escola.

Essa extensão da sala de aula em diferentes locais e contextos culturais é excelente para estimular ainda mais o espírito coletivo e a colaboração entre alunos e educadores. As saídas e viagens pedagógicas educacionais geram bastante expectativas nos estudantes e os estimula a manter um olhar crítico sobre o que se está pesquisando, conhecendo ou apenas evidenciando.

O aluno pode assim, associar o que aprendeu à situações e cenários reais de forma espontânea e divertida. As excursões pedagógicas ajudam na formação cultural dos alunos; os passeios escolares são eventos de turismo pedagógico que consolidam o aprendizado em sala de aula. A visita científica monitorada tem como objetivo contribuir no processo de ensino-aprendizagem, através de atividades práticas que estimulem a observação e levem o educando a interagir com o ambiente visitado.

As visitas, de maneira geral, contribuem para a socialização dos jovens e facilitam a aprendizagem. Porém, para que esse potencial seja aproveitado, é preciso que estejam inseridas no processo educacional e não sejam consideradas apenas

como um passeio. Para tanto, propomos uma série de locais e eventos que proporcionarão a nossos alunos vivenciar realidades e situações diversificadas.

Objetivos

- Envolver todos os segmentos do colégio nas atividades propostas pelo projeto;
- Estimular a produção e execução de projetos educacionais;
- Desenvolver a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade;
- Avaliar as habilidades e competências dos estudantes envolvidos na execução do projeto;
- Aplicar a metodologia científica nas atividades práticas e teóricas;
- Estimular o desenvolvimento de competências e aptidões em diversas áreas do conhecimento nos executores do projeto.

Metodologia

As excursões serão previamente decididas, agendadas e liberadas após a entrega de uma ficha preenchida com a justificativa, objetivos, conteúdos e importância educacional.

Para que isto ocorra o professor interessado deverá no início de cada bimestre apresentar a ficha preenchida. Esta ação permitirá o atendimento a todos os interessados em realizar uma excursão. Os locais serão determinados no início do ano letivo e atenderão professores interessados de diversas disciplinas diferentes de modo a permitir que os alunos vivenciem a transdisciplinaridade.

Para cada ônibus com estudantes se faz necessário o acompanhamento de 3 professores de preferência da área do conteúdo abordado na excursão, caso não seja possível será permitido que outros professores ou funcionários acompanhe os estudantes. Os alunos excursionistas serão instruídos sobre a viagem pelos professores responsáveis pela excursão e pela direção da escola. É imprescindível que os pais e/ou responsáveis autorizem por escrito a viagem, na qual posteriormente, devem arquivar junto ao plano de trabalho docente, assegurando o melhor aproveitamento pedagógico da atividade.

A escola no Parque

Introdução

O país passa por constantes transformações, bem como as escolas, os alunos, as metodologias de ensino, recursos e demais escalas envolvidas.

As tecnologias inteiradas aos meios de comunicação trazem informações aos alunos numa “velocidade da luz”, interação muito relevante, mas que por sua vez pode ocasionar certa inconsistência na realidade dos alunos no espaço escolar. Desta forma, faz-se necessário, uma política educacional mais atraente que incite no aluno uma vontade instintiva.

Por sua vez, o projeto, “A Escola no Parque”, traz uma proposta inovadora, uma escola além de seus muros. Uma sala de aula com possibilidades de metodologias que almeja um processo de ensino aprendizagem eficaz e com sucesso.

Nesta perspectiva, se propõe aulas mais atrativas, passeios culturais, com idas à cinemas, museus, zoológicos, centro comerciais locais, espaços públicos, como também, visitas a parques, praças e outros locais que podem ser explorados de acordo com a iniciativa de cada professor no intuito de promover a transdisciplinaridade.

Sabemos que a relação comum entre as disciplinas resulta numa sintonia de conhecimento, uma atitude de busca contínua, com ganhos explícitos em todas as áreas do conhecimento, ou seja, a globalização da aprendizagem além dos limites finais de uma aula.

Objetivo Geral

Integrar os alunos na proposta de transdisciplinaridade, promovendo vivências além do espaço escolar, através de uma aula-passeio, incitando a relação aos conteúdos trabalhados em sala de aula com os locais visitados.

Objetivos específicos

- Promover uma aula-passeio;
- Oportunizar ao aluno novas perspectivas de locais dentro ou fora do município e/ou dentro ou fora do estado;
- Assessorar os profissionais envolvidos em projetos para que se utilizem deste momento como um instrumento eficaz de ensino;
- Reconhecer os espaços urbanos e culturais como recursos eficazes no processo de ensino aprendizagem;
- Exercitar o conhecimento teórico, na prática, em relação à preservação do meio ambiente, analisando atitudes dos alunos durante todo o passeio;
- Promover a transdisciplinaridade;
- Apresentar aos alunos diferentes formas de contemplar conteúdos da educação física além das quadras poliesportivas da escola, como: jogos eletrônicos de movimentos em *playgrounds* e em *Shoppings* e Esportes Radicais em parques de diversão;
- Enriquecer o currículo da escola com aulas diversificadas.

Justificativa

Diante de uma proposta de escola que evidencia a preparação do aluno para o mundo, torna-se inerente e indispensável o projeto “Escola no Parque”, pois se considera de suma importância uma aula-passeio que trará ao aluno uma extensa possibilidade de relacionar os conteúdos absorvidos em sala de aula com possíveis conhecimentos propiciados através desta prática.

Para que se torne ainda mais plausível esta proposta, podemos usar como exemplo a disciplina de Geografia e Educação Física.

Na Geografia, o trajeto percorrido da cidade de Guaíra no estado do Paraná até Penha no estado de Santa Catarina apresenta uma paisagem com grande variedade de vegetação, relevo e clima, conteúdo trabalhado nessa disciplina. Destaca-se então a importância de conhecer e preservar as paisagens naturais do

estado do Paraná. Sendo assim, durante o trajeto percorrido, será analisado o relevo e a vegetação da área, associando os mesmos ao clima da região. Serão feitas anotações sobre as características dos itens destacados, pois ao retornar ao colégio, os alunos utilizarão as anotações para a elaboração de um trabalho final sobre o objetivo da aula de campo. Ainda considerando o Parque de Beto Carrero World uma atração turística do estado de Santa Catarina, trabalhar-se-á em forma de pesquisa a importância deste ponto turístico para a economia da cidade de Penha.

Na Educação física, numa nova proposta de ensino que adere aos jogos eletrônicos como uma nova perspectiva de aprendizagem, onde abrange também os jogos eletrônicos de movimento, os exergames; proposta esta, ilusória se tratando de um contexto escolar deficitário, mas possível se soubermos direcionar e instruir atividades em um ambiente extremamente atrativo, como playgrounds em Shoppings, ou até mesmo em parques de diversão, como por exemplo Beto Carrero World, que contemplem os esportes radicais e de aventuras.

Tendo como principal objetivo:

- Integrar os alunos na proposta de interdisciplinariedade, promovendo vivências além do espaço escolar, através de uma aula-passeio, inscitando a relação aos conteúdos trabalhados em sala de aula, com os locais visitados, não somente como visitas, bem como atividades práticas que os ambientes podem oferecer.

Dessa forma, justifica-se o presente projeto a ser inserido no Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Jaime Rodrigues.

Tempo estimado

Durante o ano letivo.

Séries envolvidas

Do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

Material necessário

Bloco para anotações, canetas, câmeras fotográficas, celulares, ônibus, gravador de voz.

Metodologia

As excursões serão previamente decididas, agendadas e liberadas após a entrega de uma ficha preenchida com a justificativa, objetivos, conteúdos e importância educacional.

Para que isto ocorra o professor interessado deverá no início de cada bimestre apresentar a ficha preenchida. Esta ação permitirá o atendimento a todos os interessados em realizar uma excursão. Os locais serão determinados no início do ano letivo e atenderão professores interessados de diversas disciplinas diferentes de modo a permitir que os alunos vivenciem a transdisciplinaridade.

Para cada ônibus com estudantes se faz necessário o acompanhamento de três professores de preferência da área do conteúdo abordado na excursão, caso não seja possível será permitido que outros professores ou funcionários acompanhem os estudantes. Os alunos excursionistas serão instruídos sobre a viagem pelos professores responsáveis pela excursão e pela direção da escola. É imprescindível que os pais e/ou responsáveis autorizem por escrito a viagem, na qual posteriormente, devem arquivar junto ao plano de trabalho docente, assegurando o melhor aproveitamento pedagógico da atividade.

Projeto cultural e esportivo: Dança e Vôlei na escola

Introdução

O esporte não deve ser entendido como objeto, mas como um ato humano, social, individual, que como atividade humana, assume múltiplas funções.

Pensando nisso, destacamos a utilização da prática esportiva do voleibol e da dança como forma de desenvolver em nossos alunos a autoestima, incentivando-os a serem atores sociais de sua própria história.

Apresentamos, neste sentido, o voleibol como produção do homem e de sua possibilidade real de conquista da cidadania. O aluno aprende, utilizando-se da

prática esportiva do voleibol, forma de comportamento que o farão, com facilidade, encaixar-se no contexto mais amplo, o respeito incondicional e irrefletido, convivência com a vitória ou derrotas.

Apresentamos a dança enquanto um processo educacional que não se resume simplesmente em aquisição de habilidades, mas sim, como forma de contribuir para o aprimoramento das habilidades básicas, dos padrões fundamentais do movimento, no desenvolvimento das potencialidades humanas e sua relação com o mundo. O uso da dança como prática pedagógica favorece a criatividade, além de favorecer no processo de construção de conhecimento.

A importância deste trabalho consiste no fato de podermos detectar as mudanças que o voleibol e a dança conseguem manifestar nos alunos que o praticam e como podem contribuir para a formação intelectual e social dos envolvidos.

Objetivo Geral

- Desenvolver ações esportivas e culturais para despertar no educando e na comunidade escolar a colaboração mútua e autoestima dos envolvidos.

Justificativa

Atentos à necessidade de promover o enfrentamento à ociosidade e falta de atividades no período do contraturno, o projeto de Vôlei e Dança contribui para ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola, fortalecendo hábitos e valores que incrementem a formação da cidadania dos mesmos. Dessa forma, colabora para que haja conhecimento dos alunos sobre a prática esportiva e suas relações com a cultura, educação, saúde e vida ativa, contribuindo para a melhoria da qualidade da Educação.

Tempo estimado

Durante o ano letivo.

Metodologia

A participação dos estudantes em Grupos de dança e treinos de voleibol acontecem no período do contraturno, semanalmente, estimulando sua participação, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e social. Nestas ações desenvolvidas, existe o envolvimento e acompanhamento da direção do Colégio, docentes voluntários e parceria com Instituições de Ensino Superior.

Durante o desenvolvimento do projeto de aulas de iniciação de voleibol e dança, os alunos poderão participar em Jogos Oficiais do Paraná, bem como participar em eventos culturais e esportivos na cidade de Guaíra e em outros municípios.

As ações planejadas são:

- Treinamentos de Iniciação de voleibol no contra turno e no fim de semana (sábado);
- **JEP`S** – Participação nas etapas do Jogos Escolares do Paraná;
- Participação de Jogos Amistosos e Jogos e Torneios;
- **Protagonismo Juvenil:** Acontece com a participação de estudantes em Grupos de dança e treinos de voleibol em contra turno, semanalmente, estimulando sua participação, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e social. Nestas ações desenvolvidas, existe o envolvimento e acompanhamento da direção do Colégio, docentes voluntários e parceria com Instituições de Ensino Superior.